



MATA: ALÉM DAS PEDRAS

LUÍS H. BALK CHAGAS TELMO BRUGALI FLORES

Apesar dos inúmeros obstáculos e tentativas ao longo do caminho, esta produção se concretizou de uma forma que nos leva a considerá-la um registro fundamental dos vestígios e eventos que marcaram esta região ao longo de sua história secular, é uma corrida contra o tempo antes que esses elementos desapareçam.

Incorporando diversos pressupostos e teorias ao longo do processo, é gratificante constatar que conseguimos resgatar muitos acontecimentos, relatos, objetos, registros fotográficos e fontes documentais que enriqueceram estas páginas.

Agradecemos profundamente o apoio de todos os colaboradores e de nossas famílias, que muitas vezes abriram mão de nossa companhia devido às tantas horas dedicadas ao desenvolvimento deste trabalho.

Os autores.

LUÍS H. BALK CHAGAS
TELMO BRUGALI FLORES

MATA: ALÉM DAS PEDRAS



2024

MATA: ALÉM DAS PEDRAS

© Luís Henrique Balk Chagas e Telmo Brugali Flores, 2024

Autores:

Luís Henrique Balk Chagas e Telmo Brugali Flores

Projeto gráfico: Luís H. B. Chagas

Capa: Tauan B. Flores;

Revisão feita pelos autores

C433m

Chagas, Luis H. Balk

Mata: além das pedras / Luís H. Balk Chagas, Telmo
Brugali Flores – Santa Maria, RS : Rio das Letras, 2024.
160 p ; 14,5 x 21 cm

ISBN: 978-65-5484-038-5

1. Mata – Rio Grande do Sul – pesquisa 2. Geografia
3. História I. Flores, Telmo Brugali II. Título

CDU 91:94 (816.5)

Ficha Catalográfica elaborada por Eunice de Oliveira – CRB 10/1491

Contato com os autores:

luisbalkchagas@hotmail.com

thelmo@tauna.com.br



editoriariodasletras@gmail.com

Rua André Marques, 255 - Centro - Santa Maria - RS - CEP: 97010 041
(55) 99713 3864 / 3026 7523

Impresso no Brasil - Gráfica Pallotti
Primavera de 2024

*Dedicamos este livro aos nossos ancestrais,
que nessas terras prosperaram. Às suas lu-
tas diárias, conquistas, alegrias, à sua vida.*

Sumário

Prefácio	9
Introdução	13
A região	15
Primeiros homens	18
Jesuítas	25
Elementos essenciais	46
O francês	50
Picada de São Xavier	59
Peleias	68
Mariana	72
As estâncias	80
De povoado, à vila	97
Vapores, trens e Clara	101
De vila, à cidade	116
Título adquirido	121
Italianos	124
Chico Timm	126
Heranças paraguaias	130
Nossas famílias	132
Encerramento	147
Posfácio	151
Agradecimentos e colaborações	153
Referências	155

Prefácio

Quero iniciar esta escrita agradecendo ao convite que me foi feito para prefaciar este livro dizendo que foi um privilégio ler em primeira mão este trabalho. Quando recebi a mensagem de Telmo Brugali Flores confesso que fui tomado de um misto de “sentimentos”. Mais precisamente as palavras que me ocorreram foram: desafio e satisfação. Desafio no sentido de poder sintetizar uma obra que se propõe a desvendar um recorte temporal tão largo da história de Mata, haja vista que começa com os primórdios da ocupação e avança até a contemporaneidade, ou seja, são milhares de anos de história resumidas nas páginas vindouras. Simultaneamente, o desafio fica por conta do fato de que são apresentadas várias histórias, muitas delas que possuem um mesmo fio condutor e outras que não apresentam uma relação direta entre si.

Já a satisfação está relacionada ao fato de poder contribuir com a escrita sobre a “Minha Terra”. Estimado(a) leitor(a) entenda isso como uma pitada de bairrismo, mas principalmente como um sentimento de identidade. De pertencimento ao local onde passei boa parte de minha vida trabalhando, estudando ou simplesmente vivendo. A satisfação também fica por conta em ver, aqui retratadas, muitas das histórias que ajudei, através de minhas pesquisas, a desvendar e outras que simplesmente levantei o “fio da meada”. Mais do que isso, muitas delas sendo ampliadas, corrigindo equívocos e trazendo outros elementos que complexificam o saber histórico.

Talvez os historiadores profissionais torçam o nariz para esta obra argumentando que a mesma carece de um aprofundamento teórico e metodológico. Todavia, quero lhes dizer que os pesquisadores diletantes, Luís H. Balk Chagas e Telmo Brugali Flores, que assinam este trabalho mergulharam de forma significativa nas fontes primárias presentes em arquivos nacionais e estrangeiros. Mas tem outra dimensão que esta historiografia de caráter local nos convida a (re)pensar: existem outras formas de interpretar e divulgar essas “vozes do passado”. Muitas delas presentes no imaginário popular coletivo que não ganharam destaque nas páginas dos grandes compêndios, mas nem por isso são menos importantes, pois marcaram a construção do “jeito de ser, viver e pensar” de uma comunidade.

Antes de apresentarmos uma grande síntese do que o leitor irá encontrar neste livro nos cabe ainda tecer rápidas considerações sobre o título “Mata: muito além das pedras”. A projeção que o pequeno município, da região central do Rio Grande do Sul, obteve nas últimas décadas ficou por conta de seus *Podocarpus lambertii* que passaram pelo processo de fossilização. O que os autores aqui trazem são outras dimensões e abordagens que vão muito além da “cidade da madeira que virou pedra”. Seguindo esta linha de análise, novamente recorro a palavra desafio, mas agora na dimensão de possibilidade. Ceio que o maior de todos os desafios/contribuições desta obra seja no sentido de que os matenses (tanto os de nascimento, coração, quanto os de opção) conheçam essas outras histórias, pois existe uma máxima que os estudiosos de patrimônio cultural nos apresentam e creio que cabe reproduzi-la: Conhecer – Valorizar – Respeitar – Preservar.

Em suas primeiras páginas o livro remonta a tempos imemoráveis quando indígenas de diferentes grupos

étnicos viviam no território. Vestígios que ficaram nos painéis de arte rupestre, no material lítico e na cerâmica que nos deixaram. Mas a narrativa também consegue transportar estes importantes atores sociais para dentro da experiência jesuítico-indígena, tanto do primeiro ciclo quanto da fase missioneira, bem como no pós-missões. Neste sentido, são abordados os conflitos inerentes as bandeiras paulistas de escravização dos indígenas no Tape, bem como “a dança das cadeiras” no contexto das disputas entre as monarquias ibéricas que culminaram na Guerra Guaranítica (1754-1756) e o início da derrocada da experiência missioneira.

O texto também traz o olhar de estrangeiros que cruzaram estas plagas do Rio Grande, nas primeiras décadas do século XIX, registrando suas impressões sobre a geografia do lugar, com seus topônimos indígenas e homenagens a santos do panteão católico. Esse olhar europeu também foi direcionado aos personagens que cruzaram o caminho dos viajantes. E este é outro aspecto que precisa ser mencionado como um dos pontos fortes deste trabalho, o processo de formação das gentes ou como os autores definiram “quem somos, nossas famílias”. Uma população miscigenada, um “emaranhado de raízes”, aqui representados por personagens tais como: Pasqual Areguati (indígena), Francisca Pereira Pinto (portuguesa), Mariana Leite da Conceição (luso brasileira), Honório de Oliveira Sanches (espanhol), Francisca Dolores Caballero (paraguaia), Clara Textor (pomerana), Doralício Franco Pereira (afrodescendente), Nicolau Schmidt (teuto-germânico) e Santo Brugalli (italiano).

Mas os autores também adentraram no universo das bases materiais que possibilitaram aquelas pessoas trabalhar, sobreviver e prosperar. Nessa linha de análise

se conseguem transitar do universo dos estabelecimentos pastoris, de modo especial das estâncias, situadas nas terras mais planas, até as pequenas propriedades, que foram formadas, por lavradores nacionais e pela mão de obra imigrante, na região serrana do município. Analisaram também as redes comerciais pelas quais passavam, entre outros produtos, a farinha de mandioca e o chá Lipton transportados pelo vapor Eugenia através das águas do rio Toropi promovendo uma verdadeira integração comercial com municípios da fronteira oeste do Estado. Mas ao chegarem no século XX os autores colocam a narrativa nos trilhos do trem, haja vista que tanto o povoado inicial localizado na “Costa da Serra” – atual Vila Clara, bem como a Vila de Mata foram muito impactadas por conta da ferrovia.

Mas antes de finalizar ainda há outra dimensão que esta obra também nos apresenta e se constitui numa das marcas indelévels do povo matense. Estou me referindo a religiosidade aqui muito bem retratada na experiência dos imigrantes de fala alemã, luteranos e católicos da Colônia Sertão, que durante um tempo dividiram o mesmo espaço para suas práticas religiosas. Exemplo interessante de respeito e tolerância, que nos convida a reflexão, principalmente em tempos de sectarismo e fundamentalismo religioso.

Por fim, não me resta muito mais a dizer a não ser deixar o convite para que você folheie a próxima página e adentre num universo cheio de muitas histórias de uma pequena “aldeia” chamada de Mata.

Prof. Dr. Hermes Gilber Uberti
Docente de História do
Instituto Federal Farroupilha
- Campus São Vicente do Sul

Introdução

Florestas, madeira, pedras
Missões, índios, jesuítas
Terras do Rio Grande antigo
Com dimensões infinitas

Saint-Hilaire bem descreveu
Guaranis, Umbus, aldeias
Homens, vidas e picadas
Onde a história permeia

Desbravadores, imigrantes
Roças, gado, vida dura
Sustento do dia a dia
Conquistado com bravura

Rio que serviu de estrada,
Para criar São José
Toropi, “Couro de touro”
Travessia de Sepé

Águas que descem montanhas
Campos, serra e cascata
Tu és parte da nossa história
Tu és a cidade de Mata.

Telmo B. Flores

Embora a cidade de Mata seja conhecida por sua abundância de madeira fóssil, que é frequentemente citada, vista nas praças e campos, até usada como ornamento em casas, há muito mais para explorar na história deste município. Este livro tem como objetivo resgatar a parte da história além das pedras e destacar a riqueza cultural e histórica desse lugar. Embora as pedras sejam mencionadas ocasionalmente, elas não serão o foco principal deste livro. Em vez disso, iremos explorar a história dos índios, jesuítas, campeiros, estancieiros e famílias que habitaram essa região. É essencial ressaltar que a riqueza desse local é tão abundante que contemplar tudo é uma tarefa impossível. No entanto, vamos tentar apresentar alguns dos fragmentos do tempo dessa área através dessas páginas.

Para adentrar na mata, façamos uma picada, abrindo caminho em terreno ainda pouco explorado. Neste sentido, apresentaremos ao leitor uma visão abrangente dessa região rica, desde seus primeiros habitantes até os dias atuais. Com o auxílio de documentos, fotografias, relatos e outras fontes, examinaremos os eventos que moldaram essa região ao longo do tempo, permitindo-nos compreender como ela se desenvolveu até chegar à sua forma atual.

Com respeito e honra aos que nasceram, viveram e faleceram nessas terras — aqueles que estiveram aqui desde tempos imemoriais, cujas cerâmicas repousam em museus; aqueles que bravamente lutaram por causas que talvez não tenham escolhido, cujos nomes se perderam nos vastos campos. Juntamente com muitos outros que, na verdade, habitavam lá, mas cujas vidas foram esquecidas, sem que uma única cruz sem nome permanecesse, e também incluindo aqueles que atravessaram o vasto oceano e estabeleceram morada naquela região, seja por escolha própria ou não.

A região

Para descrever o município de Mata, é importante destacar sua localização na região central do estado do Rio Grande do Sul. Grande parte do território do município é composto por terrenos acidentados de morros e vales, com uma porção considerável de campos e várzeas, criando um terreno de contrastes. O Toropi é o principal rio que banha o município, mas há muitos outros arroios e sangas que costuram a região.

Mata é oficialmente dividida em dois distritos, mas há muitas outras localidades que compõem o município. O perímetro urbano do município está situado no sopé da Serra Geral. Ao todo, o território conta com cerca de 6 mil habitantes, tendo sua economia baseada predominante na atividade rural, com destaque para a produção de grãos e criação de gado.



Além de sua importância econômica, Mata também é rica em história. A região abrigou nativos, testemunhou a chegada da primeira fase missioneira, e foi povoada por campeiros e imigrantes. Outro aspecto que chama a atenção é a abundância de formações rochosas, o que evidencia a importância geológica do local.

Algumas regiões acabaram recebendo maior destaque, não porque as outras sejam menos importantes, mas devido à disponibilidade de informações encontradas e levantadas neste projeto. São Xavier, por exemplo, possui uma abundância de informações e, portanto, foi abordado várias vezes. Por outro lado, seu vizinho Demétrio Ribeiro carece de tantas informações. Seu próprio nome já suscita dúvidas sobre a origem: seria Demétrio Ribeiro o militar imperialista que teve importância na Revolução Farroupilha, ou seria uma homenagem ao seu filho homônimo, o engenheiro e ministro da agricultura nos primeiros anos da República? E por que essa homenagem? São José do Louro poderia ter relação com a redução jesuítica que existiu na região central anteriormente? Assim como várias outras localidades com nomes religiosos, qual é a origem dessas homenagens e os motivos por trás delas?

São muitas as dúvidas que requerem uma busca laboriosa por respostas, e muitas delas permanecerão como mistérios, afinal, que graça haveria se não houvesse coisas a se descobrir? Considere-se um mistério a seguir.

Nas profundezas das densas florestas deste município, embora o título seja “Mata: Além das Pedras”, e, portanto, o tema principal não se concentre nas pedras, algumas deve se mencionar. No entanto, essas pedras são distintas daquelas que normalmente são atribuídas à Mata. Nesse contexto, destacamos a existência de várias formações especiais e enigmáticas, tanto naturais como

possivelmente artificiais. Entre elas, uma desperta especial curiosidade, oculta em meio a um espesso matagal, na encosta acidentada de um sublime córrego, ao norte deste território, nas proximidades da localidade de São Roque. Trata-se de uma formação impressionante, de proporções grandiosas, que suscita dúvidas quanto à sua origem, se é um produto da natureza ou não. Enquanto as incertezas persistem, esse enigma permanece como um dos muitos mistérios que essa região abriga. Casos assim despertam o desejo de desvendar mistérios, a vontade de investigar.



Suposta estrutura de pedras no interior de Mata

Os primeiros homens

Há muitos séculos os humanos caminham pelas terras matenses. Isso se evidencia nos muitos artefatos encontrados na região. Não é raro para os interioranos do município encontrar vestígios dos primeiros povos enquanto lidam na terra. Entre o povo, é natural ouvir frases como “meu avô há muitos anos virou uma panela de bugre quando lavrava com boi”. Não somente artefatos dessa natureza são presentes no local, mas também painéis rupestres que rivalizam facilmente com aqueles vistos na Pedra Grande, no município vizinho de São Pedro do Sul.

É verdadeiramente impactante refletir sobre a quantidade de vestígios do passado que permanecem ocultos ao nosso redor, sem que possamos percebê-los. Quantos painéis rupestres antigos existem, talvez jamais testemunhados por outra pessoa além daquelas que os riscaram em eras remotas. Quantas peças cerâmicas foram tocadas apenas pelas mãos habilidosas de seus criadores, sem que ninguém mais tenha tido o privilégio de sentir sua textura e apreciar sua beleza. Inevitavelmente, ao longo do tempo, muitos desses indícios se perderam, pois essa é a natureza do destino.

Algo que muitas vezes negligenciamos em meio à correria do dia-a-dia na sociedade contemporânea e no conforto urbano é o fato de que esses povos, assim como é natural para qualquer pessoa, também tinham seus próprios hábitos, costumes, nomes, linguagem, relações e dificuldades. Tinham seus alimentos e atividades preferidos, seus gostos pessoais e suas próprias personalidades. Isso é tão evidente que chega a ser rudimentar precisar registrar, mas, por ora, naturalmente, enfrentamos dificuldades para compreender plenamente como era a vida em tempos remotos.

Já é sabido da presença de elementos de tradições antigas, como Humaitá, Tradição Meridional e dos ramos Tupi-guarani e outros. O nome de muitas localidades naquela área já serve de comprovação das raízes indígenas de Mata. É exemplo Taquarichim, que tem seu significado encontrado como “sanga das taquarinhas” ou “vale das pedras”. Essa segunda hipótese é caso o termo tenha se originado em “Itaquarichim”. O município é banhado por rios com nomes de origem Guarani, como Toropi, Tororaipi, Poraíma e outros. E, na divisa com Mata, em São Vicente, há a localidade de Cavajuretã, (*Cabayu retã*) ou “terra dos cavalos”. Já no também vizinho São Pedro do Sul, está o distrito de Chiniquá (*Chini cuá*), cuja tradução sugere algo como “vertente que sibila”.

Há outros exemplos no município de Mata, e seus nomes também revelam possíveis traduções interessantes. Guacatunga (*Guá caá tunga*), por exemplo, pode ser interpretado como “Vale do mato enevoad” ou “manchado”. Igaretá (*Yga retã*), por sua vez, significa “Terra das canoas”, enquanto Poraíma (*Pora eyma*) pode ser traduzido como “Sem habitante”, “O que não tem” ou simplesmente “Sertão”.



Sulcos verticais paralelos e alguns convergentes, é o que se vê num painel rupestre próximo a cidade de Mata. Ainda não se há consenso sobre a simbologia por trás dessas gravuras retilíneas, mas o que se sabe é que são característicos da dita Tradição Meridional.

Um ponto de análise intrigante reside na composição dos nomes Toropi, Tororaipi e Cavajuretã. Há discussões, e uma possibilidade plausível é que esses nomes sejam uma fusão de termos do Guaraní com o espanhol. Saint Hilaire sugere a tradução de Toropi como “Rio dos couros de touro” e Tororaipi como “Rio dos couros de vitelo”. De maneira consistente, José Maria Cabrer, em seu manuscrito de 1786, menciona que “Toropi” era um pedaço de couro bovino sovado usado pelos nativos nos ombros. Contudo, a palavra “Toro” é de origem espanhola, significando touro, o que abre espaço para diferentes interpretações desses nomes. Souza Docca, por exemplo, propõe que Toropi pode ser traduzido como “Rio do casco de tatu” e Tororaipi como “Rio do casco do filho do tatu”. A análise desta questão é crucial, pois adiciona novos elementos à discussão sobre a chegada e a presença dos europeus na região central do estado. A introdução de bovinos e equinos na região pelos europeus é bem documentada. No entanto, avanços recentes na arqueologia revelaram o uso de cavalos pelos nativos em séculos anteriores, porém, até então, na região patagônica.

Desde as explorações de Charles Darwin, é sabido que existiam cavalos nativos, utilizados pelos primeiros habitantes que migraram para o sul do continente sul-americano há milhares de anos. Acredita-se que esses cavalos tenham sido extintos ainda no Pleistoceno Superior. Registros históricos indicam que os colonizadores espanhóis foram os primeiros europeus a reintroduzir equídeos no Cone Sul, trazendo cavalos pela primeira vez para a área ao redor do delta do Rio da Prata em 1536, durante a colonização.

Com as idas e vindas dos colonizadores, e considerando que muitos estabelecimentos de colonização não

prosperaram, alguns animais acabaram ficando para trás, tornando-se selvagens. Já em 1580, os cavalos selvagens eram abundantes na paisagem local e também se espalharam pelo sul dos Andes através da atividade colonial espanhola na costa do Pacífico.

Dados osteológicos e análises de isótopos e DNA da região do Rio Gallegos, na região patagônica sul da Argentina, sugerem que indígenas já caçavam ou pastoreavam cavalos locais no século XVII. Isso reforça análises recentes que indicam que a dispersão secundária de cavalos domésticos ocorreu rapidamente e em grande escala em grande parte da América Indígena, mais do que registrado nos registros históricos europeus.

No século XIX, os caçadores-coletores do sopé dos Andes e dos Pampas eram conhecidos por suas habilidades equestres, especialmente os Tehuelche ao sul e os Puelche ao norte. Entre as culturas de cavalos da região, os cavalos domésticos eram pastoreados como gado e também usados na caça montada. Visitantes europeus notaram o uso de cavalos em cerimônias, práticas funerárias e em quase todos os aspectos da vida diária, desde a alimentação até o uso do couro, nas regiões da Patagônia e dos Pampas.

Considerando esses fatos, é plausível inferir que, dado que os cavalos já estavam presentes no extremo sul da América no século XVII, é bastante provável que também estivessem na região central do estado do Rio Grande do Sul nessa época e até mesmo anteriormente. Portanto, a relação dos indígenas com os cavalos, bovinos e outros aspectos provenientes do Velho Mundo influenciou significativamente o seu cotidiano. Assim, torna-se evidente a plausibilidade dessas denominações mistas do espanhol com as línguas nativas.

Desde os primórdios da existência humana, o anseio de estabelecer-se em lugares previamente habitados tem sido quase um instinto inerente ao homem. Por essa razão, não é surpreendente que muitas das cidades contemporâneas sejam construídas sobre os resquícios de antigos assentamentos que testemunharam civilizações do passado. Ao buscar as bases estabelecidas por gerações anteriores, estamos, de certa forma, conectando-nos com a história e a herança deixada por aqueles que vieram antes de nós. Essas cidades, erguidas sobre os alicerces do passado, são um testemunho da incessante busca humana por continuidade e identidade, entrelaçando o presente e o passado em uma intrincada teia de experiências compartilhadas. Percebe-se, acima de tudo, que os parâmetros para a habitação, ao longo do tempo, permanecem praticamente inalterados, pois estão intrinsecamente ligados ao sentido biológico do indivíduo.

Observa-se, pois, que a escolha de um local com ampla visibilidade da área, aliada à presença de vegetação e água nas proximidades, exerce um atrativo poderoso para o estabelecimento humano, uma vez que esses recursos são essenciais para a sobrevivência e o sustento. Assim, uma antiga aldeia pode se tornar, séculos depois, um posto militar, o qual pode ser sucedido, após mais alguns séculos, por uma estância, um rancho ou até mesmo uma vila em desenvolvimento. Da mesma forma que alguns caminhos e estradas são usados por séculos.

A exploração e colonização das Américas pelos Ibéricos portugueses e espanhóis também seguiram os princípios mencionados anteriormente sobre a escolha estratégica de locais com ampla visibilidade e recursos naturais. Os colonizadores europeus buscavam estabelecer assentamentos ao longo da costa e nas proximidades

de rios e lagos, permitindo o acesso a água e recursos essenciais para a sobrevivência e sustento. À medida que exploravam e mapeavam a América do Sul, foram desenvolvendo rotas e caminhos que se tornaram fundamentais para a expansão territorial. Assim, a história da colonização das Américas também se relaciona com a seleção criteriosa de locais estratégicos para assentamentos humanos, como descrito.

Atualmente, o termo “descobrimento” tornou-se obsoleto quando se refere às Américas, uma vez que existem evidências de que os europeus já haviam chegado ao continente americano antes de Colombo em 1492. No entanto, para o propósito deste projeto, é relevante focar no momento em que a América do Sul foi dividida de ponta a ponta pelos Ibéricos portugueses e espanhóis.

Assim sendo, em 1494 o Papa Alexandre VI, intermediou um entendimento entre essas nações que foi batizado com o nome de Tratado de Tordesilhas, que se constituiu no primeiro acordo celebrado entre Portugal e Espanha com o objetivo de dividir as terras recém-descobertas e a descobrir no Novo Mundo. O tratado estabeleceu uma linha imaginária dividindo as áreas de influência entre as duas potências ibéricas. Tudo a oeste dessa linha ficava sob domínio espanhol, enquanto as terras a leste pertenciam a Portugal.

Ao longo dos anos, os tratados seguintes que dividiram a América do Sul desempenharam um papel crucial na determinação da identidade do continente. Ao estabelecerem fronteiras territoriais e definirem a soberania das nações, esses acordos influenciaram diretamente a formação dos países sul-americanos e moldaram suas características políticas, culturais e sociais. Essas delimitações geográficas contribuíram para a consolidação de

identidades nacionais distintas, além de influenciarem a diversidade étnica e cultural presente na região. No caso específico do Rio Grande do Sul, os tratados tiveram implicações significativas ao longo dos séculos seguintes. As muitas disputas territoriais e fronteiriças que ocorreram na região influenciaram a história, a cultura e as relações do estado com seus territórios vizinhos, contribuindo para a formação da identidade gaúcha e para a diversidade presente no estado.

A partir de 1801, com a assinatura do Tratado de Badajoz, a região onde hoje se encontra a cidade de Mata passou a pertencer a Portugal, rompendo com sua história prévia sob o domínio espanhol. Essa alteração significativa nas fronteiras entre os domínios ibéricos foi marcada pelo Rio Uruguai se tornando a nova linha divisória, substituindo a disposição anterior estabelecida pelo Tratado de Santo Ildefonso, que cortava o território riograndense de Norte a Sul. Com essa mudança, Portugal assumiu o controle de uma vasta extensão de terras, incluindo muitas das estâncias missioneiras. O atual município de Mata estaria inserido nesse contexto, na região que passou a ser chamada de Província das Missões.



Urna funerária e vasilha interior, encontradas em São José do Louro. Acervo do Museu Fragmentos do Tempo, em Mata.

Jesuítas

Na primeira metade do século XVII, os Jesuítas da Companhia de Jesus fundaram as Reduções da Primeira Fase na bacia do rio Ibicuí. Foi durante esse período, no ano de 1634, na primeira fase, que os Jesuítas introduziram os primeiros rebanhos de gado na região.

De acordo com Rubens Augusto Pedrazzi e Fermino Costa, cujas informações são apresentadas no livro “São Martinho da Serra Terra e Gente”, por ordem do Padre Romero, superior das Reduções, foram trazidas diretamente de San Juan de Veras de las siete Corrientes, atualmente Corrientes, Argentina, mil e quinhentas cabeças de gado para a Redução de São Miguel, na primeira fase, em 1634.

O gado introduzido pertencia a raças ibéricas, que posteriormente dariam origem ao chamado gado Orelhano e gado Franqueiro. Além do gado, um rebanho de cavalos e éguas também teria sido trazido. Esses rebanhos foram compartilhados com as Reduções vizinhas.

Uma hipótese no contexto da 1ª Fase é que Mata pode ter abrigado a redução de San Thome, possivelmente em uma área próxima ao atual perímetro urbano. Nicolau del Techo, em 1673, relata que a distância entre S. Jose (Pedra Grande, em S. Pedro do Sul) e S. Thome era de 1 dia de viagem. Embora “dia de viagem” seja relativo, podemos tomar como referência a distância entre S. Miguel (atual S. Martinho) e S. José, também descrita como de 1 dia. Considerando essa proporção, estima-se que 1 dia de viagem correspondia a aproximadamente 50km., o que situaria S. Thome em Mata. Ademais, o mapa de Tadeu Henis, que será novamente mencionado, indica Sn. Thome Tetangué (“onde foi San Thome”) justamente em Mata. Também

é importante destacar a semelhança do relevo com o de outros locais onde se estabeleceram reduções da 1ª Fase, bem como a abundância de material arqueológico Guarani encontrado nos arredores da cidade. Afinal, os missioneiros buscavam instalar suas reduções em locais onde já estavam os indígenas.

Essas reduções estavam em desenvolvimento quando foram atacadas pelos bandeirantes a partir de 1637. Os bandeirantes capturavam os indígenas reduzidos para utilizá-los como mão de obra em outras regiões do Brasil. Tendo em vista esses obstáculos, os Jesuítas partiram para as reduções na margem ocidental do Rio Uruguai, onde já existiam outras reduções e, portanto, um local seguro.

A partir de 1680, os Jesuítas retornaram para a margem oriental do Rio Uruguai e fundaram novamente reduções em locais distintos das primeiras. Essas novas reduções foram caracterizadas como Reduções da Segunda Fase.

Os rebanhos que ficaram alçados pelos campos, desde a retirada missioneira, ocuparam uma grande extensão de terras e se reproduziram de forma impressionante. Quando os Jesuítas eventualmente retornaram, depararam-se com um rebanho de proporções gigantescas, estimado hoje em mais de 10 milhões de cabeças, representando o que se conhece como o gado Orelhano. Reconhecendo a necessidade de gerenciar e aproveitar essa atividade pecuária em expansão, eles estabeleceram diversas estâncias e postos estrategicamente organizados para esse propósito.

Além do gado bovino, que já predominava na região, o gado menor também passou a fazer parte da pecuária jesuítica nas estâncias e reduções estabelecidas. As ove-

lhas, em particular, ganharam destaque. Embora a dieta guarani privilegiasse a carne bovina, os indígenas também consumiam carne de ovinos e utilizavam bastante a lã desses animais.

Na área que atualmente corresponde ao município de Mata, estava sob a tutela do Povo de São Miguel, e dentro destes grandes domínios estavam localizadas as estâncias missioneiras, como a Estância de São Xavier, que mais tarde se tornou a Estância de São Vicente. Para essa primeira análise se toma como grande norteador o mapa elaborado por Varella y Ulloa em 1788. Nesse se demonstra que entre essas estâncias, destacavam-se alguns postos Jesuítas, um nas cabeceiras da serra do Tape, chamado de Posto de São Xavier, e outro mais ao sul, conhecido por Posto de Santo Antônio, que se acercava de outra importante estanciola, que posteriormente será abordada com maior clareza. Cada posto possuía uma estrutura adequada para o manejo das atividades pecuárias, esquema que funcionou por muitos anos.

As estâncias eram vastas, e por isso os postos eram importantes e necessários. Frequentemente, esses postos eram ranchos isolados, localizados nos arredores de capões de mato ou nos altos das coxilhas. Eram construções simples, muitas vezes feitas de madeira, com telhados de capim-santa-fé, couro ou telhas de barro.

As maiores estâncias missioneiras podiam abrigar até centenas de famílias em seus domínios. Em épocas de tropeadas e rodeios, além dos tropeiros, eram requisitados também alferes, responsáveis pelo controle contábil, e milícias para garantir a segurança das missões, já que era comum ataques de saqueadores, soldados ou sequestros de crianças.

Além dos pequenos postos que podiam abrigar uma ou duas famílias, havia comunidades maiores que podiam

incluir até cerca de 70 indivíduos. Nas habitações, embora simples, encontravam-se altares domésticos com imagens que certificavam o sistema missionário. Algumas comunidades maiores também possuíam capelas para uso coletivo, onde os habitantes se reuniam para orar e cantar hinos litúrgicos, como o *Kyrie eleison*, que ainda é cantado nos dias atuais. Os ritos religiosos eram frequentemente conduzidos por padres locais, como foi Herrera e Miguel de Soto. Muitos indígenas trajavam medalhas religiosas, e as figuras sacras de santos eram comuns, como São Izi-dro Lavrador, padroeiro dos camponeses. Afinal, a principal atividade econômica era a pecuária, nesse caso, o manejo do gado, cavalos e, também, ovelhas, e a agricultura, cultivando mandioca, milho, pêssegos, laranjas e demais legumes, grãos e hortaliças. Assim, certamente, se configurava a vida no posto de São Xavier.

Na verdade, a referência a apenas um posto de São Xavier é bastante abrangente, considerando que, em um mapeamento anterior realizado pelo jesuíta Tadeu Henis por volta de 1756, são mencionados três locais denominados São Xavier na região. O primeiro, identificado como “São Xavier Nue” e legendado em latim como “Oppida,” sugerindo uma aldeia maior, está localizado mais próximo ao rio Jaguari. Outro, menor e provavelmente correspondendo à atual cidade de São Vicente, é chamado de “São Xavier Cue”, do guarani, traduzido como “antigo São Xavier”, e é legendado como “Oppida destructa,” indicando possivelmente uma localidade em decadência ou até já em ruínas.

Na entrada da conhecida Picada com o mesmo nome, é identificado um posto certamente menor, designado como “Pagi minores cum sacellis,” referindo-se a uma aldeia menor com oratório. Uma observação intrigante neste mapeamento é que Henis, na qualidade de historiador, considerando que mais de 100 anos haviam transcorrido desde o término da primeira fase, estava em busca de

identificar os locais onde anteriormente existiam postos e reduções. Ele menciona na mesma região “Santo Tomé Tetângue,” traduzido como “Domínios que foram de Santo Tomé,” e quase sobreposto a essa inscrição, aparece o termo “S. Christ.” sob a legenda também de “Pagi menores cum sacellis,” bastante próximo ao São Xavier da Picada.

Ao retornar à análise do mapeamento de 1788, observa-se que apenas explicitamente o posto instalado na picada é mencionado. Os outros apareceriam com diferentes denominações. Isso permite algumas suposições, como a possibilidade de reutilização do local anteriormente considerado em decadência para sediar a estância de São Vicente e o respectivo aldeamento maior posteriormente.

Nesse espaço de tempo, o Tratado de Madri, com suas cláusulas que dividiam o território do Rio Grande e a resistência dos índios que tentavam impedir o estabelecimento das fronteiras, resultaram na eclosão da Guerra Guaranítica em 1756. Os exércitos espanhol e português se uniram e dizimaram os combatentes indígenas que defendiam suas terras e causaram graves danos às estruturas missioneiras. As sedes das Reduções foram destruídas e a história da Companhia de Jesus no Sul entrava em decadência.

Durante esse período, o Padre Miguel de Soto, nascido em Madri, em 1718, e que concluiu seus estudos em Buenos Aires, desempenhava um papel importante nas atividades pecuárias jesuíticas. Ao que tudo indica, ele residia nos domínios de um São Xavier e era conhecido como um exímio campeiro. Até o ano de 1753, trabalhou na estância de Yapeju, sendo transferido para o dito São Xavier em março desse ano, substituindo o Padre Miguel de Herrera.

Os Jesuítas estavam divididos em opiniões: alguns achavam que deveriam obedecer às ordens do Rei de Espanha, enquanto outros acreditavam que os índios deveriam enfrentar os exércitos, contando com a coragem do guerreiro Sepé Tiaraju ao seu favor. Entre estes últimos, estava Miguel de Soto, que recebeu uma carta de Sepé pouco tempo antes do enfrentamento, afirmando seu propósito de não abandonar as terras missioneiras sem luta e que esse mesmo sentimento reinava entre os índios guarani.

A desproporção no armamento e no número de combatentes era tão grande que, após a morte de Sepé Tiaraju em 7 de fevereiro de 1756, deixando os demais companheiros sem liderança, foi fácil para os exércitos espanhol e português vencerem a batalha de Caiboaté três dias depois. A batalha durou pouco mais de uma hora, resultando na morte de 1500 índios.

Não existem registros precisos sobre a data exata em que Miguel de Soto deixou esse São Xavier, e ainda residem dúvidas se seria o São Xavier da região foco desse trabalho. Mas informações indicam que em abril de 1758 ele estava no Povo Novo de São Miguel, localizado no espaço entre São Lucas e Dilermando de Aguiar. Cartas trocadas entre Miguel de Soto e Juan de Echeverría, um espanhol que foi capitão de fragata e estava a serviço da missão demarcadora, comprovam a presença de Soto nesse povoado.

Essas cartas estão resguardadas no Arquivo Histórico de Madrid e revelam detalhes interessantes. Echeverría remeteu cartas desde os Campos de São Lucas nos dias 23 e 28 de abril de 1758, indicando que ele estava temporariamente estabelecido ali para a conclusão das missões demarcadoras hispânicas. Ele trocou correspondências com Soto, que estava no povoado mencionado, e com Francisco Antônio Cardoso Meneses e Souza, comissário da primeira partida portuguesa, que transitava pela região, tendo pas-

sado pelos Campos de Santa Catarina.

Não há registros sobre o paradeiro de Soto após esses eventos, mas em 1768, quando foi expulso, junto de todos outros jesuítas, ele residia na Redução de São João. Em 1768, partiu das Américas para a Espanha, juntamente com vários outros missionários, utilizando os navios “El Diamante” e “San Fernando” para regressar.

O inventário dos pertences que levou consigo a bordo foi registrado da seguinte forma:

- Cuatro camisas;
- Dos pares de calzoncillos;
- Dos jubones blancos.
- Un manteo;
- Dos fundas;
- Una frezada cordobesa;
- Dos pares de escarpines;
- Una y media libra de polvillo.

É evidente que ele levava principalmente roupas, mas também o que parece ser polvilho antisséptico, um produto que ainda é encontrado em farmácias hoje em dia. Após retornar, o padre ainda viveu muitos anos na Europa, vindo a falecer em Ravena, na Itália, em 28 de janeiro de 1796.

Para fornecer esclarecimentos sobre o anteriormente mencionado Povo de Novo São Miguel, é importante observar que em agosto de, mais de um ano após o início da guerra guaranítica e da ocupação das sete reduções da banda oriental do Uruguai, os índios reduzidos que não concordavam com sua transferência para a outra banda do rio Uruguai já haviam estabelecido povos na área disputada entre Portugal e Espanha. Um desses povos era o Povo Novo de São Miguel, localizado em uma área ainda não precisamente definida, mas não muito distante do Passo de São Lucas, a cerca de um dia de viagem, ou menos, a leste. Esse

povoado também foi mencionado na missão demarcadora pelo engenheiro militar português e cartógrafo José Custódio de Sá e Faria, em maio de 1759.

Posteriormente, no cenário histórico da demarcação do Tratado de San Ildefonso, em 1787, o demarcador espanhol José Varela e Ulloa adentrou a região central do estado, deixando sua marca no mapa que elaborou. Nessa representação, surge a misteriosa “Estância Areguati”, situada nas imediações da picada de São Xavier, e relativamente próxima do já mencionado Posto de Santo Antônio. Embora sua verdadeira localização e dimensões sejam incertas devido à imprecisão dos mapas antigos e às divisas municipais sinuosas da área, é evidente que a propriedade abrangia uma vasta extensão de campos que se estendia por três municípios atuais: Mata, Jaguari e São Vicente do Sul.

A proximidade geográfica no mapa entre o posto e a estância sugere fortemente uma relação de interdependência entre eles. É altamente provável que o posto tenha cedido suas instalações de pecuária, moradias e mão de obra à estância, principalmente considerando que o próprio posto estava provavelmente localizado dentro dos limites territoriais da estância. Naquela época, quando a região era pouco habitada, não seria razoável ter duas estruturas pecuárias tão próximas uma da outra sem algum tipo de vínculo. Assim, é plausível que Santo Antônio tenha fornecido suporte e recursos.

Dentro desse contexto intrigante, podemos concluir, sem mais dúvidas, que o proprietário da Estância Areguati naquela época fosse Pasqual Areguati (ou Areguaty), corregedor da Redução de São Miguel. Conforme registros de um censo de 1772, Pasqual Areguati era um órfão de

14 anos. Provavelmente seus pais tenham sucumbido às epidemias que assolaram a região. Ele recebeu educação dos jesuítas, aprendendo rapidamente a falar e escrever fluentemente em guarani e espanhol, além de se tornar um tradutor requisitado.



Assinatura de Pascual Areguati

Mesmo com a expulsão dos Jesuítas em 1768, ele continuou seus estudos e sua ascensão social foi notável. Sua cortesia, maneiras refinadas e vestimenta eram tão notáveis que o demarcador José Maria Cabrer o descreveu como alguém que “era índio apenas por nascimento”. Em uma ocasião em que Cabrer e sua comitiva precisavam transpor o passo do Umbu, Pasqual prontamente forneceu uma canoa mediante solicitação, permitindo assim a travessia.

Pasqual Areguati tornou-se corregedor aos 28 anos e, possivelmente, obteve a propriedade da Estância em 1786, conforme indicado no mapa de José Varela e Ulloa de 1788. Vale ressaltar que a concessão de terras para indígenas como Areguati foi uma exceção ao decreto assinado apenas em 1799, poucos meses antes de sua morte.

Assim se torna um representante das novas lideranças que surgiram após a expulsão dos jesuítas das Reduções Jesuíticas. Essa nova geração se apropria do espanhol como meio de comunicação para expressar suas demandas e reivindicações.

Além da representação política e social, a estância de Areguati revela indícios de uma produção diversificada. Registros apontam que, em 1793, ele vendeu 150 arrobas de algodão para Santa Maria Mayor, e em 1795, comercializou 100 touros com São Luiz, além de outras receitas em 1798. Esses dados sugerem que, no passado, uma parte das terras que hoje pertencem a Mata tinha uma relevante produção de algodão.

Muitos guarani alcançaram destaque social, seja por suas habilidades excepcionais ou pelos cargos que ocupavam, integrando-se à elite da época e sendo frequentemente vistos entre a alta sociedade de cidades como Buenos Aires e Montevideú. Este era um privilégio reservado a poucos naquela época. “Don Pasqual”, por exemplo, sempre esteve à frente de buscar a ascensão de sua prole, especialmente os irmãos Pablo e Pedro Antônio.

Conforme levantado por Guillermo Furlong em “Misiones y sus pueblos de Guaranies”, o primeiro deles, Pablo, foi levado a Buenos Aires, ingressando no Colégio Real de San Carlos com uma bolsa concedida pelo Vice-rei. Lá, cursou três anos de Gramática e Lógica, três de Filosofia e três de Teologia. Em 1801, quando pretendia seguir para Córdoba para o doutorado, ocorreu a ocupação portuguesa dos Sete Povos das Missões, e ele precisou deixar seus estudos para atender à sua mãe viúva e aos irmãos menores, que perderam as propriedades familiares na ocupação. A família partiu primeiro para Concepción e depois para a região de Yapejú. Após esses eventos e seguindo uma destacável ascensão militar, Pablo chegou a ser governador das Malvinas de 1823 a 1824. Em 1830, ele aparece novamente em Buenos Aires, ocupando um alto cargo na Alfândega da cidade, onde teria se casado e onde faleceu mais tarde, sendo Oficial de Justiça da Receptoria Geral.

Pedro Antônio, iniciado na carreira militar, atuou mais tarde com os corsários de Artigas e serviu como sargento na expedição dos Trinta e Três Orientais, sob o comando de Lavalleja. Ele interveio, por último, na guerra com o Brasil.

O Corregedor Pasqual Areguati e sua família eram considerados altamente aculturados, como evidenciado em numa petição de setembro de 1799, na qual ele solicita o cargo de Capitão de Milícias Urbanas. Na petição, ele lista declarações de 10 indivíduos que testemunharam seus feitos benevolentes para com a comunidade missioneira. Entre essas ações estão menções de benfeitorias para capelas, comunidades e escolas. Inclusive, o documento menciona uma capela de Santa Bárbara, que coincide com o mapa de 1787 de Ulloa, que também assinala uma capela com o mesmo nome. Além disso, há relatos de sua civilidade e devoção como um seguidor fervoroso da fé católica.



Imagem da esquerda: Fragmento do mapa de Varela y Ulloa, 1787. A direita: Mapa sem autor identificado, século XVIII.

É conhecido e registrado que Joaquim Antônio Garcia, genro de Pasqual, esteve envolvido e representando o quinhão de sua esposa em algum momento. No entanto, em períodos subsequentes, essas terras já estariam

sob novos domínios, o que deu origem a uma das muitas lacunas inevitáveis na história. Apesar desse desfecho repentino e enigmático, como mencionado anteriormente, décadas depois, outros ilustres personagens explorariam esse território.



Cerro São Miguel e Cerro dos Pantas. Respectivamente. Sob o ponto de vista dos campos de Taquarichim. O Cerro dos Pantas, que ostenta um impressionante paredão de pedras, recebe esse nome por estar localizado onde era a propriedade de Pantaleão José Jacques, falecido em 27 de novembro de 1935.

A relativa escassez de vestígios missioneiros na região é um enigma que desafia a compreensão de sua história. Um conto popular, amplamente compartilhado entre os moradores locais, descreve a comunicação por fogueiras entre o cerro de São Miguel e o cerro dos Pantas durante os tempos missioneiros. É sabido que os indígenas norte-americanos eram adeptos do uso de sinais de fumaça para uma comunicação eficiente, erguendo fogueiras em colinas estratégicas. De maneira semelhante, essa prática era observada nos campos da região, onde, em situações de necessidade de defesa, podiam se comunicar facilmente entre aldeias para se agruparem rapidamente, conforme relatado por José Maria Cabrer.

Há maior deficiência de indícios completamente concretos missioneiros do que a presença. Além das fontes escritas e cartográficas, e a tradição oral difundida, já abordada, pode-se dar enfoque a algumas evidências vinculantes. Um ponto relevante refere-se à presença de material cerâmico indígena contendo alças. As alças foram incorporadas pelos indígenas a partir do contato com os europeus, marcando o surgimento da cerâmica missioneira.

Outro aspecto que suscita um pensamento mais abrangente sobre a presença missioneira é a descoberta de alguns materiais metálicos, como o exemplo de um almotariz em bronze. Esse artefato foi supostamente encontrado por habitantes locais na região onde se teoriza ter abrigado um posto pertencente a estância de São Rafael. No entanto, é importante considerar que, posteriormente, no século XIX, uma família de destaque se estabeleceu nesse mesmo local. Algumas análises intrigantes levantam a possibilidade de uma fundição missioneira, mas a permanência do assentamento por séculos posteriores, a longevidade na fabricação desses utensílios com os mes-

mos parâmetros e a incerteza quanto à verdadeira origem do artefato geram dúvidas substanciais. Portanto, no que diz respeito a esses materiais específicos, estudos mais aprofundados serão necessários no futuro para lançar luz sobre essas questões.



Almofariz

Essa estranha lacuna na herança missioneira é um fenômeno complexo, resultado de uma série de fatores históricos e contemporâneos. Primeiramente, a região missioneira foi palco de conflitos intensos entre as potências coloniais espanhola e portuguesa, com disputas territoriais que frequentemente resultavam na destruição de documentos e registros. Esses embates deixaram um rastro de perdas irreparáveis.

A exemplo dessa ausência de indícios, tem-se os cemitérios, tanto os missionários em foco como os oitocentistas, que atualmente são raros os ainda preservados. A falta de preservação adequada ao longo dos séculos, aliada ao crescimento urbano e ao desenvolvimento de infraestrutura, resultou na degradação e até mesmo na destruição de muitos cemitérios históricos. Além disso, a falta de consciência sobre a importância desses locais como patrimônio cultural, e claro, como fonte histórica, levou a uma negligência generalizada na sua proteção. Somente

recentemente, com um crescente interesse por genealogia e história regional, é que alguns esforços de preservação e restauração têm sido empreendidos, mas esses esforços muitas vezes se deparam com a dificuldade de encontrar vestígios tangíveis de um passado já quase apagado, tal como barreiras burocráticas.

O destino dos povos indígenas que habitavam a região, interligados com os acontecimentos debatidos, demonstrou variações intrínsecas às circunstâncias históricas e locais. Apesar de os pesquisadores contemporâneos que se debruçam sobre o tema das missões poderem, compreensivelmente, discordar em alguns pontos, está surgindo um consenso cada vez mais sólido de que é necessário revisitar a noção previamente aceita de uma integração forçada da religião cristã e de outros costumes nos indígenas durante o período das reduções.

Relembrando que durante a fase das missões, quando os Jesuítas estabeleceram as estâncias e se envolveram na pecuária, com o tempo, os indígenas se adaptaram de maneira notável às tarefas inerentes a essa atividade. Eles desempenharam um papel vital durante quase um século, sendo essenciais para o manejo de milhões de cabeças de gado que as reduções precisavam administrar. Mesmo após a chegada dos portugueses e a subsequente ocupação das terras a partir de 1801, muitos indígenas optaram por disponibilizar seus serviços aos novos proprietários e aos exércitos. Além disso, é importante ressaltar que, evidentemente, as estruturas legadas pelos jesuítas e pelos guaranis, como as estradas e estâncias, foram assimiladas pelos novos detentores de terras durante o processo de integração e reorganização das áreas anteriormente dominadas pelos povos missioneiros. Ainda vale ressaltar que, possivelmente, alguns desses indivíduos foram homenageados com topônimos, como é o caso do

Passo do Payré, no Rio Toropi, ou a sanga de mesmo nome, em Mata. Este nome provavelmente foi dado em referência a Domingos Payré, um cacique que durante muitos anos cuidou e domou os cavalos do exército imperial no Cava-juretã.

No ano de 1827, o tenente-coronel Manuel da Silva Pereira do Lago, administrador-geral dos Povos de Missões, enviou um relatório detalhado ao presidente da província, oferecendo uma visão abrangente dos “Sete Povos das Missões brasileiras.” Um dos aspectos notáveis registrados na época foi a posse da comunidade guarani na estância de São Vicente, que antes das ocupações definitivas detinha aproximadamente 16.000 cabeças de gado e 600 cavalos. Essa estância se tornou um importante centro de reunião do gado guarani confiscado pelo governo provincial. As terras em questão eram praticamente as mesmas que faziam parte do espólio missioneiro, permanecendo sob posse guarani até meados do século XIX.

No ano de 1830, Alexandre de Abreu Vale reivindicou a posse da estância de São Vicente. Ele alegou tê-la adquirido dos guaranis durante o êxodo promovido por Frutuoso Rivera. O contexto dessa aquisição está ligado ao acordo de paz entre o Império do Brasil e Rivera, que incluía a desocupação do território brasileiro durante a Campanha Cisplatina. Nesse cenário, Rivera sugeriu o êxodo de guaranis para a Banda Oriental, visando atender a suas necessidades de formar um exército e obter trabalhadores na fronteira, tal como povoar o recém-constituído Uruguai.

Essa transação, que teria ocorrido em 17 de dezembro de 1828, envolveu a venda da estância de São Vicente, pertencente ao povo de São Miguel, por um valor de 10 contos de réis. No momento da venda, parte do pagamento foi efetuada, dois contos e quinhentos mil réis, para quitar

dívidas e despesas das famílias que optaram por se engajar no exército de Rivera. O restante do pagamento foi deixado em forma de “hipoteca,” tanto para as famílias que não migraram para a Banda Oriental quanto para aquelas que, de alguma forma, mantiveram vínculos com os “Sete Povos” até dezembro daquele ano.

A sociedade da época, incluindo o governo provincial, compartilhava a visão de que os indígenas eram incapazes de gerenciar seus bens. Isso forneceu uma justificativa para a apropriação das supostas possessões dos guaranis, incluindo São Vicente. No entanto, houve tentativas de invalidar a venda, uma por parte Manuel da Silva Pereira do Lago. Lago alegou que Abreu e os indígenas estavam conspirando para se apossar do gado e bens que ele afirmava ter resgatado dos próprios indígenas. Essa contradição se destacou, uma vez que Lago reconheceu a propriedade dos guaranis, mas afirmou que eles não podiam usufruir de seus próprios bens. De fato, o governo não autorizava os indígenas a vender qualquer propriedade que deixaram para trás, exacerbando ainda mais as contradições sobre a presença e ausência dos guaranis na região.

Após o êxodo de alguns grupos para o Uruguai, o governo oriental perdeu o interesse em manter os aldeamentos dos que haviam migrado com Fructoso Rivera. Isso resultou em revoltas e levantes, levando alguns a retornar a São Vicente na tentativa de refúgio. Em meio às discussões sobre a anulação da venda pelos indígenas ou não, ocorreu que aquelas terras se tornaram propriedade do Império e, conseqüentemente, devolutas.

Esses agrupamentos guaranis na região são mencionados por Arsene Isabelle, na sua passagem pela primitiva vila de São Vicente.

Passamos pela aldeia de São Vicente. Uma capela, umas vinte famílias de índios guaranis, dirigidas por um tenente brasileiro, subordinado ao comandante de São Borja, constituíam a povoação. Não passa, afinal, de uma estância, conservada por milagre nas mãos dos guaranis, e dependente da Missão de São Miguel.

Arsene Isabelle, em 21 de fevereiro de 1834.

Um registro de março de 1846, oferece uma perspectiva sobre os indígenas na região. No qual Simão Fernandes Candy, guarani e Capitão da 7ª Companhia do 4º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, solicitou permissão ao vice-presidente da Província para arrancar-se com sua família no Rincão do Cavajuretã, uma área devoluta da fazenda de São Vicente, que ainda era considerada parte do departamento das Missões. Ele alegou que era necessário para garantir a subsistência de sua família. A solicitação foi concedida pelo vice-presidente, permitindo que Simão Fernandes Candy se estabelecesse na área até que uma ordem em contrário fosse emitida.

Em 1855, os indígenas, geridos por João Pereira da Silva Borges Fortes, estavam espalhados em ranchos nos campos da Timbaúva e do Cavajuretã, e havia um interesse das autoridades em retirá-los dos campos e reunificá-los em um único aldeamento, o que foi realizado em 1857, com Manoel Pires Lois nomeado como diretor deste. Vale ressaltar que já existia previamente uma vila no Rincão, conforme descrito tanto por Arsene Isabelle quanto por um relatório de 1856.

Nesse mesmo ano de 1857, esforços foram feitos para reforçar a posse guarani sobre essas áreas de campo da estância de São Vicente. Um denominado capitão-mor João Antônio Martins, indígena, seguido de alguns comissionados, enviaram uma carta reivindicando direi-

tos territoriais, argumentando que, uma vez que aquelas terras já haviam pertencido ao Povo de São Miguel, e que muitos ainda residiam lá desde os Cabildos, os guaranis sustentavam que poderiam ter algum direito sobre elas. No entanto, nesta época, as terras da região já estavam ocupadas e sendo legitimamente aproveitadas por outras pessoas, principalmente por estâncias.

Em 1859, o Diretor Geral dos Índios da Província, José Joaquim de Andrade Neves, descreveu São Vicente como um local com mais de seiscentos guaranis residentes, caracterizando-o como um povoado próspero. O assentamento contava com mais de sessenta residências, cinco estabelecimentos comerciais, plantações e uma capela em construção. Esta capela aguardava a finalização das obras para receber imagens sacras, possivelmente providas do povo de São Miguel. Além disso, mencionou a presença de intrusos que invadiam os limites do aldeamento para colher erva-mate.

Este capítulo da história ilustra a complexa natureza das questões relacionadas aos guaranis durante o século XIX, tendo a exemplo disso, a ambivalência que permeava o reconhecimento das reivindicações dos guaranis, ao mesmo tempo em que se questionava sua capacidade de gerir tais propriedades.

Disso, não há dúvidas de que ao longo do século XIX, a trajetória histórica tomou direções mais definidas. A adaptação a uma sociedade em constante mudança ocorreu de maneira não-uniforme, refletindo uma gradual integração às novas condições. À medida que o século avançava, registros civis documentavam casamentos, nascimentos e óbitos de indígenas, sinalizando sua presença e ativa participação nas atividades dos centros urbanos. Essa integração, tanto social quanto genética, deixou um legado valioso que enriquece a história e a identidade desta região.



Na fotografia, é possível observar três homens indígenas, acompanhados de inscrições que indicam suas identidades: “(escultor)”, “Baterecú” e “Carapé”. No verso da foto, há detalhes adicionais fornecidos pelo doador, mencionando que os indivíduos retratados são índios de São Vicente. Além disso, há três grafias antigas esparsas, com apenas “Milo” sendo legível. Acervo do Museu Histórico Fernando Ferrari.

Para encaminhar ao final do tema missões e seus relacionados, cabe trazer para complementação e fechamento um documento relativamente tardio, de 1871: “Proposta e Relatório Apresentados à Assembleia Geral na Terceira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios da Fazenda, Visconde de Rio Branco”. Trata-se de mais um relatório informativo regional do município de São Gabriel, que à época englobava o Rincão São Vicente, o qual, por sua vez, abrangia o atual território matense. Neste relatório, é mencionado que o território de São Vicente foi confiscado da Companhia de Jesus, anteriormente considerado propriedade dos índios das antigas missões, e então incorporado aos bens do Estado, em virtude das disposi-

ções do art. 36 da Lei de 21 de outubro de 1843. Esse artigo diz expressamente que “Ficam pertencendo aos Próprios Nacionais as estâncias e mais terrenos dos índios da Comarca de Missões no Rio Grande do Sul, sendo distribuída, porém, pelos índios que restam uma parte dos mesmos terrenos que for suficiente para sua cultura.”

O território referido constava uma extensão de mais ou menos 8 léguas quadradas, conforme uma declaração de maio de 1849. Ainda menciona alguns rincões situados no território, denominados do Timbaúva (o maior na época), do Parto e do Ibirocay, Rincão do Inferno, o de Cachoim e o de Cavajuretã. Seus limites municipais, para evitar dúvidas, são trazidos aqui em teor completo, ou seja, simplesmente se transcreve o que consta no documento original. Este diz que os limites são: ao norte, o Rio Jaguary e vertentes, que dividem os campos de Manoel Antônio de Bittencourt, João de Sá e Rincão do Amador; ao sul, a coxilha principal, Rio Ibicuhy e vertentes, que dividem o Rincão de Cavajuretã e do Amador; a leste, partindo do banhado do Biguá pelas vertentes, que o dividem da Estância das Palmas e o Arroio Taquarichim; a oeste, as vertentes que dividem os campos desta estância dos de Dona Claudina Joaquina dos Santos. Da mesma forma, o relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, de 1877, traz dados semelhantes, complementando ainda que, à época, o grande rincão servia de internada para os animais dos corpos do exército.

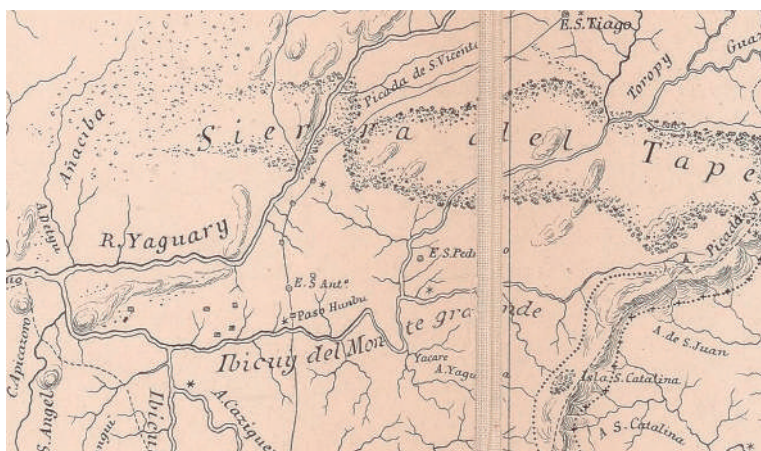
O que se quer dizer a respeito destes documentos, e sua importância, é a menção sobre o modo como os campos deixaram de ser missioneiros e passaram a integrar campos devolutos, posteriormente seguindo para outras posses, conforme já dito em parágrafos anteriores, findando assim o período missioneiro nessas terras.

Elementos essenciais

Os materiais cartográficos estão entre os elementos mais importantes para um pesquisador. Encontrar um mapa detalhado que represente a região de estudo é como descobrir um tesouro. Essa busca desperta muitas reflexões, pois grande parte do que temos ao alcance são materiais disponíveis na internet. No entanto, ao observar mais atentamente, percebe-se que esses mapas digitalizados representam apenas uma minoria que foi preservada. Muitos outros mapas permanecem perdidos em arquivos, residências ou foram descartados, contendo informações valiosas.

É ainda mais reflexivo pensar que, em uma região tão única e essencial, com toda a sua magnitude e importância histórica, onde tantas pessoas passaram ao longo dos séculos, encontramos tão poucos mapas. E desses, apenas os que tiveram a sorte de ser digitalizados estão acessíveis.

Alinhado em termos de detalhes, embora posterior aos excelentes mapeamentos do Padre Henis e de Varella y Ulloa, elaborados no século XVIII, existe um interessante mapeamento mais recente. Trata-se de um compilado, um atlas de cartas geográficas das regiões onde se situavam as mais importantes missões jesuítas, assim como dos territórios sobre cuja posse surgiram as principais disputas entre Espanha e Portugal. Esse compilado foi produzido por Francisco Javier Brabo e publicado em 1872, certamente utilizando-se de cartografias anteriores. No atlas de Francisco Javier Brabo, são destacados vários postos na região, além de referenciar a importante picada, identificada no mapa como Picada de São Vicente, e algumas estâncias.



Mapa de Francisco Javier Brabo, 1872.



Mapa de Varela y Ulloa, 1788.

Além dos mapas, é igualmente essencial consultar guias escritos, como o detalhado relato de José de Saldanha sobre sua travessia pela região em 1787. Seus escritos descrevem os locais, enquanto os mapas ajudam a ilustrar o que foi narrado.

No dia 22 de março daquele ano, Saldanha atravessou de Cacequi para o município de São Vicente por um passo chamado São Rafael. Aqueles que não se atentam à cartografia poderiam confundir esse passo com o conhecido como do Payré, no Toropi, que por vezes recebeu o

nome de São Rafael devido à estância que existia em Mata com esse nome. Para corroborar essa confusão, o próprio Saldanha cometeu erros ao mencionar os nomes dos rios. Na verdade, esse outro passo se localiza no Ibicui Grande, a uma légua e um terço acima da sua confluência com o Cacequi. Após isso, ele e sua comitiva subiram para um terreno mais elevado e, a meia légua do rio, encontraram um posto chamado São Rafael, da Estância de São Vicente, que também era distinto da localidade homônima em Mata. Mais adiante, a uma milha de distância, avistaram o Posto da Eguada, da mesma fazenda, que provavelmente corresponde, de fato, ao Cavajuretã.

Continuando na direção leste, passaram pelas extremidades de dois pequenos afluentes setentrionais do Ibicuí. O primeiro não se destacava muito, exceto pelo seu denso arvoredor, sendo chamado pelos indígenas de Guiray, que significa “Arroio dos Pássaros”. Prosseguindo na mesma direção, chegaram ao dito Posto de São Paulo, da mesma estância. Do último posto, retornaram ao sudeste, descendo pela estrada da várzea do Ibicuí Grande e saindo pelo passo do Umbú, onde cruzaram o rio e regressaram ao atual território do município de Cacequi.

Aqui evidencia-se a confusão e a importância da cartografia para a análise dos relatos escritos, onde se complementam. De fato, no dia 22, Saldanha cometeu um erro ao trocar os nomes do Toropi e do Ibicuí Grande, o que pode ser confirmado pela interpretação de seus relatos dois dias antes, em 20 de março de 1787. Ademais, essa troca pode ter sido influenciada por uma tendência anterior levantada pelos portugueses e refletida em alguns mapas, que buscavam estender o Toropi até o rio Santa Maria, como uma manobra, uma tentativa, de expandir seus limites territoriais. Além disso, o mapa de Varela y

Ulloa indica um posto de São Rafael não muito distante do Ibicuí, confirmando que não se trata do mesmo passo nem do mesmo posto outrora existentes em Mata. Nos dias seguintes, Saldanha retornou ao território que atualmente corresponde a Cacequi, para depois seguir para São Pedro do Sul, na Estância de São Pedro, e continuar sua jornada.

Dessa forma, as fontes históricas se complementam e auxiliam na interpretação, funcionando como peças de um quebra-cabeça que, ao serem reunidas, possibilitam a visualização e a representação dos caminhos que antes existiam apenas na mente de quem lê e interpreta.

Assim como Saldanha e alguns poucos outros que registraram suas jornadas por essas terras e cujos relatos ainda existem, destaca-se a seguir outro nome igualmente ilustre.

O francês

No cenário da primeira metade do século XIX, na noite gélida de 1º de abril de 1821, encontrava-se a poucas léguas de adentrar o território de Mata, o conhecido botânico francês Auguste de Saint-Hilaire. Que a essa data já se encontrava em meio ao labirinto de morros e pedras, e que muito em breve iria dar início a descida da serra pela picada de São Xavier.

Sua passagem pelo território de Mata, em si, findaria transpondo o Tororaipi ao dia 4 de abril. Nos dias atuais, com todos os meios que nos são dispostos, o trecho percorrido por Saint-Hilaire pode facilmente ser feito em uma tarde, por isso é difícil conceber hoje como árdua era a jornada há dois séculos, induzindo ao vivente atual simplificar o caminho pela visão do hoje. Para que seja mais palpável à atualidade a compreensão desse percurso, de entrada e saída do município, feito por ele e seu grupo, por meio de caminhos pedregosos, matos e alguns pernoites, se tem como premissa resgatar e celebrar a passagem do ilustre botânico pelo município.

Por êxito, apesar da noite fria e má dormida, o dia 2 de abril foi brindado de bom tempo, o que propiciou ao grupo a descida da serra de São Xavier. O caminho descrito é traçado em meio aos matos densos, rochedos e algumas coxilhas forradas de pasto, cortadas por riachos, ora trazendo dificuldade às carroças. Logo superado alguns dos pormenores, Auguste contempla e encanta-se com a verdejante paisagem local, favorecida pelo bom tempo. Sob uma elevação ao pé da serra, o grupo encontrou local para apear.

“A habitação onde parei está situada no lugar que acabo de descrever; com põe-se de algumas choupanas esparsas. O proprietário goza, contudo, de certa fartura, pois tem gado, várias carroças, alguns negros, fazendo o comércio de couros, tecidos e mate, adquiridos nas Missões e vendidos nos arredores de Rio Pardo. Este homem me disse que era paulista e, com efeito, é fácil de comprovar, por sua polidez e seu ar agradável e comunicativo, coisa rara nesta província.”

Auguste de Saint-Hilaire, em 2 de abril de 1821.

O francês faz parada na propriedade de Joaquim Jozé de Araújo, esse que ainda iria ser lembrado muitas vezes pelo botânico. Saint-Hilaire, costumeiramente, registrou diversas informações sobre seu anfitrião, Joaquim. Traz acerca da certa fartura na qual o hospedeiro vivia, apesar das dificuldades, citando sobre suas posses e parte no comércio. Fazendo menção aos grãos cultivados naquela propriedade, e de um monjolo, equipamento que usado para moer o milho na produção de farinha.

É narrado também sobre a vida prévia de Joaquim, na qual conta a Auguste que, em sua terra de origem se apaixonou por uma mulata, de nome Maria Leite, e que seu pai se opôs à união dos dois, fazendo com que Joaquim migrasse para o sul para se casar e estabelecer. Contudo, Joaquim já no Sul se enamorou por uma indígena, com a qual teve filhos. Fazendo com que sua esposa legítima se desgostasse e o deixasse, indo viver na primitiva vila de Cachoeira com o único filho do casal, João Leite.

É destacado que Joaquim, em 1821, tinha planos de abandonar a região que se estabelecera, o que nunca se concretizou, vindo ele a falecer em 28 abril de 1828, na mesma localidade de São Xavier. Joaquim voltará a ser citado posteriormente.

Após o pernoite, onde foram muito bem recepcionados, os desbravadores partiram logo após o meio-dia em direção ao sul, em um caminho que costeava a os morros daquela região. Chegando, depois de certo tempo, a uma estanciola, essa na qual não encontrou o proprietário, mas que foi recebido por outro curitibano residente da localidade. Na presença desse outro migrante do norte, Saint-Hilaire fez diversas observações acerca do modo de vida daquela parte do estado. Onde, apesar do bom solo descrito, era desafiante, de fato, enriquecer. O curitibano lastima que outros como ele migrem para o sul em busca de oportunidades, e nunca enriquecem e que muitos destes não tem intenção de se estabelecer por definitivo. Cita também sobre como as índias tornavam-se uma implicância para época, onde os visionários vindos do Norte acabavam por se relacionar com essas, caindo numa espécie de perdição, impedindo que esses retornem as suas terras de origem e, inclusive, pondo fim às suas uniões legítimas.

No dia 4 de abril, Auguste e seus companheiros se direcionaram ao Tororaipi, amparados por um guia e bois que haviam sido requisitados ao comandante do distrito no dia anterior. Também, ciente das condições mutáveis daquele córrego, foi requisitado a um índio, residente nas redondezas, que pedisse a guarda do Toropi-grande uma piroga emprestada para a cruzada, o que foi prontamente atendido, sendo essa trazida por uma junta de bois. As bagagens foram transferidas para a piroga e o grupo pôde cruzar sem muitas dificuldades.

Naquele período estavam posicionadas na região duas guarnições militares, uma para o Toropi-grande, e outra a margem do Tororaipi. Esta segunda estava encarregada controlar a entrada e saída na Província das Missões, fazendo exigência de passaporte. Tal medida teria

sido tomada para impedir a deserção dos guaranis das aldeias e o roubo de crianças pelos brancos. O que não seria muito eficiente, pois os transeuntes poderiam facilmente desviar da estrada principal ou ainda cruzar aquele rio em outra altura.

Ao final do dia já se encontravam ao passo do Cezar, onde precisaram novamente da piroga fornecida pela guarda, essa que chegou somente à noite. Fazendo com que o grupo pudesse atravessar o Toropi somente pela manhã do outro dia. E a 5 de abril, Saint Hilaire seguia sua jornada, já no atual município de São Pedro do Sul, onde no mesmo dia cruzaria o Passo de São Lucas, indo rumo a vila de Rio Pardo.

Na busca por compreender os trajetos exploratórios de Saint-Hilaire e seu grupo, deparamo-nos com a ausência de um consenso exato sobre onde o rio Tororaipi foi atravessado. Na época, poderiam existir diversos passos que ocasionalmente mudavam de posição. Além disso, persistem dúvidas quanto à parte do rio onde a travessia ocorreu. Com o passar do tempo, tais indícios tendem a desvanecer, deixando aos entusiastas apenas conjecturas consideradas mais plausíveis.

A interpretação do diário de Saint-Hilaire demandou estudos meticulosos e deduções cuidadosas. Ao examinarmos as distâncias percorridas a cada dia, surge a possibilidade de que o francês tenha utilizado a légua germânica como unidade de medida, equivalente a aproximadamente 9260 metros. Isso nos conduz a um marco crucial para recriar sua rota. A partir desses dados, delineamos o trajeto mais provável, partindo de São Xavier, que hoje delimita Mata e Jaguarí, onde a expedição pernitoou em 2 de abril de 1821.

A localização do pernoite seguinte, em 3 de abril de 1821, ainda não foi identificada. No entanto, ao chegar no dia seguinte ao passo do rio Tororaipi, atual limite entre Mata e São Vicente do Sul, Saint-Hilaire descreve ter percorrido 2 léguas e meia desde a saída de São Xavier. Ao atravessar o rio Tororaipi, avançou mais meia légua até o próximo pernoite na margem direita do rio Toropi, no passo do Cezar, em 4 de abril de 1821.

É importante salientar que nossa interpretação não se trata de uma afirmação definitiva, mas sim de uma reconstrução plausível baseada em suas anotações e nas características geográficas da região. O diário de Saint-Hilaire oferece uma perspectiva única de sua jornada, porém carrega as limitações da época, incluindo imprecisões e desafios na descrição geográfica.

Ao trilharmos os caminhos deixados por Saint-Hilaire, nos envolvemos em um intrigante quebra-cabeça histórico e geográfico. Sua expedição revela a bravura e a curiosidade de um explorador em terras desconhecidas, enquanto nossos esforços para reconstruir sua jornada nos lembram da complexidade de conectar passado e presente. Assim, história e geografia se entrelaçam mais uma vez, oferecendo um vislumbre do passado através da lente da incerteza e dedução.





Mapa elaborado com base em deduções e medições, indicando os caminhos mais prováveis utilizados por Auguste de Saint Hilaire entre São Xavier e o Tororaípi.

É interessante observar que atualmente podemos encontrar árvores de Plátano em locais percorridos por Saint Hilaire e seu grupo. Essas árvores provavelmente pertencem à espécie *Platanus x acerifolia*, um híbrido entre o plátano europeu e o plátano norte-americano, que surgiu no século XVII, embora haja divergências quanto à sua origem, que pode ter ocorrido na Espanha ou no Reino Unido. Exemplares com mais de cem anos podem ser encontrados em lugares como o Passo de São Lucas e na região de São Xavier. No passado, essa espécie de árvore era comumente plantada ao longo das valas das estradas, oferecendo sombra aos transeuntes, assim como nas residências para o mesmo propósito. Com o tempo, alguns exemplares surgiram naturalmente nas proximidades das antigas estradas e campos, onde ainda podem ser vistos hoje em dia.



Enorme pé de plátano em Taquarichim. Candidatado interessante a dendrocronologia.

Para celebrar o bicentenário da passagem de Auguste de Saint-Hilaire por Mata, um grupo de pesquisadores locais, em colaboração com a equipe do Museu Fragmentos do Tempo e o apoio da Prefeitura de Mata, concebeu a ideia de erigir dois monumentos marcando os locais presumidos por onde o ilustre botânico passou no município. Um desses monumentos foi instalado em São Xavier, onde

se deu o pernoite na residência de Joaquim Jozé de Araújo, enquanto o outro foi erguido em São Rafael, outro local de pernoite. Para determinar a posição do segundo monumento, levou-se em consideração que a última estância em território matense onde ele pernitoou, distava mais ou menos uma légua do Rio Tororaipi e, a partir disso foi possível determinar o local mais plausível de parada, somado a outras características e informações determinantes que embasaram a hipótese.

Ainda como parte do resgate histórico, em homenagem ao ilustre botânico, foi inaugurado um espaço dedicado a ele no Museu Fragmentos do Tempo, localizado no mesmo município. A sala de exposições abriga um busto esculpido por Rogério Bertoldo, representando o viajante francês, além de objetos que relembram suas descrições e visões do dia a dia no território gaúcho. Também está em exibição uma reconstrução em tamanho real das carroças utilizadas pelo grupo de exploradores durante essa expedição histórica.



Monumento edificado em São Rafael



Monumento localizado em São Xavier



Placa do Monumento edificado em São Rafael



Placa do Monumento localizado em São Xavier

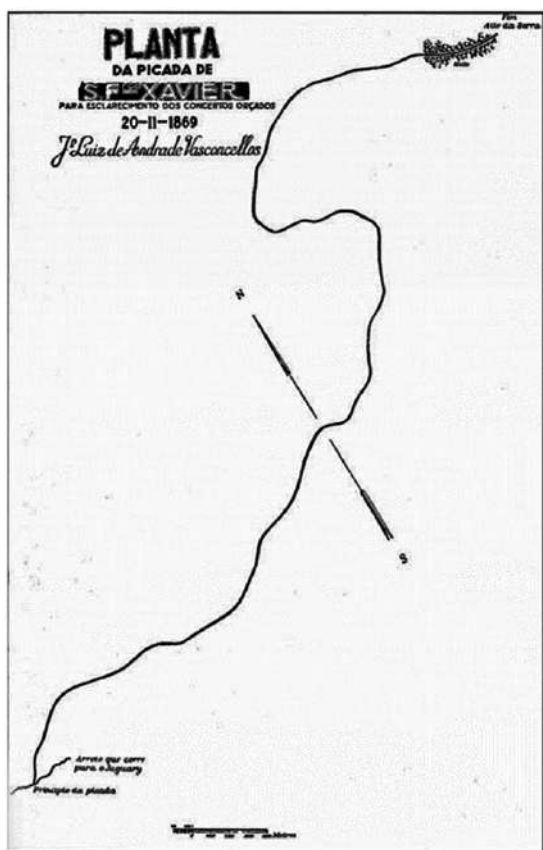
Picada de São Xavier

Inicialmente, é importante mencionar que ao longo dos anos foram utilizados três nomes na literatura para designar o trecho de estrada que conectava as Missões até Santa Tecla: Picada de São Xavier, Picada de São Vicente e Picada de São Thiago. Essa variedade de nomes é compreensível, uma vez que essa estrada foi utilizada por mais de trezentos anos e ainda preserva vestígios históricos até os dias de hoje. A origem desses nomes remonta ao fato de São Xavier ter sido uma localidade situada na encosta da serra homônima, onde existiu por mais de meio século um posto Jesuíta pertencente à Estância de São Miguel. Esse posto administrava uma grande quantidade de gado na região. O nome São Vicente, por sua vez, era atribuído à estância jesuíta que se encontrava abaixo da serra, por onde passava essa estrada, e que hoje corresponde à cidade de São Vicente do Sul. Quanto ao nome Picada de São Thiago, ele faz referência à estância de São Thiago, que existia na outra extremidade desse trecho de estrada, onde atualmente está localizada a cidade de Jari.

A picada mencionada, descrita por Saint Hilaire em 1821 durante sua passagem pela região, desempenhou anteriormente um papel fundamental para os Jesuítas, especialmente para o Povo de São Miguel. Conforme registrado por Ptolomeu de Assis Brasil, a trilha aberta pelo povo de São Miguel permitia a passagem de carroças, ao contrário da trilha de São Martinho. Isso possibilitava o intercâmbio de alimentos, pessoas e animais, estes últimos provenientes das fazendas situadas ao sul do Ibicuí Mirim.

A estância desse povo se estendia desde as missões até Santa Tecla, conhecida atualmente como Bagé,

e a picada era o caminho essencial para suas viagens e o deslocamento do gado que administravam. Essa rota era particularmente relevante para atravessar a Serra do Tape e sua origem remonta provavelmente ao final do século XVII. Embora exista a possibilidade de ter sido criada anteriormente, até pelos indígenas, não há confirmações precisas, pois também se especula que possa ter sido um caminho de fuga utilizado pelos índios e Jesuítas a partir de 1638, quando foram expulsos pelos bandeirantes para a margem ocidental do Rio Uruguai.



Confirma-se o extenso histórico de utilização da picada por diversos registros, destacando-se o seu emprego pelos tropeiros, que conduziavam animais para a província de São Paulo, onde eram destinados ao comércio. Além disso, é notável mencionar o destemido guerreiro guarani Sepé Tiaraju, cuja trajetória, entre certezas e suposições, sugere fortemente que tenha percorrido essa rota em vida. Após seu falecimento em Caiboaté, é plausível supor de que tenha sido transportado por esse caminho para ser sepultado em São Miguel, onde exercia o cargo de corregedor. A última passagem desse guerreiro, por esse caminho, portanto, teria sido póstuma, conduzido por seus companheiros. Dessa forma, além de ter sido evidenciado seu duradouro uso desde possíveis tempos pré-missionários até os dias atuais, ao retomar as informações, é válido explorar essas intrigantes possibilidades para análise, respaldadas por indícios significativos.

A partir do momento em que Portugal incorporou a região das missões aos seus domínios, grande parte das terras foram convertidas em terras devolutas e, posteriormente, passaram a ser distribuídas em forma de sesmarias para aqueles que prestaram serviços relevantes à Coroa ou para aqueles interessados em colonizar essas áreas. Como resultado, essa estrada tornou-se ainda mais utilizada para o comércio. Os produtos produzidos pelos povoadores locais, bem como os provenientes de outras regiões e comercializados nas vilas, como Rio Pardo, eram transportados por carroças ao longo da picada. Dentre os itens comercializados, destacavam-se a erva-mate, o milho, o trigo, o algodão e a farinha de mandioca. Também se tem registros de que foi rota de condução de muares através das províncias do império do Brasil e, também, servindo pra condução da imigração durante os finais do século XIX.

Em janeiro de 1842, um episódio marcante envolvendo mulas ocorreu na região, tendo como protagonista João Jorge Moogem, um médico inglês recém-chegado à província do Rio Grande no ano anterior, com o propósito de estabelecer-se como comerciante geral nessas terras. Esse evento está documentado nos registros da Coleção Varela, uma extensa compilação de documentos, correspondências e registros oficiais trocados entre autoridades durante as revoluções no Rio Grande. O episódio teve início quando Moogem formou uma tropa de mulas, supostamente adquiridos ao longo do tempo com os ganhos de sua atividade profissional. Essas mulas estavam sendo mantidas em Pau Fincado, em um terreno pertencente a um homem chamado Frutuoso, juntamente com os escravos do inglês, um capataz e outros animais necessários para sua manutenção.

O local onde as mulas estavam sendo mantidas não oferecia proteção adequada, e durante uma visita de uma patrulha liderada por um Antônio José Machado, que estava atrás de um filho de Frutuoso, os escravizados de Moogem foram intimidados, resultando na fuga de algumas mulas da tropa recém-formada. Diante desse prejuízo, Moogem decidiu transferir 162 animais para um pasto localizado sob a proteção da serra de São Xavier, onde haveria mais segurança e a possibilidade de conservar uma quantidade maior de animais.

No entanto, ao adentrar a entrada da Serra de São Xavier, a tropa de mulas de Moogem, juntamente com os escravos e bagagens que o acompanhavam, foi apreendida por autoridades farroupilhas, lideradas por um superior de nome Leonardo, devido à falta de pagamento de direitos alfandegários. Moogem fez diversas tentativas para resolver a situação, e é intrigante debater se suas intenções

eram fraudulentas ou não. No entanto, as autoridades acabaram confiscando suas mulas e outros bens, resultando em um grande prejuízo para ele.



João Jorge Moogem

Moogem apresentou petições e recursos buscando a restituição de suas mulas e outros bens apreendidos. Ele alegou que sua intenção não era fraudar as autoridades, mas sim criar uma tropa de mulas para fins comerciais legítimos. Além disso, ele afirmou ter sido vítima de má conduta por parte das autoridades locais e de seu procurador fiscal. No entanto, as autoridades mostraram-se relutantes em devolver os bens.

Jozé da Silva Pereira, proprietário de terras na região, sensibilizado e confiante na conduta de Moogem, ofereceu-se para abrigar os animais em suas terras até que houvesse uma decisão definitiva sobre a liberação dos bens. Jozé argumentou que, se Moogem realmente tivesse a intenção de contrabandear, não teria utilizado a picada de São Xavier tão conhecida. O comandante inicialmente concordou em deixar os bens sob a tutela de Jozé, no entanto, pouco tempo depois, mudou de opinião e exigiu

que fossem levados para próximo do Cacequi, onde seriam entregues ao General João Antônio da Silveira. Isso resultou em um aumento significativo do prejuízo para Moogem. Este prejuízo incluiu não apenas a tropa de 162 mulas, mas também todos os outros animais, cargueiros e escravos pertencentes ao inglês. Além disso, os animais extraviados e até três escravos de sua propriedade foram incluídos nesse prejuízo, sendo que estes últimos fugiram possuídos de medo e terror, levando consigo o dinheiro que Moogem tinha para suas despesas e alguns objetos de valor, conforme alegou ele.

A boa-fé do comerciante fica questionável quando as autoridades relatam posteriormente que Moogem afirmou ter avistado uma ameaçadora partida de 50 imperialistas próximos. No entanto, sua história não pôde ser verificada, sugerindo que ele poderia ter fornecido informações falsas apenas para despistar as autoridades. Moogem também é acusado de subornar um funcionário público para obter um despacho favorável. Suas verdadeiras intenções permanecem um mistério, assim como o destino de seus bens, já que não há registros do desfecho do caso. Essas observações simples ressaltam ainda mais o impacto dos movimentos militares na região, especialmente durante os anos da Revolução Farroupilha. No entanto, um conflito mais interessante será destacado posteriormente.

Ao longo dos anos, à medida que a região de São Xavier se desenvolvia, diversos relatórios oficiais informativos foram elaborados. Um levantamento de setembro de 1855, fornece observações interessantes sobre as condições e existência da estrada em questão durante a metade do século XIX. Foi registrado que o trajeto havia passado por melhorias sob a supervisão do médico e político João Pereira da Silva Borges Fortes. Sob sua direção, foi aberta a trilha em toda a extensão da Serra, com uma largura de 70 a 80 palmos.

Entretanto, ainda havia indicações de necessidade de melhorias em certos pontos. Especificamente, abaixo da serra, em uma distância de aproximadamente duas léguas da entrada sul da trilha, era necessário ampliar outra picada conhecida como “João de Sá”. Além disso, perto desse local, era requisitado melhorar o passo no Taquarichim. Na própria serra, a cerca de uma légua da entrada norte da trilha, foram identificadas oportunidades para ajustes, como alargar a estrada para encurtar o trajeto e evitar um terreno acidentado e pantanoso num faxinal. Também foram sugeridos ajustes menores, como a remoção de pedras e arbustos ao longo do caminho.

Desse modo, reconhecendo a necessidade de manter conservada aquela estrada, foi oficiado ao subdelegado de polícia Boaventura José de Azevedo o encargo de estar à frente de quaisquer obras eventuais, conforme sua própria disposição.

Saindo por ora das questões documentais, destacam-se outras presenças ancestrais ao longo dessa antiga trilha. Uma delas é uma imponente cruz de madeira que tem sido preservada pela comunidade local ao longo de sua existência. Pouco se sabe sobre a origem desse marco religioso, e a comunidade local não possui registros precisos sobre o momento em que foi erguida pela primeira vez. No entanto, de tempos em tempos, quando a madeira se deteriora, partes da cruz são substituídas.

Diversas suposições cercam a sua razão de existência, mas sem informações concretas, é difícil determinar seu propósito original. Pode ter sido um marco importante ao longo da estrada, um local para celebrações religiosas ou até mesmo ter sido erguida para marcar um evento relevante do passado.

Embora permaneça envolta em mistério, essa emblemática cruz continua a ser um símbolo marcante da região. Ao longo do tempo, testemunhou a passagem de inúmeros viajantes, recebeu inúmeras reverências e continua a inspirar reflexões profundas sobre sua história e significado, ressaltando assim a importância da Picada de São Xavier.



Cruz de madeira a beira da estrada de São Xavier.



Alguns trechos da velha estrada, capturados por Ana Lúcia Moreira da Silva. É perceptível o vinco formado pelos anos de uso, junto a um proeminente plátano.

Peleias

Quem hoje transita pelas estradas de São Xavier, Taquarichim e Cavajuretã, dificilmente imagina os grandes feitos que ali ocorreram, dignos de serem debatidos nas aulas de história e reverenciados pelos locais. Entre as inúmeras movimentações militares na região, a mais destacada é a Batalha de Cavajuretã, que ocorreu em 31 de dezembro de 1843, durante a Revolução Farroupilha, estendendo-se de São Xavier até Cavajuretã.

Para compreender melhor o contexto desta batalha, é necessário retroceder um pouco no tempo, antes do início do conflito, utilizando como base para essa interpretação os escritos do historiador Alfredo Varela. O Duque de Caxias começou a buscar maneiras de aumentar a eficiência de seu exército, multiplicando suas forças de ataque. Ele já tinha duas colunas em operação e decidiu criar uma terceira. O comando desta foi confiado a Francisco Pedro Buarque de Abreu, o Barão do Jacuí, uma figura militar em ascensão. A terceira coluna manobrava na parte oriental da campanha; a segunda, estava na comarca do Alegrete; e a primeira, ficava no centro de ambas, formando o eixo de seus movimentos, na Estância do Carmo, em São Vicente. Essa mudança foi implementada pelo comando imperial, já no segundo semestre de 1843.

João Antônio da Silveira, um dos líderes Farrapos, após uma vitória em 8 de junho daquele ano e estando entre o Curral-de-pedras e o passo do Rosário, decidiu se dirigir às Missões. Ele liderava um grupo de 600 homens e enviou Gomes Portinho, com um contingente de 300, para subir pela picada de São Xavier. A ordem era para dispersar os grupos imperiais que vagavam por Cima da serra. Portinho seguiu para seu destino conforme ordenado. João

Antônio, no entanto, chegar às Missões, foi alcançado pelos tenentes-coronéis Antônio Fernandes Lima e Demétrio Ribeiro. Este último oficial, após uma breve estadia no Uruguai, onde tinha ido com uma licença de 20 dias, decidiu se juntar ao serviço dos imperiais.

No dia 26 de dezembro, em Butuí, Fernandes Lima e Demétrio Ribeiro pegaram o general João Antônio de surpresa. Após um confronto desfavorável, ele foi forçado a se retirar rapidamente. João Antônio, em um ritmo acelerado, seguiu em direção de Cruz Alta com o grupo restante, onde planejava se reunir com as forças sob o comando de Portinho. Este encontro ocorreu na estrada que passa por Carová.

Uma vez reunidas, as duas unidades decidiram retornar à campanha, iniciando a operação imediatamente. Para a descida da serra, regressaram a trilha de São Xavier, que estava ao sul de sua posição. João Antônio e o tenente-coronel Portinho desceram pela trilha de São Xavier e encontraram inimigos logo na saída, no dia 29 de dezembro.

Com um objetivo claramente definido, as forças imperiais posicionaram na região dois pequenos grupos de cavalaria, totalizando 350 homens. Todos estavam sob o comando geral do tenente-coronel Propício Menna Barreto, que estabeleceu o quartel-general de sua brigada mais a oeste, no passo do Jaguari, mantendo a infantaria ali e avançando a cavalaria para a região acima. Sabendo da recente derrota dos farrapos e da direção que estavam tomando, Propício Menna Barreto recebeu ordens para bloquear as saídas da serra, por onde se esperava que os farrapos passassem. Presumia-se que, desorientados como estavam, seriam facilmente capturados. Propício, do Jaguari, onde manteve a tropa de caçadores de sua brigada, enviou para a boca da picada os grupos dos majores Agostinho Gomes Jardim e João Severo.

Quando os grupos dos dois maiores perceberam que os farrapos não estavam tão enfraquecidos quanto imaginavam, iniciaram uma fuga imediata em direção a primitiva vila de São Vicente. No entanto, foram perseguidos pelos farrapos e se viram obrigados a entrar em combate em Cavajuretã. Após confronto intenso, os imperiais tiveram que ceder, fugindo em todas as direções, especialmente após a morte de Gomes Jardim, que causou um grande impacto nas forças imperiais.

Os revoltosos, vencedores, tomaram posse de todos os cavalos do inimigo, de suas bagagens e fizeram prisioneiros. Entre as perdas significativas dos imperiais, além do major, houve mais dois oficiais subalternos. Os farrapos também perderam dois oficiais e tiveram vários feridos, incluindo o dito capitão Serafim Bravo. A quantidade de baixas ainda levanta dúvidas. A literatura produzida por Hernani Donato, por exemplo, em seu “Dicionário das Batalhas Brasileiras”, cita a morte de 15 farrapos.

O confronto terminou quase ao anoitecer e, apesar disso, os vencedores não acamparam para descansar. Isso ocorreu porque souberam, através de alguns prisioneiros imperiais, que Menna Barreto estava nas proximidades. Naquela mesma noite, eles atravessaram o Toropi, que estava bastante cheio. A travessia foi concluída na manhã seguinte, quando se dirigiram à aldeia de Santa Maria.

Essa região, além dos limites municipais, cercada pelos rios Ibicuí, Toropi e Jaguari, e limitada pela Serra Geral ao norte, juntamente com a mesopotâmia entre os rios Toropi e Ibicuí-Mirim, foi historicamente um ponto crucial devido às suas características socioespaciais. Ao longo dos séculos, essa área, incluindo São Pedro do Sul, foi atravessada por importantes caminhos frequentemente utilizados durante revoluções, com a constante

presença de tropas em trânsito, estabelecidas em postos ou envolvidas em conflitos, como evidenciado na Batalha de Cavajuretã. Por exemplo, destaca-se a conhecida Pica-da dos Farrapos, situada na porção oeste de São Vicente do Sul. Segundo relatos orais, essa trilha teria sido aberta nos matos da região para permitir que as forças farrapas escapassem de um iminente ataque imperial.

Mariana

Joaquim Jozé de Araújo, aquele que recepcionou Auguste de Saint-Hilaire e sua comitiva em 2 de abril de 1821, viria a falecer em 28 de abril de 1828, sem nunca concretizar seu desejo de retornar a sua origem. Frustrando não somente ele, mas, também, uma escrava de nome Josefa, que muito rezou para que os planos dessem certo e ela voltasse ao norte para rever sua mãe. Apesar da desventura para Joaquim, esse destino foi decisivo.

Fazendo retomada, um dos motivos que trouxeram Joaquim ao Sul, foi Maria Leite, uma mulata provinda de Curitiba. Pouco se sabe de sua vida previa, mas sua chegada ao sul se deu por conta de um romance com Joaquim Jozé de Araújo. Em visto que, como antes já foi dito, o pai de Joaquim negou à união dos dois, levando com que Joaquim tivesse desejo de migrar para o sul para se casar e estabelecer com Maria. Posteriormente o casal se fixou na região de São Xavier onde o patriarca desenvolvia suas atividades rurais. Tendo chegado a região provavelmente no ano de 1810. Apesar disso. Joaquim, passou a se relacionar com uma índia, trazendo desgosto para sua legítima esposa, que partiu para a vila de Cachoeira junto do único filho, João.



Assinatura de Joaquim Jozé de Araújo.

Com o falecimento do patriarca em 1828, Maria e João fizeram retorno a São Xavier, para tomar posse da herança que lhes era por direito, estabelecendo-se naquela localidade por definitivo. Tem-se que João tinha quarenta e seis

anos de idade quando feito o inventário de seu pai, sendo possível supor que ele tenha nascido por volta de 1783.

João, adulto, casou-se com Maria da Conceição e Souza, tendo apenas uma filha de nome Mariana e tornando-se tronco familiar de muitos descendentes. É contado que João veio a óbito num embate da Revolução Farrroupilha, muito provavelmente na Batalha do Cavajuretã, ocorrida em 31 de dezembro de 1843, isso se sustenta pois quando ele faleceu, sua filha Mariana, nascida em 1833, tinha entre 10 e 11 anos de idade.

Como mencionado anteriormente, os campos de São Xavier foram o palco de diversas movimentações, como exemplificado pela batalha mencionada acima. Estiveram nesse referido combate o major Agostinho Gomes Jardim, que veio a óbito no embate contra os farrapos liderados por João Antônio da Silveira. Restando aos imperiais os comandos do capitão Manoel José de Albernaz.

A região, abrangendo além dos limites municipais, cercada pelos rios Ibicui, Toropi e Jaguari, e limitada pela serra geral ao norte, juntamente com a mesopotâmia entre os rios Toropi e Ibicui Mirim, tem sido historicamente um ponto crucial devido às suas características socioespaciais. Ao longo dos séculos, essa área, incluindo São Pedro do Sul, foi atravessada por caminhos importantes, frequentemente utilizados durante revoluções, com a presença constante de tropas em trânsito, estabelecidas em postos ou envolvidas em conflitos, como evidenciado na batalha do Cavajuretã. Em relação à passagem, destaca-se a conhecida Picada dos Farrapos, situada na porção oeste de São Vicente do Sul. Segundo relatos orais, essa trilha teria sido aberta nos matos da região para permitir que as forças farrapas escapassem de um iminente ataque imperial que foi detectado.

No entanto, voltando às disposições familiares dos indivíduos foco deste capítulo, após viubar, Maria da Conceição tinha pretensões de casar-se novamente, o que, na época, era algo relativamente comum e viável, mesmo que isso nunca tenha ocorrido, caso tivesse, era determinado que Mariana seria a única herdeira dos bens que haviam sido de seu pai, João. Mariana, filha única, casou-se cedo, aos 16 anos, com Zeferino Alves Machado, esse que era muito provavelmente nascido no Rincão de São Pedro do Sul. Com ele teve 6 filhos, sendo estes:

- Joaquina Leite Alves cc. Randolpho José da Silva Pereira
- Querino Alves Machado cc. Carolina Etelvina Gonçalves Dias
- Cândida Alves cc. Faustino Cyriaco Jardim
- João Alves Machado cc. Marcolina Campos de Oliveira
- Rita Alves cc. João Antônio de Oliveira
- Maria da Conceição Alves

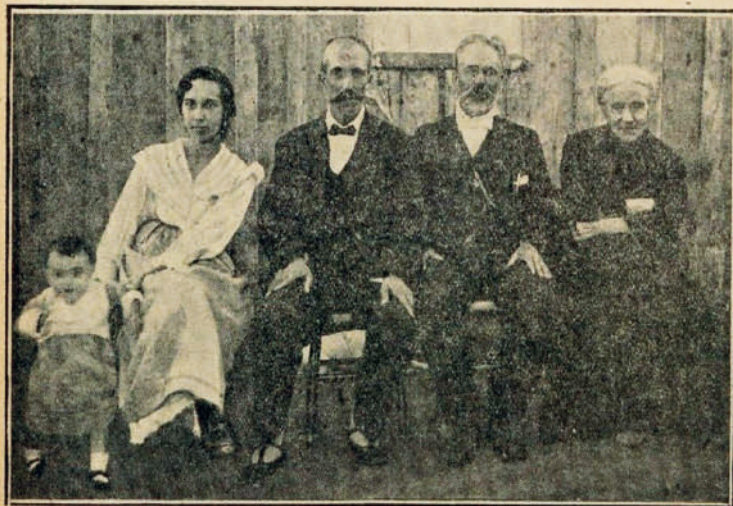
Zeferino, o esposo de Mariana, conseguiu expandir o patrimônio da família para além das terras herdadas por ela. Essa ampliação de propriedades pode ser corroborada pelos registros cartoriais que atestam a aquisição de duas parcelas de terra: uma na região da Serra de São Xavier e outra na localidade de Santo Antônio.

A primeira transação envolveu a compra de terrenos cobertos por mata densa da viúva Maria Joaquina da Silva. Já na segunda compra, realizada em 1876, Zeferino adquiriu uma parte de um extenso pedaço de campo na localidade de Santo Antônio da viúva Estiphânia Maria Moreira.



Trecho da planta geral da colônia Jaguaray.

A trajetória de Mariana foi marcada por altos e baixos. Ela precisou enfrentar perdas familiares e outros grandes problemas que, nos dias de hoje, são desconhecidos, mas certamente podem ter a atormentado, também se tem a possibilidade de ela ser analfabeta. Dos escasos registros orais que se tem dela, se destaca um que era contado pela bisneta de Mariana, Eva Flores da Silva, nascida em 1908, que conviveu com a ancestral. É contado que em certa ocasião Eva chegou na casa da bisavó e a encontrou sentada sob uma pilha de tábuas, e em diálogo Mariana se gavou de ainda poder quebrar um caroço de pêsego com os seus dentes. Tal fato ainda foi mencionado no jornal “Máscara”, do dia 4 de dezembro de 1920. Conforme reportado, era uma senhora alegre e de boa saúde.



Dona Maria Leite da Conceição, com 87 annos de idade. Filho Coronel João Alves, com 61 annos de idade, criador no mesmo município. Neto Zeferino Silva, com 50 annos de idade, commerciante no mesmo município. Visnetta Lucinda Silva Seintrasser, com 22 annos de idade. Tartaranetta Edith, com um e meio anno de idade, todos moradores no mesmo lugar. Dona Mariana conversa, caçoa e brinca, nunca soffreu dor de dentes, tem todos perfeitos, come bem, dorme bem, e faz troça das netas quando dizem que tem dor de dentes. Tem 8 visnetos e 10 tartaranetos vivos.

Jornal o Mascara - 04/12/1920

Mariana Leite da Conceição, proprietária de estâncias, veio a óbito com 91 anos por causas naturais no dia 31 de outubro de 1924, em sua residência. Foi sepultada no cemitério particular de sua propriedade, que abrangia 1906 hectares em São Xavier, conforme encontrado em inventário. Porém, quase cem anos após sua morte, seus restos foram transladados para o Museu Fragmentos do Tempo, no interior do município de Mata.

Parte das recordações ligadas ao círculo familiar de Mariana foi preservada graças a Doralício Franco Pereira, que faleceu em 25 de fevereiro de 2016, já em idade avançada. Era neto de um escravo que serviu a essa mesma família e filho de uma empregada que trabalhou para Mariana.

Doralício compartilhou a notável reputação de Mariana como uma figura respeitável. Além disso, ele evocou lembranças da Revolução Federalista que havia ouvido dos mais velhos. Durante esse conflito, os subordinados negros da família de Mariana foram à luta, porém, ao término do embate, apenas um deles retornou. O destino dos demais permaneceu envolto em mistério, pois não se sabia se haviam sido mortos ou haviam evadido. Esse sobrevivente costumava compartilhar suas experiências ao final das lidas no campo. Todos, inclusive Doralício, se reuniam no rancho desse veterano negro para ouvir as histórias que ele tinha para contar sobre aqueles tempos passados.



Foto de Doralício, sua gaita e a panela de ferro na qual se fazia comida aos subordinados de Mariana. Acervo do Museu Fragmentos do Tempo.

Os escravizados desempenharam um papel de enorme importância na formação, evolução e desenvolvimento da província. A família de Mariana era uma das que possuíam recursos para dispor desses trabalhadores, como

exemplificado pela escrava Josefa, citada por Saint-Hilaire, que era propriedade de Joaquim Jozé, assim como o avô de Doralício, que servira à sucessão de Joaquim. João Leite, por exemplo, herdou a quantia de 16 escravizados, conforme atesta o inventário de seu pai.

O uso da mão de obra escrava foi vital para impulsionar o crescimento econômico da época, deixando marcas profundas na estrutura social, cultural e racial do estado. Na região, muitas famílias possuíam escravizados em suas propriedades e estâncias, e o relato de Saint Hilaire sobre a escravizada Josefa, entrevistada na residência de Joaquim Jozé em São Xavier, oferece um vislumbre da complexidade dessas vidas.

A negra do administrador me falava, de modo tocante, de sua afeição pela mãe. “meus filhos, me dizia ela, não precisam mais de mim, mas não há um dia em que a lembrança da minha mãe não se apresente em meu espírito e me faça chorar. Meu patrão diz, as vezes, que deixará essa região e seguirá para a região onde ela mora. Tenho feito rezar missas a Nossa Senhora da Aparecida para que ela o fortaleça nas suas boas intenções.

Auguste de Saint-Hilaire, em 2 de abril de 1821.

Escravizados que constam no inventário de Joaquim Jozé, em ordem alfabética.

1. André – 5 anos, 128\$000 Réis
2. Antônio – 30 anos, 300\$000 Réis
3. Eva – 14 anos, 300\$000 Réis
4. Isidoro – 10 anos. 200\$000 Réis
5. Manoel – 60 anos, 64\$000 Réis
6. Jacinta – 30 anos, 300\$000 Réis

- 7. Josefa – 28 anos, 300\$000 Réis*
- 8. Josefa – 58 anos, 128\$000 Réis*
- 9. Maria – 8 anos, 200\$000 Réis*

Manoel, de 60 anos, e Josefa, de 58 anos, foram utilizados como forma de pagamento para quitar uma dívida que Joaquim tinha com Antônio José Pereira Pihahy.

Haveriam também escravizados herdados por Mariana, em decorrência do falecimento de Zeferino em 1886.

- 1. Maria Ambrosia, de 46 anos, foi avaliada em 450\$000 Réis no início do inventário, mas seu valor foi reduzido para 30\$000 Réis próximo à iminente abolição.*
- 2. Benedicta, com 34 anos, foi avaliada em 600\$000 Réis inicialmente, porém ao final do inventário seu valor diminuiu para 40\$000 Réis.*
- 3. Emília, de 23 anos, foi inicialmente avaliada em 675\$000 Réis, mas ao término do inventário seu valor foi reduzido para 50\$000 Réis.*

Todas eram solteiras.

As estâncias

Como mencionado anteriormente, a conquista dos remanescentes das Missões Orientais do Rio Grande pelos portugueses em 1801 introduziu uma nova dinâmica na administração da região. Na verdade, as mudanças administrativas começaram a ocorrer a partir de 1768, quando os jesuítas espanhóis foram expulsos. Combinadas com os avanços, mudanças e necessidades políticas, a estrutura administrativa precisou passar por transformações significativas, levando a Espanha a criar, em 1776, o Vice-Reino do Prata. Isso implicou no estabelecimento de novas regras e hierarquias para a gestão dos remanescentes missioneiros, transferindo o controle de Madri para Buenos Aires.

Assim, com a conquista da região em 1801, houve uma ruptura na administração, pois as áreas dos resquícios missioneiros da região oriental passaram a ser controladas por Lisboa. A chegada de Dom João VI ao Brasil em 1808 trouxe mais mudanças, uma vez que o governo de Portugal e suas colônias, incluindo o Brasil, passou a ser coordenado a partir do Rio de Janeiro. Somente em 1809, foram estabelecidos os primeiros quatro municípios na província do Rio Grande: Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo. Este último abrangia mais de 60% do território da província, incluindo a região das Missões. Com o tempo, a região das Missões desenvolveu uma identidade própria, sendo considerada por muitos como Província. Em 1827, o governo da Capitania do Rio Grande estabeleceu uma administração específica para essa área, nomeando Manuel da Silva Pereira Lago como o primeiro administrador da região das Missões. Sob essa perspectiva, o território atual de Mata poderia ser considerado na borda da suposta Província das Missões.

Entretanto, é importante destacar que, segundo entendimentos, oficialmente a Província das Missões nunca existiu. Em 1819, o município de Cachoeira foi criado, somando-se aos outros quatro existentes, totalizando cinco municípios na época da independência. Até 1824, permaneciam esses cinco municípios, além da Província não-oficial.

Então, oficialmente, a região de Mata passou a ser parte de Cachoeira, após a criação dessa municipalidade, assim como com Bagé, Dom Pedrito, Santa Maria, São Pedro do Sul e São Gabriel. Ao longo dos anos, houve uma redistribuição territorial, resultando em uma espécie de troca-troca e confusão de limites. Portanto, recapitulando, inicialmente, o Rio Grande estava dividido em 4 municípios, mas com a chegada do Império, passou a ter cinco. Durante a Revolução dos Farrapos, o número de municípios rio-grandenses contava com 14, e até 1860 já somavam 28. Mata permaneceu sob a jurisdição de São Gabriel até o fim do Império, quando São Vicente se tornou município e passou a incluir a região de Mata, até a conhecida emancipação.

A partir desse ponto central de alternância de territórios, a história se desenrola, e ao longo dos anos, os campos dessa região foram gradualmente transformados, delimitados por cercas à medida que mais povoadores chegavam e terras eram reivindicadas, adquiridas ou distribuídas. Além de Mariana, mencionada anteriormente, outras famílias de estancieiros compartilhavam os vastos campos de Mata, que também merecem destaque.

Nos tempos passados, as famílias abastadas buscavam estabelecer vínculos e conexões através de casamentos, muitas vezes baseados em considerações financeiras e posições sociais. Essas uniões resultavam em uma in-

trincada teia de conexões sociofamiliares. Um exemplo notável dessa prática é o casamento entre Joaquina Leite Alves, filha da ilustre Mariana, e Randolpho José da Silva Pereira, filho do Alferes Jozé da Silva Pereira, um dos primeiros povoadores do território de Mata.

A família Silva Pereira foi proprietária da Estância de São Rafael, que certamente existia no perímetro da localidade homônima, e contava com postos espalhados. A partir dessas uniões, surgiram numerosos descendentes, uma quantidade significativa de habitantes que traçam suas raízes diretamente até os primeiros povoadores do território de Mata. Um fator determinante para explicar o grande número de descendentes é a prole extensa que esses personagens do passado tiveram.

A relação do Alferes Jozé Silva Pereira com essas terras teve início em 1819. Anteriormente, Jozé havia participado como ajudante nas medições de terras na época em que essa região pertencia a Rio Pardo. Posteriormente, já como morador da Vila de Rio Pardo e ocupando o cargo de alferes, utilizou seu conhecimento das terras que havia ajudado a medir para requerer, junto ao governo provincial, as sobras de terras no Rincão de São Pedro, em 1 de março de 1819. Tal rincão havia sido concedido a Manoel dos Santos Pedroso e seus dois irmãos, mas nesse teriam restado terras devolutas. O pedido foi deferido em 1821 por Manoel Marques de Souza. Isso nos leva a refletir sobre como e quando os referidos cônjuges migraram para a sesmária localizada no outro lado do Toropi, um aspecto que até então parece uma lacuna. Segundo a oralidade, Jozé teria vendido as terras no Rincão de São Pedro e adquirido as propriedades onde viria a ser São Rafael e áreas adjacentes, permanecendo como detentor das sesmarias iniciais por um curto período.

Hermes Uberti, precursor das pesquisas familiares dessa linhagem e guia deste capítulo, apurou que no ano de 1826, o Alferes, como parte de sua estratégia de expansão de terras, realizou uma transação de terras envolvendo a permuta de dois campos no rincão de São Xavier. O negócio foi firmado com José Manuel de Siqueira, com a justificativa de que os campos de Payré estavam contíguos à estância de São Rafael. É importante lembrar que atualmente existem dois “Pairés”, o que causou confusão na produção deste projeto e ainda gera algumas dúvidas. Um Pairé está localizado em São Pedro do Sul e outro em Mata, sendo este último, logicamente, o campo mencionado na questão de 1826. Além de entregar outro campo, no distrito de São Vicente, o Alferes também pagou a quantia de 800 mirréis.

No entanto, José Siqueira não honrou sua parte no acordo, ficando com os dois campos e o dinheiro. Alegou que não poderia cumprir o trato sem antes realizar o inventário de sua falecida esposa. Além disso, admitiu ter feito o negócio sem o consentimento do juiz de órfãos e dos herdeiros maiores, enquanto também afirmava ser vítima de má-fé por não saber ler nem escrever, acusando seu vizinho de aproveitar-se disso.

Diante do impasse, em agosto de 1826, Jozé e Francisca moveram ação Cível na Comarca de Rio Pardo, exigindo o cumprimento do acordo e buscando ressarcimento no valor de 1 conto e 680 mirréis para recuperar o dinheiro investido e cobrir as despesas processuais. Posteriormente, José Gomes de Siqueira foi vítima de homicídio, e o alferes acabou, eventualmente, por expulsar os filhos do falecido, apropriando-se definitivamente do campo do Payré e dos animais. Esse campo seria palco de futuras disputas, mas isso é assunto para outra ocasião.

É importante destacar que além da posse principal em São Rafael, Francisca também detinha outros estabelecimentos que contribuíam para seu patrimônio total. Isso incluía a estância da Palmeira, a Santa Luzia, a Palma - esta que posteriormente seria posse da família Quadros - , um campo no dito Rincão das Neves e o do Payré, adquiridos através de compra e permuta, respectivamente, como levantado pelo historiador Uberti. O inventário do alferes só foi concluído em 1848, quando Cândido, já maior de idade, e Francisca, a filha, já casada, foram os primeiros a receber suas partes.

O herdeiro Cândido, já casado com Cândida Victorino dos Santos, filha do renomado estancieiro João Victorino dos Santos, fixou residência em sua parte herdada. Mais tarde, após atingir a maioridade, seu irmão mais novo, Randolpho, uma figura de grande influência na história local, também estabeleceu-se em sua própria parcela.

Randolpho escolheu um local elevado, com fontes de água abundantes e, conforme a tradição, uma área arborizada atrás da residência, que servia múltiplos propósitos, como fornecimento de madeira, caça e proteção contra os ventos. Esses elementos fundamentais à condição humana, discutidos previamente, adicionam mais uma camada fascinante à história dessa família. Isso ocorre porque, guiados pelos mesmos instintos de estabelecimento, havia, em tempos anteriores ao surgimento dessa família, um assentamento prévio, pelo menos é o que muitas vezes é transmitido verbalmente.

Embora existam alguns poucos indícios materiais que possam apoiar essas narrativas orais, são escassos outros materiais que possam fornecer uma datação definitiva. Chegar a uma conclusão sobre essas informações sem provas suficientes seria precipitado. As tradições orais apresentam várias versões, muitas das quais sugerem um

possível assentamento missioneiro, porém, a ausência de indícios concretos dificulta a validação desses relatos. Enquanto aguardamos evidências e pesquisas que possam esclarecer e fundamentar este capítulo, restam apenas suposições e conjecturas até hoje não comprovadas.



Interessante almofariz, que teria pertencido ao lar de Randolpho.

José da Silva Pereira com D.ª Francisca Pinta Pereira

Aos sete dias do mes de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e nove na Matriz de Nossa Senhora Mãe de Deus de Porto Alegre pelas cinco horas da tarde, depois de feitas as diligencias do estado e indispensado legitimamente do impedimento de consanguinidade de no segundo grau, e não haver outro na forma do Sagrado Concilio Tridentino, e Constituição por Portuções do Reverendo Ilmo. Sr. Bispo, e Vigario Geral desta Capitania Antonio Xavier da Silveira parente o Reverendo Casado Sr. Ignacio Lourenço de Almeida e de nobreza em Matrimônio com palavras de presente em que se presenciam e se mutuamente José da Silva Pereira, natural, e baptizado na Freguesia de Nossa Senhora do Destino da Ilha de Santa Catharina, filho legitimo de Sr. Joaquim da Silva Ramalho e de Benedita Bernardes de Oliveira com Francisca Santa Rosa, natural e baptizada na Freguesia de São Miguel de mesma Ilha, filha legitima do Capitão Severino Cardoso Xavier, e de Dona Maria Bernardes da Silva Xavier: metidos e presentes como Testemunhas os abaixo assignados. Para com os mandados fazer este offício, que assigna.

M. B. P. M. B. P. M. B. P.

Registro de matrimonio de 'José da Silva Pereira' e 'Francisca Pinta Pereira'. A união se deu ao dia 7 de janeiro de 1819, na Matriz de Porto Alegre.

Regressando à narrativa do Alferes Jozé, para findar em parte este arco, se tem que seu passamento ocorreu em 17 de dezembro de 1843, alegadamente devido a envelhecimento por rivais. Supõe-se que esse ato tenha sido desencadeado pela apropriação indevida de uma propriedade vizinha. Como mencionado anteriormente, ele deixou para trás sua esposa, Francisca, e seus descendentes. No que se refere ao seu patrimônio, o inventário póstumo do estancieiro Jozé revelou um montante um pouco acima de 20 contos de réis. Esse patrimônio incluía 16 escravos, seis propriedades rurais, das quais quatro foram adquiridas por meio de aquisições, e um rebanho de 1.300 cabeças. É possível que o acúmulo de bens por parte da família Silva tenha sido facilitado pelo processo histórico de desmembramento dos antigos espólios missioneiros, especialmente porque a maioria dos vestígios remanescentes foi incorporada pelos novos proprietários das terras.

A trama dessa família se tornou ainda mais intrincada quando Francisca contraiu um segundo casamento infeliz com João Chrisóstomo de Oliveira, natural de Pernambuco, que chegou ao sul, na Vila de Cruz Alta, em 1844. Lá, ele estabeleceu uma pequena escola para meninos em sua própria residência e, mais tarde, assumiu o cargo de secretário da câmara em São Vicente. Além disso, acumulou a função de tabelião de notas em Cruz Alta e chegou até a atuar como escrivão no inventário de Jozé. Sua carreira culminou na advocacia. Contudo, esse matrimônio foi efêmero, uma vez que João veio a falecer em 17 de julho de 1849, conforme posteriormente será revisto.

Este casamento com o pernambucano trouxe consigo um período de imenso sofrimento para Francisca. Ela foi submetida a tratamentos cruéis por parte de João, que, segundo relatos, inicialmente agira de forma benevolente, regularizando as propriedades de Francisca e removendo

um tutor de reputação duvidosa que havia sido responsável pelas posses dos herdeiros menores durante o período entre a viuvez e o segundo casamento. No entanto, em um segundo momento, João começou a pressionar Francisca a vender seu patrimônio, apropriando-se do dinheiro resultante dessas vendas. Sua ganância por suas posses era tão intensa que há relatos de que ele chegava ao extremo de parcialmente enterrá-la em um buraco, numa tentativa de forçá-la a vender suas propriedades.

Duas décadas após esse acontecimento, em 1873, o filho Randolpho deu início a um processo na comarca de Cruz Alta, buscando a anulação do segundo casamento de sua mãe. A complexidade da situação aumentou consideravelmente com a aparição de João Chrisóstomo de Oliveira Filho, filho da primeira esposa de João, que residia em Pernambuco e reivindicava herança devido ao casamento de seu pai com Francisca. Neste processo, Francisca alegou que João Chrisóstomo, o pai, já estava casado em Pernambuco quando se casou com ela e que nenhum patrimônio havia sido compartilhado entre eles. A responsabilidade recaiu sobre a família da viúva de provar que João havia cometido de forma evidente o crime de bigamia.

Diversas outras informações sobre Francisca puderam ser encontradas em seu inventário, aberto em 1895. De acordo com o documento, ela faleceu em 25 de abril de 1892, em sua residência em São Rafael, sendo sepultada em um cemitério no Rincão de São José. Entre seus bens de raiz incluíam 823 hectares na serra, localidade referida como “Sertão”. Além das terras, ela possuía uma casa localizada na vila de São Vicente, na esquina da Rua 7 de Setembro com a antiga Rua 28 de Setembro. Apesar de todas essas informações sobre a família em questão virem à tona, torna-se evidente que há muito a ser desvendado sobre esse núcleo familiar.

Além dessa família, outras também desempenharam papéis significativos no cenário das estâncias. Entre elas, destaca-se a família Quadros, cuja linhagem remonta a Gerônimo Pereira de Quadros e Domingas. As famílias Jardim, Fragoso de Almeida, Mello, Sanches, Jacques, Martins Morato e César também tiveram uma participação marcante nesse contexto. Ainda que tenham se fixado em municípios limítrofes, como São Vicente do Sul ou Jaguari, essas localidades eram contíguas, o que, de forma inevitável, exerceu influência nas dinâmicas sociais e nas estruturas familiares que abarcavam a região como um todo.

Os membros da família Quadros desempenharam um papel significativo no cenário regional, estabelecendo-se tanto na Estância da Palma, situada entre São Vicente do Sul e Mata, quanto exercendo influência nas áreas acima da serra, na atual municipalidade de Jari. Nesse contexto, a utilização frequente da Picada de São Xavier em seus deslocamentos torna incontestável que, de alguma maneira, eles participaram ativamente das relações socioespaciais locais.

O patriarca Gerônimo nasceu em 30 de setembro de 1830, filho de Boaventura Pereira de Quadros e Maria Mathilde da Conceição. Boaventura, nascido em 1801, faleceu em 23 de julho de 1861 e foi sepultado sob uma lápide maciça de arenito em um cemitério na localidade de Palma, em São Vicente do Sul. Gerônimo faleceu em 28 de janeiro de 1909 e foi sepultado ao lado de sua esposa, Domingas Martins (06/06/1828 - 03/07/1918), no cemitério familiar da antiga estância do casal.

Nesses aspectos, é importante mencionar brevemente que a família Sanches estava de alguma forma ligada ao cenário da região de São Xavier. Em setembro de 1851, Francisco Xavier Sanches iniciou o processo de in-

ventário de sua esposa Joaquina Clara de Oliveira, falecida três anos antes. O inventário incluiu uma série de bens, como instrumentos de trabalho, um rebanho de 89 cabeças, três escravos e, especialmente, duas propriedades, uma delas nas circunvizinhanças da Serra de São Xavier.

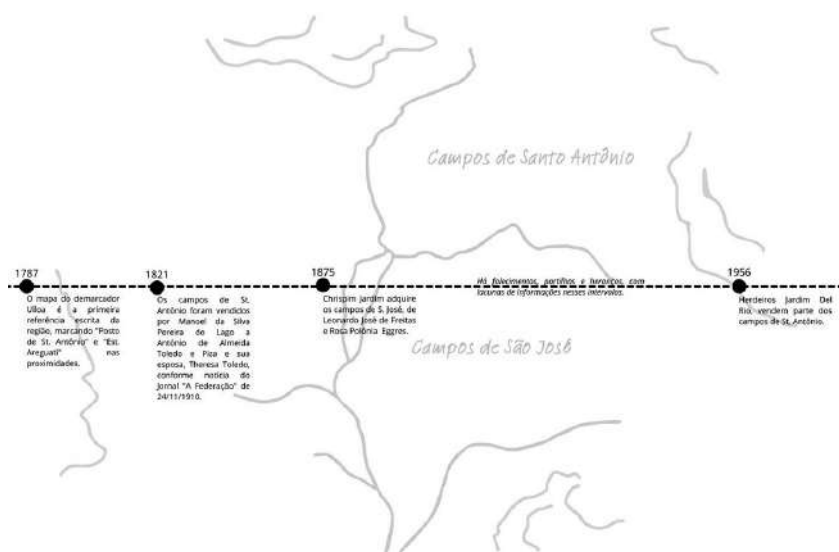
Um ponto de destaque nessas heranças reside no fato de que, em um registro posterior, o filho herdeiro, Honório de Oliveira Sanches, alegou ser o proprietário de extensas áreas de terra cobertas por floresta, obtidas por meio de uma posse pacífica. Isso implica que ele adquiriu essas terras com a aprovação das autoridades locais, lançando luz sobre o conceito de terras devolutas. Essas terras devolutas são aquelas que permaneceram desocupadas após a distribuição de sesmarias e foram transferidas para o domínio do Estado. Além disso, os detalhes sobre as confrontações das terras também são de grande importância, pois podem fornecer informações cruciais sobre a disposição geográfica da população local.

As terras foram geograficamente delimitadas, com confrontações ao norte em terras pertencentes a Randolpho José Jacques, ao sul nas propriedades da família Martins, a leste em áreas de matos devolutos e a oeste nas terras de propriedade de Pedro Costa. A dimensão da posse original era de “mil e quinhentas braças de fundo”.

Quando se trata da família Jardim, ouve-se falar de um caso específico que representa um trágico capítulo de sua história. Porém, para compreender esse acontecimento terrível, é necessário fornecer um contexto adequado. Cândida, filha de Mariana Leite e Zeferino Alves, casou-se em 27 de dezembro de 1890, na comarca de São Vicente, com Faustino Cyriaco Jardim, que era atribuído coronel, muito ligado ao Partido Republicano, e que por certo pe-

ródo atuou como juiz distrital pelo distrito de Clara, que abrangia uma extensa região. Faustino era filho de Crispim Alves Jardim e Teodora d'Oliveira, e pertencia possivelmente a uma família de estancieiros, tendo nascido a 16 de março de 1857, em acordo com sua lápide.

Esse era o segundo casamento de Faustino, uma vez que ele havia se casado anteriormente com Maria Hortênsia Abbadly da Silva, que faleceu prematuramente em 23 de fevereiro de 1890, deixando um filho de menos de 11 meses, chamado Crispim Ludgero, cujo primeiro nome levava em homenagem ao avô.



Linha do tempo das posses dos campos de São José e Santo Antônio.

A presença da família Jardim na região já estava firmemente estabelecida, conforme atestado por um registro de compra e venda datado de 1875. Nesse documento, Chrispim Jardim adquiriu uma parcela de terras dos cessionários Leonardo José de Freitas e Rosa Polônia Eggres, localizada nos campos de São José, uma área contígua à Serra de São Xavier e ao sul dos campos de Santo Antônio. Vale mencionar que os campos de Santo Antônio, como revelado em um artigo do jornal “A Federação” de 24 de novembro de 1910, têm uma história que remonta a 1821, quando foram vendidos pelo tenente-coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, mencionado anteriormente, a Antônio de Almeida Toledo e Piza, juntamente com sua esposa, Theresa Toledo. Esses registros evidenciam as diversas transações de terras que ocorreram na região ao longo do tempo, apesar de ainda restarem lacunas evidentes na cronologia que permeia entre os possuidores da região.

Em relação às disposições familiares e ao casamento com Cândida Alves, encontram-se duas filhas. A primeira, chamada Castorina, nascida em 1891, faleceu prematuramente em 13 de abril de 1904 devido a complicações causadas pela febre tifoide. A segunda filha, Hermínia, viria a se casar com o doutor uruguaio Carlos Maria Del Rio. Com esse cenário contextualizado, se avança para o dia 10 de fevereiro de 1914. Faustino havia retornado recentemente de uma de suas propriedades em São Francisco de Assis e estava em sua residência no distrito de Taquarichim. Ele planejava levar alimento a uma tropilha de cavalos que estava em um potreiro próximo à sua chácara, esta que distava pouco, de sua residência principal. Informou Cândida sobre sua saída, partindo por volta das 14 horas.

No entanto, a noite caiu e Faustino não retornou. Na manhã seguinte, ele ainda estava ausente, o que preocupou seus familiares. Chispim e um peão partiram em busca do patriarca desaparecido. Chegando à chácara mencionada, depararam-se com uma cena horrenda, um crime terrível que jamais havia sido registrado naquela região. Encontraram o cadáver de Faustino com quatro ferimentos de bala e decapitado. Eles imediatamente chamaram o delegado Antônio de Oliveira Pereira para conduzir as investigações e contaram com a ajuda de mais de cem pessoas para procurar a cabeça de Faustino, mas sem sucesso, pois os assassinos aparentemente a levaram como um troféu. Foi erguido um cenotáfio no local onde seu corpo foi encontrado, uma grande cruz de ferro. Faustino foi devidamente sepultado no cemitério privado de sua propriedade, onde seu túmulo permanece até hoje. Poucos dias depois esses acontecimentos foram noticiados na edição do dia 18 de fevereiro de 1914, do jornal “A Federação”.



Cenotáfio e lápide de Faustino, respectivamente.

Ainda se menciona que, de acordo com a tradição oral, devido à singularidade trágica do caso, o sepultamento ocorreu com um chapéu virado dentro do caixão, no lugar onde a cabeça deveria repousar, uma vez que esta

estava ausente. Essa prática visava atenuar a visão desoladora do cadáver para os familiares. Além disso, relatos afirmam que Faustino foi sepultado junto de seu revólver, que, posteriormente, foi saqueado durante a violação de seu túmulo.

As motivações por trás desse crime são incertas e divergentes. Diversos relatos, em sua maioria transmitidos oralmente, atribuem a Faustino atos de extrema crueldade praticados contra seus inimigos, especialmente em meio a divergências políticas, considerando que ele era um Republicano fanático. Segundo essas narrativas, ao longo do tempo, Faustino teria sequestrado e infligido torturas semelhantes às usadas pela inquisição contra vários adversários, decapitando aqueles que matava. Entre as diferentes versões, uma se destaca, sugerindo que Faustino aprisionou e assassinou um estancieiro, rival político, e que a viúva deste teria encomendado a morte de Faustino. Em todas as histórias, há um elemento comum: a vingança, que culmina em uma emboscada, decapitação e o desaparecimento da cabeça de Faustino. Contudo, é importante ressaltar que a veracidade desses relatos permanece desconhecida e provavelmente permanecerá assim, visto que são apenas narrativas difundidas sem comprovação factual.

A família Jardim já havia enfrentado tragédias antes desse episódio. Segundo relatos orais, Hermínio de Oliveira Jardim, presumidamente irmão de Faustino, estava envolvido em uma disputa grave que custou sua vida. Prevendo que poderia ser morto, deixou uma última carta com pedidos póstumos a sua tia. Infelizmente, Hermínio foi interceptado pelos rivais e brutalmente assassinado, sendo arrastado por um cavalo. Em seu local de descanso, encontrava-se parte de uma cruz de mármore incompleta, com seus últimos desejos, que foram transmitidos à

sua tia, além de outras informações que se perderam junto com o outro fragmento do mármore entalhado.



Fragmento do epitáfio de Herminio.

No que diz respeito aos atos de vingança, eles serviam, de certo modo, para reparar a honra afetada de uma família. Outro caso de natureza similar foi quando Cândido José da Silva Pereira, filho do alferes Jozé da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto, matou ou ordenou a morte de João Chrisóstomo, o segundo esposo de sua mãe, com as alegações de que este a maltratava. São casos verdadeiramente horrendos, no entanto, não se deve permitir que isso leve a uma visão generalizada de que todas as pessoas do passado eram más. É importante lembrar que são contextos e épocas diferentes, e não se pode julgar esses eventos com os valores e perspectivas atuais. Considerando, também, que no Rio Grande do Sul o isolamento geográfico, cultural e político do estado levava alguns lugares a adotarem suas próprias formas de justiça, afastadas das normas estabelecidas por qualquer legislação.

Muito se discutiu sobre as famílias históricas, porém pouco se mencionou sobre os lares que abrigaram tais figuras. O fato é que muitas dessas residências já não existem mais, e a localização de muitas delas é desconhecida. Descobrir esses locais requer meticolosos mapeamentos, pesquisa genealógica, tradição oral, registros de terras, evidências tangíveis e, é claro, sorte e suposições. Pode ser surpreendente não saber onde estavam localizadas as grandes propriedades, onde até mesmo os descendentes desconhecem os lugares onde seus ancestrais viveram, ou até mesmo seus nomes. No entanto, essa falta de conhecimento tem um aspecto positivo, pois ela permite a preservação do local, mantendo-o intocado e protegido da interferência de curiosos ou desavisados.

Em São Rafael, ainda existem vestígios de uma emblemática ruína feita de pedras de arenito. Através da tradição oral, é possível chegar à genealogia e, a partir desta, identificar possíveis moradores, como Leocádio dos Santos Cardoso e Manoella Conegundes dos Santos. Pelas características da construção, é razoável inferir que ela pertence ao século XIX, embora seja mais difícil determinar a década exata. Dada sua localização, é plausível que tenha servido como parada para viajantes antigos, e talvez até mesmo Saint Hilaire tenha pernoitado ali. No entanto, é crucial que esses locais não sejam desvirtuados, danificados ou perturbados, pois representam não apenas a história, mas também a vida de muitas pessoas que ali habitaram. Além disso, esses lugares são propriedade de alguém hoje em dia, portanto, é necessário respeito e um compromisso sério com sua preservação.

A história é como uma rede complexa de eventos, onde existem fatos bem estabelecidos e acontecimentos comprovados. No entanto, entre esses pontos decisivos,

há uma brecha de incerteza que permite especulações e possibilidades. Essa linha do tempo não se desenrola em uma trajetória reta e linear, mas sim em uma teia intrincada. Cada evento desencadeia outros, podendo ocorrer simultaneamente, bifurcar-se, mudar de rumo, unir-se novamente ou encerrar-se abrupta ou gradualmente. E, assim como a história oral, onde narrativas podem variar de acordo com o ponto de vista de cada um, a interpretação dos acontecimentos também pode ser diversa. Não é apenas uma sequência linear de fatos, mas um emaranhado de conexões e interpretações, tornando o entendimento da história uma tarefa maçante, porém, fascinante.



Ruínas em São Rafael .

De povoado, à vila

Com o passar do tempo e o crescimento populacional decorrente das complexas relações sociais e dos influxos migratórios para a região, começaram a surgir localidades e pequenos povoados, formando gradualmente agrupamentos populacionais distintos. Um dos primeiros registros escritos que faz referência à primitiva Mata é “Costa da Serra”, nome que aparece nos registros civis do antigo cartório de Clara em 1897. Esse nome remete à localização geográfica da região, situada na encosta dos morros. À medida que o povoamento avançava, a região de Mata se transformava, ganhando identidade própria e consolidando-se como um importante núcleo habitacional.

Nesse contexto, é essencial destacar um conceito que suscita diversas interpretações entre os acadêmicos. A territorialização é um processo intrincado que envolve a construção de identidades e relações de poder em relação ao espaço. Esse processo ocorre não apenas por meio da ocupação física, mas também pela reconfiguração de laços culturais e sociais. Essas mudanças são frequentemente seguidas pela desterritorialização, na qual comunidades são forçadas a deixar suas terras; no entanto, essa desterritorialização frequentemente leva a novos processos de territorialização em novos locais. Esses grupos sociais, ao se realocarem, estabelecem novos vínculos com o ambiente em que estão inseridos, criando assim novas territorialidades.

O povoado de Mata, onde a cidade está localizada atualmente, teve sua origem e desenvolvimento a partir de 1919, com a chegada da ferrovia. No entanto, o primeiro povoamento efetivo no município ocorreu em Clara, ain-

da no século XIX, sob a denominação de “Costa da Serra”, como mencionado anteriormente. A região possuía os recursos necessários para o desenvolvimento da população, como pedras e madeira para construção, além de água proveniente de diversos córregos que percorriam a área e a linha férrea. Conforme o povoado se expandia, tornava-se necessário estabelecer comodidades, como estabelecimentos comerciais, serviços de saúde e policiamento, bem como um cemitério, inicialmente localizado onde hoje se encontra o pavilhão católico do município. Nicolau Schmidt, um dos primeiros colonizadores, estabeleceu-se na região em desenvolvimento em 1919, inaugurando uma pensão próxima à linha férrea.



Interessante marco de pedra que se encontra na praça central de Mata. Nele esta gravado o ano “1936”.

Vale ressaltar que toda a área territorial que posteriormente se tornaria Mata estava originalmente localizada no Rincão de São Vicente, remanescente da antiga estância. De acordo com o “Annuário Militar para uso das forças em Guarnição no estado do Rio Grande do Sul” de 1891, o Rincão de São Vicente abrangia uma área superficial de 8 léguas quadradas e se dividia em seis pequenos rincões, conhecidos como Império, Ibirocay, Cavajuretã, Timbaúva, Cachoeira e Porto. Como mencionado anteriormente, mais tarde, a partir dessas divisões, surgiriam localidades como Clara.

Para ilustrar o processo de povoamento, há um capítulo curioso que, embora não se refira diretamente à Mata, se passa nas proximidades, no município de Jaguari, e envolve personagens já citados neste trabalho.

Poucos sabem, mas na década de 1930, existiam iniciativas para edificar quase do zero um povoamento em Taquarichim. Esse projeto deveria começar com 50 hectares em meio às terras de Carlos Maria del Rio e sua esposa Hermínia Jardim. A nova vila, denominada “Vila Jardim”, já tinha até um projeto elaborado, com quase 100 lotes demarcados, 16 avenidas e ruas nomeadas em homenagem a personagens importantes da história geral do Brasil e da história local, como Faustino Jardim. O projeto previa uma praça no ponto mais elevado da vila e uma usina que poderia gerar energia para o povoado, além da estação ferroviária que já existia no local. Este audacioso plano foi preservado ao longo dos anos por Noé Gastaldo e, posteriormente, por seus descendentes, família que adquiriu as terras de Del Rio décadas depois do projeto.

Diante disso, surgem algumas questões: haveria o desejo de um dia alcançar a emancipação? Por que esse projeto não se concretizou? No entanto, os fatos servem para deixar claro que estava ocorrendo um notável desenvolvimento em toda a região.

Vapores, trens e Clara

O povoado de “Costa da Serra” cresceu ainda mais com os fluxos migratórios, principalmente de origem germânica, e com a chegada das locomotivas. Embora não se tenha informações precisas sobre quando esse pequeno lugar passou a ser chamado de Vila Clara, registros indicam que em 1903 já se referiam a ele por esse nome. Tem-se que essa denominação é uma homenagem a Clara Textor, esposa de Viggo Thompson, ou Thomson, um dos pioneiros povoadores. O motivo exato para essa escolha não é conhecido, especialmente considerando que a Sra. Textor ainda estava viva quando o local começou a ser chamado por esse nome. Tal fato é intrigante, uma vez que geralmente esse tipo de homenagem é feita de forma póstuma.

Clara nasceu em 5 de março de 1843 na comunidade de Schönwalde, na Pomerânia, atualmente parte do território polonês. Em 1859, já no Rio Grande, ela contraiu seu primeiro matrimônio com Carl von Schwerin, também um imigrante, com quem teve filhos. Após ficar viúva por décadas, nos finais do século XIX, Clara uniu-se a Viggo Thompson, dinamarquês, e estabeleceram-se na região. Clara faleceu em 26 de janeiro de 1923 em Porto Alegre, deixando Viggo como sobrevivente. Ele veio a falecer no povoado que leva o nome de Clara em 1937.

A presença da comunidade germânica sempre foi marcante na área. Por conta desse aspecto, em 26 de dezembro de 1903, foi dado o primeiro passo para o estabelecimento de uma comunidade luterana no local. Além disso, muitos dos comércios que prosperaram na região eram de propriedade de famílias imigrantes. A influência dos

imigrantes, tanto alemães, italianos, holandeses e outros se entrelaça com a história da Vila Clara, moldando seus costumes, arquitetura e tradições. Essa forte presença é um testemunho vivo da contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento da região e do papel desempenhado por eles na formação da identidade local. As comunidades chegadas trouxeram consigo sua rica herança cultural, que se mesclou com as raízes já existentes, enriquecendo a história e a diversidade local.

Ata nº1

No dia 26 de dezembro de 1903, reuniram-se na residência do Sr. Günther von Büнау, os seguintes moradores de Vila Clara: Adolf Haesbaert, Jacob Heuchen, Carl Praetorius, Günther von Büнау, Viggo Thompson e Friedrich Kullmann e resolveram, na presença do Pastor Wilhelm Möller, fundar uma Comunidade Evangélica Luterana. Após a realização do ato de fundação e assinado por todos os presentes, passou-se à eleição da Diretoria, sendo eleitos os seguintes Senhores:

- Günther von Büнау, como Presidente*
- Carl Praetorius, como Secretário e Tesoureiro*

Em seguida, foi conferido, por escrito, ao Sr. Pastor W. Möller, o cargo de atendimento à Comunidade e assinado pela totalidade dos seus membros.

Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a primeira Assembleia da Comunidade e eu, Secretário da Comunidade, redigi esta Ata e assinei.

Vila Clara, 26 de dezembro de 1903.

Carl Praetorius - Secretário

Ampliando a perspectiva além de Clara e considerando o município como um todo, percebemos que a imigração alemã teve início em 1885, quando os pioneiros, incluindo Johann Hopf, chegaram e se estabeleceram na região da Serra, especificamente na localidade chamada Sertão. É interessante resgatar um episódio anterior, quando Cândido José da Silva Pereira, exercendo cargos políticos, contratou Zeferino Alves Machado por dois contos de réis para abrir uma picada. Essa abertura de caminho, posteriormente, possibilitou a instalação de colonos de origem germânica nessa área, que justamente ficava próxima às propriedades da família Alves da Conceição.

A partir de 1890, mais famílias seguiram esse exemplo, muitas delas com sobrenomes que ainda são proeminentes no município. Ao chegarem, essas famílias se organizaram em uma associação e adquiriram uma área de 12 hectares na região. O propósito era fundar uma escola, com o objetivo de proporcionar educação aos seus filhos e às futuras gerações.

Essa associação, composta por católicos e evangélicos, decidiu de comum acordo utilizar a escola também como igreja. Dessa forma, em dias alternados, católicos e evangélicos realizavam seus ofícios religiosos. Padres católicos, como os clérigos Wimmer e Lasperg, atendiam periodicamente a comunidade, assim como os pastores itinerantes do Sínodo Riograndense cuidavam dos fiéis evangélicos.

Apesar das propriedades serem pequenas e das dificuldades enfrentadas, as famílias começaram a produzir cana de açúcar, feijão, batatas, trigo, mandioca, milho, leite e hortaliças tanto para o próprio sustento quanto para alimentar os animais que criavam, como cavalos para os quais cultivavam alfafa, gado, galinhas e suínos. A região

de mata virgem precisou ser desbravada para dar início à produção, exigindo esforço manual de todos os membros da família. Eles construíram casas simples de madeira, galpões e outras instalações necessárias para se estabelecerem na nova terra.

No início da colonização, o primeiro passo para preparar a área de cultivo era a remoção do sub-bosque, seguida pelo corte das árvores mais imponentes, como grápia, canela de veado, cedro, angico e louro. Apesar de enfrentarem diversas pragas, os agricultores limitavam o uso de inseticidas ao controle de ratos, formigas e gafanhotos, sendo estes últimos uma das pragas mais devastadoras, provenientes do Chaco Argentino e Boliviano, deslocando-se em grandes nuvens e destruindo as plantações.

A manutenção das plantações contra ervas daninhas era realizada exclusivamente por meio da capina, tendo o milhã, o picão preto, a beldroega e a guanxuma como as mais problemáticas. Em dias chuvosos ou com geadas intensas, os agricultores concentravam-se nas tarefas dentro do galpão, como descascar, debulhar e ensacar milho, além de afiar e consertar suas ferramentas.

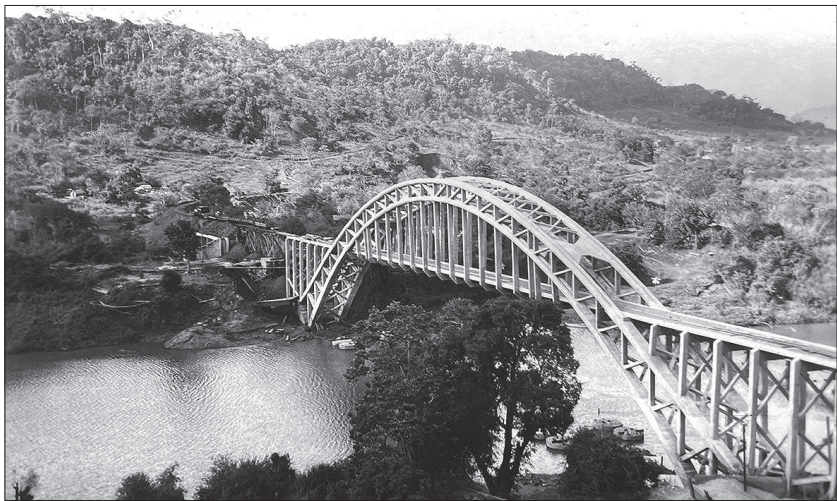
Além das práticas agrícolas, havia a industrialização de alguns produtos, incluindo farinha de mandioca, polvilho, melado, doce de leite e rapaduras. O espírito empreendedor e a mistura de técnicas e tradições culturais dos imigrantes trouxeram à nova pátria fé, trabalho árduo, coragem e amor. Mesmo com recursos limitados, enfrentaram serras nativas e terrenos acidentados, abrindo caminhos entre os vales para alcançar a pequena gleba de terras designada a eles. Assim, desbravaram a mata virgem para estabelecer a primeira morada em sua propriedade brasileira. Essa narrativa é eloquentemente expressa por Neu Soares.

O retorno ao foco em Clara revela um ponto crucial em sua história, a chegada da linha férrea em 1919. Esse marco foi fundamental para o desenvolvimento da Vila Clara, impulsionando sua ascensão e transformando-a em um centro próspero. A inauguração da estação ferroviária foi o catalisador para um crescimento gradual que resultou em uma localidade ainda mais vívida, e que dispunha de uma ampla gama de serviços disponíveis para os moradores locais. Armazéns, bolichos, clube, pousada e até mesmo uma agência de correios e um cartório de registros civis foram estabelecidos nas proximidades da estação, solidificando a importância desse local como um ponto central de atividade e comércio.

No entanto, apesar de seu passado glorioso, o prédio da estação encontra-se hoje completamente abandonado. Apesar disso, é importante reconhecer que a linha férrea deixou um legado marcante para a cidade. Um exemplo impressionante desse legado é a Ponte Férrea sobre o Rio Toropi, que foi uma verdadeira maravilha da engenharia da época. Com 146 metros de vão livre, essa ponte chegou a ser a maior do tipo no continente sul-americano, um feito notável. Construída pelo Primeiro Batalhão Ferroviário do Exército Brasileiro com a técnica de Concreto Armado, a ponte foi entregue à VFRGS (Viação Férrea do Rio Grande do Sul) em 31 de dezembro de 1937, tendo sido inaugurada pelo então comandante, o Coronel Desiderato Horta Barbosa.

A construção da ponte em concreto foi uma resposta à necessidade de substituir a antiga estrutura de madeira que existia no local. A primeira ponte, embora tenha cumprido sua função por um tempo, era baixa em relação ao nível do rio e frequentemente sofria danos causados pelas enchentes constantes do Rio Toropi. Atualmente, é

possível avistar alguns pilares de madeira remanescentes da antiga travessia, servindo como testemunho das condições precárias enfrentadas anteriormente. A construção da nova ponte em concreto representou um avanço significativo, proporcionando maior resistência e durabilidade diante das adversidades naturais da região.



Ponte Férrea sobre o Rio Toropi, com 146 m de vão livre, contruída pelo Primeiro Batalhão Ferroviário do Exército Brasileiro, em Concreto Armado, entregue à VFRGS - Viação Férrea do Rio Grande do Sul em 31 de dezembro de 1937.



Fotos da primitiva ponte, ainda em uso. Nota-se que após a construção da segunda, esta passou a ser usada pelos pedestres.





Respectivamente, a construção da ponte em alvenaria, e posteriormente servindo a seus propósitos (Página seguinte).



Embora o prédio da estação esteja abandonado, a presença da Ponte Férrea sobre o Rio Toropi serve como um lembrete imponente do papel que a linha férrea desempenhou no passado da Vila Clara. Essa construção icônica, erguida pelo exército brasileiro, representa não apenas uma conquista da engenharia, mas também simboliza a importância histórica do transporte ferroviário na região. Mesmo que o desenvolvimento tenha diminuído ao longo dos anos, é essencial preservar e valorizar esses legados, para que as gerações futuras possam apreciar e compreender a relevância desse período na história de Vila Clara.

O despertar social em Clara proporcionou o estabelecimento, mesmo que efêmero, da comunidade maçônica. Em 17 de janeiro de 1935, foi instalado um triângulo maçônico na vila, composto pelo Responsável Mestre José Pugliero, 1º Vigilante Eleutério Ferrão Galante, 2º Vigilante José Xavier da Silva e cobridor Caetano Moresco.

Diante desse evento, é importante considerar alguns pontos factuais. O pressuposto é que a criação de triângulos só será permitida em localidades onde não existam Lojas maçônicas constituídas. A intenção desses triângulos é atrair pessoas para disseminar os princípios e ideais maçônicos. Além disso, é necessário que uma Loja maçônica responsável, de outra localidade próxima, forneça três maçons para conduzi-los os trabalhos, convidando pessoas para participarem das reuniões até que as condições normais para a fundação de uma Loja Maçônica sejam alcançadas. Ademais, a autorização para se criar um triângulo só pode ser concedida pelo Grão-Mestre, e quanto ao encerramento, o triângulo será extinto no momento da transformação em Loja, tornando-os assim raros, quase inexistentes.

A crescente sociedade local elucida a importância dos rios como meios de locomoção na região, que remonta a tempos anteriores à chegada da linha férrea. Com uma extensão de cerca de 93 km, mais da metade do perímetro do município de Mata é formado por vias fluviais. Estes rios tiveram uma importância crucial na história da região, servindo como vias de navegação essenciais para o transporte de pessoas e mercadorias, utilizando embarcações que variavam de botes e balsas a barcos movidos a vapor e à vela. Ao longo dos tempos, diversos passos foram estabelecidos nessas vias, permitindo a travessia da região, especialmente durante períodos em que pontes ainda não existiam.

Os passos do Payré, Louro e Clara, todos situados no rio Toropi, destacaram-se como pontos estratégicos de passagem. Embarcações, de variados tamanhos, navegavam pelo rio, partindo do Passo de Clara, transportando diversos itens de produção local. Por exemplo, o Passo do Payré tornou-se um ponto de embarque de madeiras, que eram serradas e transformadas em diversos produtos, como vigas, caibros e tábuas. Essas mercadorias eram transportadas em balsas rio abaixo. Em casos em que eram produzidos dormentes para a viação férrea, eles eram transportados até Uruguaiana, por meio de balsas, para utilização no ramal ferroviário em construção naquela época. Já as toras de madeira eram simplesmente deixadas flutuando rio abaixo até seu destino, sem necessidade de embarque.

No entanto, houve uma tentativa de restringir esse comércio madeireiro. Randolpho da Silva Pereira, proprietário das terras da margem direita do Toropi, onde ocorria o embarque dessas madeiras, foi responsável por essa iniciativa. Embora os motivos exatos dessa demanda se-

jam desconhecidos, supõe-se que Randolpho buscasse o ressarcimento das vendas, alegando que a madeira estava sendo retirada de sua estância de São Rafael.

O comércio fluvial experimentou um grande avanço no final do século XIX com a chegada do visionário Christian Haesbaert, que encomendou a construção do Vapor Eugenia. Este navio era consideravelmente maior do que as embarcações utilizadas até então, pesando 15 toneladas e contando com dois pisos e dois foguistas. O Eugenia ampliou significativamente a capacidade de transporte, possibilitando não apenas o comércio de mercadorias, mas também o transporte de passageiros que necessitavam se deslocar até a fronteira. Ele navegava regularmente pelos rios Toropi, Ibicuí e Uruguai, partindo da Vila Clara e chegando até Uruguaiana.



Maquete do vapor Eugênia.

Essa situação traz à tona a relação entre os vapores e a Vila Clara. Embora restem apenas uma única foto do Vapor Eugenia atracado no porto de Itaqui em 1910 e sua âncora, que recentemente foi recuperada, registros históricos testemunham sua existência e sua contribuição para o transporte fluvial na região. Os registros históricos revelam que os produtos que transitavam por essas redes de comércio abrangiam uma ampla gama, desde itens es-

senciais até artigos mais requintados, como o Chá Lipton, que encontrava apreço entre os fazendeiros locais, sendo apreciado por personalidades como Randolpho Silva Pereira.

Ao mencionar o passo do Louro, recorda-se que nesse local foi estabelecido um estaleiro, onde se construíam lanchões notáveis, como o Germânia e o São Francisco. Estes robustos barcos eram estrategicamente posicionados aguardando a chegada de uma enchente, momento em que eram arrastados para o leito do rio. Em seguida, eram utilizados para o transporte de madeira e alimentos até Uruguaiana. Naquela situação, eles enfrentavam a necessidade de vender os lanchões após se chegar ao destino, pois era impossível retornar pela correnteza. Como alternativa, optavam por adquirir cavalos para retornar a origem. Esses eventos são transmitidos por meio de relatos verbais.

Muito se fala sobre a navegação nos rios da região em tempos antigos, mas é difícil imaginar como isso era possível. No início do século, Saint Hilaire chegou ao rio Tororaipi e pediu ajuda à guarda portuguesa próxima para atravessá-lo, descrevendo-o como caudaloso. Hoje, esse afluente do Toropi é considerado um pequeno rio e, em alguns trechos e épocas, é possível atravessá-lo a pé. Isso sugere que os rios de mais de cem anos atrás eram mais propícios à navegação do que hoje, talvez menos assoreados e menos influenciados pela intervenção humana.

Foram diversas as iniciativas para explorar novamente as oportunidades oferecidas pelas extensas redes de caminhos fluviais para o comércio. Pouco antes do surgimento do Eugenia, no início de 1893, o cidadão Carlos Antonini, empreiteiro das obras da 4ª seção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, adquiriu dois vapores e quatro chatas de ferro, um tipo de embarcação

de pequeno calado e fundo chato amplamente utilizada na Guerra do Paraguai por sua versatilidade de ser rebocada. Ele os adquiriu no porto de Buenos Aires e, com esse equipamento, navegou pelo Rio Uruguai até Ibicuí, chegando facilmente a Santa Maria, cidade sede de seus trabalhos. Realizou melhorias e limpezas no leito dos rios da rota para facilitar os percursos.

Continuando a explorar as oportunidades, no início de 1894, os proprietários da empresa Barbará & Irmãos, de Uruguaiana, estabeleceram uma rota regular de barcos a vapor entre Uruguaiana e Cacequi. Além disso, muitos barcos a vela e embarcações rasas navegavam nessa época pelos rios Jaguari e Toropi, transportando os produtos das colônias locais.

Com o passar do tempo, os rios sofreram alterações que afetaram sua capacidade de navegação, como o assoreamento. Essa mudança resultou em uma redução do calado das embarcações e, conseqüentemente, na diminuição do tamanho dos barcos. A partir do início do século XX, apenas barcos de pequeno porte conseguiam realizar o transporte fluvial de pessoas, alimentos e demais utilitários na região. Além disso, o surgimento de outros meios de transporte na região diminuiu a demanda por esses serviços. No Passo de Clara, logo abaixo da vila, foi estabelecido por volta de 1940 um pequeno estaleiro de propriedade do Sr. Waldemar Behling, filho de Germano Behling e Luisa Balk, onde eram fabricadas embarcações menores para suprir as necessidades locais.

E já que o assunto são os rios, e sua importância foi explicitada em inúmeros aspectos, também cabe memorar as muitas máquinas a vapor que estiveram presentes por anos auxiliando os produtores no passado. No rio Toropi, que carrega consigo muitos mistérios, há uma curiosidade que se consolidou ao longo do tempo.



Foto do barco "Andurinha". Nota-se um olho gravado na parte frontal, uma tradição muito antiga, vista nos barcos da antiga Grécia. Acervo do Museu Fragmentos do Tempo.



Estaleiro da família Behling, no Passo de Clara. Acervo do Museu Fragmentos do Tempo.

Existem, até hoje, dois locais nesse rio que são conhecidos por números. À beira do rio, existe um local intrigantemente chamado de "a vinte e nove", o que gerou muitos questionamentos durante as pesquisas. E mais abaixo, já no município de São Pedro do Sul, há outro local conhecido como "a trinta e cinco". A explicação mais

plausível para essas denominações está no fato de que, quando se iniciou a produção de arroz nessas várzeas ribeirinhas, eram utilizadas máquinas a vapor estacionárias numeradas, neste caso, com os números 29 e 35, respectivamente. Com o passar do tempo, esses equipamentos foram substituídos por motores a diesel, e atualmente utiliza-se motores elétricos para essa função.

A curiosidade se completa quando, em algum momento, a máquina que bombeava água na 29 tombou dentro do rio e nunca foi recuperada. Durante períodos de grande estiagem na região, quando o nível do rio diminui substancialmente, é possível avistar uma máquina submersa. Embora seja difícil confirmar, tudo indica que a máquina submersa seja a “a vinte e nove”.



De vila, à cidade

Neste estágio, é importante entender que o núcleo de Clara surgiu antes da vila que hoje é a sede do município. Assim, tivemos dois povoados distintos: um que surgiu ainda no século XIX e outro na primeira metade do século XX, desenvolvendo-se através da chegada do trem e, principalmente, da distribuição de lotes. Ambos cresceram simultaneamente por um tempo, até que o segundo começou a predominar, tornando-se maior e mais desenvolvido do que Clara.

Na vila que eventualmente se tornaria a sede do município, surgiram novas oportunidades, e ali, como mencionado, mais lotes foram distribuídos aos imigrantes. Além disso, a proximidade com São Vicente contribuiu para que esse vilarejo se destacasse e predominasse.

Geralmente, aqueles que se aventuram a contar a história desse município acabam fazendo um salto temporal de milhões de anos, focando apenas nos fósseis, e depois passam diretamente para a emancipação, sem explorar muitos detalhes sobre o que ocorreu entre esses marcos. O processo de emancipação do município de Mata foi relativamente recente e talvez não deva ser tão destacado, considerando tantos outros eventos significativos que o precederam. No entanto, foi somente em 27 de setembro de 1964 que um plebiscito foi realizado para decidir sobre a emancipação. Finalmente, em 2 de dezembro de 1964, o Município de Mata foi oficialmente criado, desmembrando-se de São Vicente do Sul, que na época era chamado de General Vargas. A administração municipal iniciou-se em 1965, com a posse do primeiro prefeito eleito, Ângelo André Paraboni. A primeira câmara de ve-

readores foi composta por nomes como Ângelo Dambrós, Gustavo Augusto Warth, José Bolzan Taschetto, Idalino Camargo Ramos, João Batista Camargo, Atalicio Flores da Silva e Flodoaldo da Silva Machado.



Embora a emancipação tenha ocorrido efetivamente em 2 de dezembro, a cidade de Mata comemora sua fundação em 13 de junho, aproveitando a data festiva de Santo Antônio, padroeiro da cidade. A matriz da cidade, que teve sua pedra fundamental benta no dia 16 de outubro de 1938, e construção iniciada em 14 de abril de 1939, leva o nome de Igreja de Santo Antônio. O templo dispõe de um relógio público, da fábrica Schwertner Modelo 4-B, número 121, proveniente de Estrela, inaugurado no dia 16 de junho de 1963.

Nota-se no primeiro registro (pág. 116), de 1939, uma capela primitiva no local onde estaria sendo construída a igreja em alvenaria atual. De acordo com o livreto de Neu Soares, em 1922, Antonio Franciosi fez a doação de um terreno onde, dois anos depois, uma pequena capela de madeira seria construída. Essa capela de madeira permaneceu até a construção da nova de alvenaria. Na segunda imagem, já a construção da Matriz atual.

A empresa Schwertner de relógios teve sua origem com Bruno Schwertner, seu fundador. Nascido em 12 de novembro de 1873, na Alemanha, Bruno migrou para o Brasil em 1884, aos 11 anos de idade, e naturalizou-se cidadão brasileiro. Aos 18 anos, abriu uma sapataria no município de Estrela, onde logo se destacou. Sua reputação cresceu ainda mais em 1892, quando foi chamado para reparar o relógio da Paróquia Santo Antônio de Estrela, que apresentava danos graves. Após três meses de trabalho árduo, Bruno conseguiu fazer o relógio funcionar novamente.

Em 1895, Bruno inaugurou sua primeira oficina, que posteriormente foi ampliada e transformada em uma loja, dando origem à Loja Schwertner. Ele também montou uma pequena ourivesaria, mas sua maior preocupação era aprimorar a construção de relógios para edifícios públicos, como igrejas e prefeituras, adaptando-os às condições climáticas de cada região.



Pequena placa que se encontra presa ao relógio da Matriz de Mata.

Em 1924, Bruno conseguiu instalar o primeiro relógio na igreja matriz de Taquari, marcando um importante marco em sua carreira. Ao longo dos anos, ele forneceu relógios de diversos tamanhos para igrejas católicas e protestantes em várias localidades do Rio Grande do Sul, como Bento Gonçalves, Porto Alegre, Lageado, Encantado, Guaporé, Teutônia, Candelária, Santo Antônio, Sapiranga, Maratá, São Salvador, Lavras, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Udine, Taquari, Arroio Grande (Santa Maria), e algumas em Santa Catarina, como Laguna. Ele também instalou relógios para várias prefeituras, destacando-se a de Guaporé. Bruno faleceu em Estrela, no dia 17 de julho de 1952, e seus habilidosos trabalhos foram sucedidos por seu filho, Guido Theobaldo Schwertner.



Perspectiva da Rua do Comércio, nos anos 1960

Após a emancipação, o município experimentou um salto no desenvolvimento, com uma variedade de estabelecimentos surgindo, incluindo um cinema e o Clube Matense. A cidade continuou a crescer, embora em um ritmo mais lento, impulsionada, mantendo sua base econômica na agricultura. Os fósseis que já existiam na região ganharam maior destaque, despertando maior curiosidade e impulsionando o turismo local. No entanto, o maior período de crescimento foi até 1996, quando os trens deixaram de operar na região, marcando o início de uma diminuição gradual da população.

Desses tempos passados, ainda se conservam alguns resquícios, como a velha estação desativada de Mata, as benfeitorias que serviram a viação férrea, algumas máquinas que eram usadas pelos locais e antigas construções que resistem aos anos. E, é claro, as memórias daquela época.

Título adquirido

O município de Mata guarda em suas memórias um capítulo curioso, atualmente quase esquecido, sobre a época em que era um grande produtor de alfafa. Essa herbácea, cujo nome científico é *Medicago Sativa*, é originária da Ásia e é considerada a rainha das plantas forrageiras devido ao seu elevado valor nutritivo, boa produtividade e capacidade de vários cortes anuais, além de apresentar ótima palatabilidade. Foi a primeira planta forrageira domesticada na história da civilização humana, e chegou ao Brasil por volta de 1850, sendo inicialmente cultivada em regiões serranas e, posteriormente, espalhando-se para outras áreas.



Registro de 1964, caminhão do Sr. Lotário Schopp carregado de alfafa.

No início do século XX, a alfafa começou a ser cultivada nas terras ocupadas pelo município de Mata, e seu desenvolvimento foi notável, atingindo o ápice por volta de 1950. Durante mais de 30 anos, foi a cultura principal na região serrana, o que rendeu a Mata o título de “Capital da Alfafa” do Rio Grande do Sul. Embora não haja regis-

tros sobre os alemães, primeiros colonizadores da região do Sertão, terem cultivado a forrageira, os italianos que chegaram posteriormente passaram a cultivá-la com sucesso.

“Em 1912 meu avô que havia imigrado para a Colônia Jaguari, adquiriu 4 colônias de terra em Linha Holanda, adquiridas do fundador de Vila Clara, Viggo Thompson, a 6,6 km desta vila. Eram áreas bastante dobradas da serra geral. O sistema de lavoura começava com a derrubada do mato virgem, retirando a madeira de boa qualidade em toras e o fogo se encarregava de limpar o resto. O trabalho era totalmente manual. As plantas mais cultivadas eram a cana de açúcar, milho, feijão e alfafa. A alfafa era a planta que mais resultado dava, sua demanda era muito alta, sendo muito utilizada para alimentar os cavalos do Exército Brasileiro, da região de Santa Maria. Um esporte que os homens apreciavam muito era as carreiradas. Cada um tinha seu pingo cuidando como hoje se cuida um automóvel. Todos tinham seus cavalos na estrebaria alimentados com milho e alfafa”.

Altamir Antonini, em: “História de famílias Italianas do Centro Cultural Regional Italiano”

Os irmãos Valter e Leo de David, agricultores que cresceram ajudando sua família a produzir alfafa, relatam eles que as carretas carregadas de fardos da planta desciam a serra puxadas por bois, e a produção era vendida a intermediários que a despachavam inicialmente por trem e, posteriormente, também por caminhão ao mercado consumidor. Muitos estancieiros dos municípios vizinhos compravam diretamente dos produtores, o que proporcionava

a estes um ganho maior nessa atividade. Os principais distribuidores de alfafa a partir de Mata eram: Arnaldo Stein, Lidio Schimit, André Della Giustina e Irmãos Paraboni. Por um longo período, o exército brasileiro foi o principal comprador da planta. Na época, o equipamento utilizado para o enfardamento era produzido na própria cidade pelo Sr. Osvaldo Moura.

Com o passar do tempo e o surgimento de outros cultivos, a alfafa foi perdendo espaço, e atualmente quase não é cultivada em Mata. No entanto, os mais antigos ainda recordam com saudosismo a produção dessa planta, que por muitos anos sustentou os rendimentos dos agricultores da região.

Pela configuração geográfica e sua história, a economia permanece predominantemente baseada na agropecuária. Este fato torna-se evidente após a análise de várias questões históricas discutidas anteriormente. Naturalmente, a maioria das famílias tem suas atividades vinculadas à produção rural nessa região. Elas se dedicam a uma variedade de culturas, desde as maiores, como arroz, milho e, atualmente, soja, até culturas históricas como fumo, mandioca e a cana. Além disso, há uma diversidade de produções menores, como frutas, produtos artesanais de origem animal, como embutidos, banha, laticínios, mel, couro, entre outros, e vegetais, como vinho, farinha e melado. Esse aspecto produtivo de Mata propiciou o surgimento de engenhos e indústrias familiares, que se desenvolveram com empenho ao longo do tempo.



Italianos

É evidente que a composição social, econômica e histórica de uma região é resultado da contribuição de diversas etnias. No entanto, é importante destacar o papel significativo dos italianos, que, assim como os germânicos, chegaram a Mata, principalmente como imigrantes, embora algumas décadas após a chegada dos germânicos.

Conforme os registros do extinto cartório de Vila Clara, algumas famílias italianas já estavam estabelecidas na região em 1909, ou mesmo antes. Um exemplo é o primeiro registro matrimonial de um imigrante italiano nos livros civis de Clara, que envolve Primo Badinelli, nascido na Itália em 1889, e Aldina Antônia da Silva, casados em 3 de novembro de 1910.

O registro matrimonial recentemente mencionado de Primo, um italiano, e Aldina, de ascendência lusobrasileira, ilustra a complexidade dos processos de miscigenação que ocorreram no passado no território de Mata. Tais casamentos entre europeus recentemente chegados e brasileiros eram bastante frequentes na história local.

É notável que o fluxo de imigração italiana experimentou um crescimento exponencial a partir de 1915. Na década de 1920, já é possível encontrar diversos registros civis que atestam a presença e estabelecimento de várias famílias italianas na região. Algumas dessas famílias serão oportunamente mencionadas.

No momento, é relevante mencionar a família Bisognin, que dedicou grande esforço para registrar os capítulos de seu passado através do livro “A grande família Bisognin”, escrito por Gustavo Bisognin e Getúlio Amauri Bisognin. Neste livro, podemos verificar que a origem

desse ramo familiar, estabelecido em Mata, remonta a Francesco Bisognin e Brigida Trentin. Francesco, natural de Meledo, comuna de Sarego, e Brigida, de Montebello Vicentino, partiram da Itália em janeiro de 1878 e chegaram ao Rio de Janeiro no final de fevereiro, a bordo da embarcação Colombo. Após uma longa jornada, estabeleceram-se em Vale Veneto, no Rio Grande do Sul.

O casal teve 11 filhos, sendo os 7 últimos nascidos em terras brasileiras. O último deles, Olivo Pascoal, residiu em Vale Veneto até 1926, quando se transferiu para a Vila de Mata junto com sua esposa, Oliva Forzin. Juntos, tiveram 13 filhos, dando origem à extensa família Bisognin em Mata.

Chico Timm

Alguns fatos interessantes ocorridos em território matense foram rememorados por Francisco da Rocha Timm, conhecido como Chico Timm, em seu livro de memórias.

O comerciante ambulante de carisma notório, viveu um episódio que marcaria sua jornada para sempre. Corria o ano de 1922 quando ele e seu fiel companheiro, Juvenal, desceram um cerro próximo à Estação da Mata. Os freios da carroça, altiva e curta, cederam, deixando-os à mercê do declive íngreme. Os animais, sentindo o impulso, dispararam desenfreados.

A estrada de Vila Clara à Estação da Mata, então estendendo-se por 16 quilômetros, era uma prova de resistência, repleta de atoleiros, buracos, cerros, areais e a ausência de pontes. A fatalidade logo se anunciou quando as rodas dianteiras da carroça encontraram um buraco, lançando as traseiras contra uma pedra e virando-a de cabeça para baixo, com os dois viajantes presos sob os animais.

Em pleno inverno, o frio cortante não poupou Francisco, que estava envolto em sua capa de Gabardine. Enquanto os animais tentavam se levantar, suas patas atingiam Francisco, causando-lhe escoriações nas costas, braços e cabeça. As lesões resultantes perdurariam por vários dias, chegando ao ponto de impossibilitá-lo, posteriormente, de utilizar até mesmo um chapéu. Após desvencilhar-se da situação, Francisco socorreu seu companheiro, que escapou ileso, exceto pelo grande susto.

Com a carroça danificada, correames e tolda arre-bentados, os dois seguiram para a Estação da Mata, aproximadamente três quilômetros adiante. Naquela época, a cidade ainda era incipiente, com apenas algumas casas, sendo uma delas pertencente ao respeitado Nicolau Schmitt, primeiro morador daquele local.

Permaneceram dois dias na Estação da Mata para reparos provisórios na carroça e curativos nas feridas de Francisco. Apesar das dores e do corpo ainda torto, ele retomou a viagem, desempenhando suas funções como comerciante viajante, superando os desafios da estrada com determinação e resiliência.

Alguns anos depois, em julho de 1927, Francisco Timm encontrou-se pernoitando em São Vicente. Ao amanhecer, uma fina camada de geada cobria tudo, exigindo que ele recorresse à água quente no radiador de seu Ford para fazer o motor funcionar. Decidido a seguir viagem em direção a Mata e Vila Clara pela estrada de Taquarichim, Timm iniciou sua jornada.

Após percorrer cerca de duas léguas em uma época em que a quilometragem não era medida, sem velocímetro no veículo e estradas desprovidas de marcações, depa-rou-se com um gaúcho de poncho cavalgando um belo tobiano. A estrada estreita, ladeada por barrancos, assemelhava-se a um corte de estrada de ferro.

Timm, impaciente com a atitude do gaúcho que parecia ignorar suas tentativas de desviar, viu-se irritado. Quando identificou um trecho mais amplo, propício para a ultrapassagem, percebeu que o cavaleiro, longe de permitir o desvio, manipulou as rédeas, levando o cavalo de volta ao centro da estrada. O resultado foi a colisão do automóvel nas patas traseiras do cavalo, derrubando cavalo e cavaleiro.

O gaúcho, agora caído e emitindo gritos lancinantes, pareceu apertado pelo cavalo. Preocupado com possíveis desdobramentos violentos, Timm, desarmado como de costume em suas viagens, acelerou o Ford para evitar confrontos. Distanciando-se cerca de 200 metros, ouviu estampidos de tiros, lançados possivelmente em direção ao automóvel.

A necessidade de parar o carro para abrir uma cancela revelou o gaúcho recompondo seus arreios, indicando que os danos não foram significativos. Timm, então, concluiu que a imprudência do gaúcho, incentivada pela presença de uma arma, desencadeou o incidente, ressaltando sua convicção de que o uso de armas frequentemente resulta em crimes que poderiam ser evitados. Assim, retomou sua viagem, refletindo sobre os perigos inerentes a esses encontros nas estradas.

Ocorrera, no ano de 1929, uma nova narrativa. Partindo de São Pedro com destino a Jaguari em seu automóvel Rubim, Timm compartilhou a jornada com seu amigo Ulysses Fernandes, o que tornava a viagem mais agradável.

O percurso transcorria normalmente até alcançarem Taquarichim, quando uma sequência de eventos casuais colocou a vida de Timm em iminente perigo. Poucos minutos antes, nas proximidades da Picada São Xavier, a cerca de 10 quilômetros de Taquarichim, um membro da família Alves, Olintho Flores de Oliveira, fora assassinado por dois indivíduos da Serra, movidos por uma longa rivalidade familiar. Coincidentemente, esses criminosos circulavam em um automóvel de cor escura, similar ao de Timm, em uma época em que a presença de automóveis era rara naquela região de estradas precárias.

O destino jogou com a semelhança das características físicas. Um dos criminosos era gordo e ruivo, enquanto o outro era moreno e baixo, apresentando traços idênticos aos de Timm e de seu companheiro Ulysses Fernandes. No fatídico encontro, após um confronto armado com a vítima a cavalo, os criminosos fugiram em direção a Taquarichim.

Ao parar em frente à moradia de Carlos Maria Del Rio para desembarcar Ulysses Fernandes, Timm estava inconsciente do perigo que se desenhava. Carlos Kurtz, providencialmente, surgiu no momento exato em que Álvaro de Oliveira, pai da vítima, preparava-se para vingança, confundindo Timm com um dos criminosos. O alerta de Kurtz, identificando Timm como o “viajante Chicotim,” evitou uma tragédia iminente.

Álvaro, desesperado, inicialmente desconfiado, foi persuadido por Kurtz, aparentado com ele, de que estivera equivocado. A confusão dissipou-se, mas Timm, ainda dentro do automóvel, permaneceu estupefato com a rapidez dos acontecimentos que quase o levaram à morte por engano.

Enquanto Kurtz ponderava sobre a barbárie evitada, Álvaro, sem perder tempo, partiu em busca dos verdadeiros criminosos, abandonando o automóvel problemático. No desfecho dessa narrativa, os criminosos não foram capturados, deixando um rastro de impunidade.

Heranças paraguaias

Retrocedendo algumas décadas. É digno de menção que Álvaro era filho de João Antônio de Oliveira Filho e Rita Alves, sendo esta última filha de Mariana Leite da Conceição. Em termos genealógicos, é fundamental salientar que a linhagem de Álvaro teve origem na união de João Antônio de Oliveira com Laurentina Ramires de Oliveira, sua esposa primeira e legítima, da qual nasceu João Filho. Este último que, por sua vez, contraiu matrimônio com Rita, dando origem a Acácio, Álvaro e Mariana.

Uma narrativa predominantemente transmitida na oralidade destaca que o avô de Álvaro, o João, o pai, foi um veterano da Guerra do Paraguai. De acordo com relatos transmitidos oralmente, João viveu em uma união consensual com uma paraguaia chamada Francisca Dolores Caballero. A tradição oral sugere que, logo após o término da Guerra do Paraguai, Francisca Dolores acompanhou João de volta ao Brasil em tenra idade, montada na garupa de um cavalo. Há indícios de que tenha sido criada por João e, ao atingir a maturidade, é certo que gerou descendência com ele.

Dentre os filhos desse casal, destaca-se Olícia Antônia de Oliveira, que mais tarde se casou com Zeferino José da Silva Pereira, filho de Randolpho e Joaquina.

O registro de óbito de Francisca Dolores, encontrado nos arquivos do já extinto cartório de Taquarichim, revela detalhes adicionais sobre sua vida. Segundo o documento, Francisca afirmava ser filha de Pedro Nolasco Caballero e Petrona Ignacia Rolão, residentes na vila de Carapeguá, no Paraguai. Seu falecimento ocorreu em 18 de abril de 1919, aos 66 anos de idade, sugerindo seu nascimento em 1853.

Essa correlação entre os relatos orais e os documentos oficiais confere uma base à tradição transmitida ao longo do tempo.

Embora o local exato de seu sepultamento não seja mencionado no registro de óbito, é altamente provável que Francisca tenha sido enterrada em um dos dois cemitérios maiores próximos à antiga fazenda de Mariana, na entrada da picada de São Xavier. Um dos cemitérios, provavelmente o mais antigo, está localizado muito perto da residência de Mariana, onde ela mesma foi sepultada. O segundo cemitério, mais distante, fica ao pé de um cerro próximo e está deteriorado.

Nossas famílias

Cada ser vivo possui uma linhagem ancestral, afinal, nada surge do vazio. A árvore que se ergue na floresta tem uma história ancestral, assim como o cão, o gado e até a menor formiga. As árvores crescem a partir de sementes que carregam a herança de outras árvores, transmitindo essa linhagem ao longo de milênios. De mesma forma, o cão da estância descende de linhagens introduzidas há séculos, que por sua vez remontam aos lobos. Embora seja impossível rastrear sua genealogia da mesma forma que fazemos com os seres humanos. Descobrir a genealogia humana ainda é desafiador; requer documentos, relatos orais, fotografias, cartas e, às vezes, até recortes de jornais. Naturalmente, esses registros essenciais podem se perder ao longo do tempo, dificultando a reconstrução completa da história de cada indivíduo.

Uma árvore familiar é, de certa forma, uma extensão dessa complexidade. Ela se assemelha a um emaranhado intrincado de raízes que se estendem profundamente, entrelaçando-se e se bifurcando em inúmeras direções. A existência em si parece quase um acaso, pois somos o resultado dessas raízes entrelaçadas, histórias entrelaçadas que se fundem em um único ser, com antepassados de tempos remotos. Quem somos como seres é um produto de coincidências, de indivíduos do passado, de nações, cores, posições e ideais diferentes. Essa complexa tapeçaria de herança moldou quem somos, uma mistura única de influências e traços transmitidos através das gerações. Nossa existência é um testemunho vivo de como o passado permeia e molda o presente, conectando-nos a uma vasta e misteriosa rede de vidas que vieram antes de nós.

“A história apenas se lembra dos que foram celebrados. A genealogia se lembra de todos”

Laurence Overmire

A genealogia é um fascinante campo de estudo, onde se desvendam os caminhos do passado, desenterrando memórias sem a necessidade de uma pá. É uma jornada que nos permite conhecer, nem que seja um pouco, aqueles que vieram antes de nós, seja em nossa própria linhagem familiar ou em outras famílias. É uma busca pelo conhecimento de nossa própria identidade. No entanto, há limitações inerentes a essa busca. O tempo, por mais que enriqueça parte da história, devora vorazmente outras partes, consumindo capítulos e detalhes do passado que jamais poderão ser recuperados ou lembrados. Ainda assim, a genealogia nos presenteia com fragmentos valiosos, que nos ajudam a reconstruir um quebra-cabeça intrigante e a compreender melhor a teia complexa de nossas origens.

Uma parte de nossas raízes, daqueles que agora deixam sua marca através de nossas palavras, enraizou-se na Mata em tempos passados. Nessa terra, eles viveram, trabalharam, amaram (ou não), e encontraram seu sustento, deixando impressões duradouras. É por isso que atribuímos uma importância significativa a dedicar um capítulo em nossa história para lembrar e celebrar a vida e as conquistas de nossos antepassados nessa terra. É uma forma de honrar suas pegadas que ecoam até os dias de hoje, enriquecendo nossa compreensão do passado e fortalecendo nosso senso de identidade como parte desse legado ancestral.

Como já abordado, as histórias familiares, as memórias, se relacionam com a história local, inevitavelmente de forma intrínseca, e não tem como contar a história de Mata sem lembrar de nomes do passado.

Um dos personagens de destaque nessa história foi o Santo Brugalli, filho de Giovanni Battista Brugalli, um imigrante italiano oriundo de Ciserano, na província de Bergamo, que chegou ao Brasil em 1875. Santo veio ao mundo em Linha Araripe, Garibaldi, em 2 de abril de 1899. Após contrair matrimônio com Angela Emma Marcon em 31 de maio de 1920, em São José do Hortêncio, estabeleceu-se na localidade de Estação da Mata no mesmo ano. O casal teve cinco filhos: Hermes, Aldo, Eva, Inês, mãe do autor Telmo, e Eugênio. Santo Brugalli veio a falecer em 16 de fevereiro de 1977, em Mata.

Retornando ao ponto crucial dessa narrativa, uma parte significativa das terras da região, incluindo a área que hoje constitui a sede do município, pertencia a Antonio Franciosi, tio de Angela Emma, também conhecida como Angelina. Foi por meio desse laço de parentesco que Santo foi convocado para participar da divisão das terras em lotes. Essa medida tornou-se necessária devido ao crescente interesse de indivíduos que buscavam estabelecer-se na região, impulsionados pelo potencial de desenvolvimento proporcionado pela chegada da ferrovia.

Santo montou uma serraria onde hoje é o centro da cidade, fornecendo madeira beneficiada para toda a região. Para suprir a alta demanda de madeira, abriram picadas na mata densa, dando razão à origem do nome “Mata”. O processo de desbravamento levou à formação da localidade de Estação da Mata, que posteriormente foi emancipada e passou a se chamar apenas Mata, o que já é sabido.



Para essa árdua tarefa, Santo contou com a ajuda de seu irmão mais novo, Florindo, que assumiu a administração da serraria.

Florindo nasceu em 18 de julho de 1901, em Linha Araripe, e certamente chegou a região dois anos depois de seu irmão. Não se tem informações sobre outras atividades desempenhadas por Florindo, mas sabe-se que ele contribuiu significativamente para o desenvolvimento do lugarejo que viria a se tornar cidade. Também não se conhece o motivo de seu retorno à terra natal, mesmo após mais de 15 anos após sua chegada à Mata. Sabe-se que ele sofreu um grave acidente na serraria, perdendo três dedos da mão direita, uma marca que carregou até seus últimos dias. Infelizmente, um acidente ocorrido em 21 de janeiro de 1970, pôs fim à sua vida. Florindo era casado com Angélica Ercolani e teve quatro filhos: Leda Liduvina, Alvino, Lacy Luis e Auri, todos já falecidos.

Embora não possuísse formação acadêmica, Santo Brugalli tinha habilidades em topografia que lhe permitiram traçar ruas, praças e dividir a região em lotes, que foram posteriormente comercializados. Em 1923, construiu sua casa ao lado da serraria, onde também funcionava seu escritório. Sua rede de contatos e a facilidade proporcionada pela ferrovia o levaram a fornecer diversos produtos, como motores, equipamentos em geral, turbinas, máquinas a vapor e moinhos.

Santo também teve um papel crucial no fornecimento de água e energia para a comunidade. Ele construiu um sistema de captação de água dos morros próximos e uma pequena hidrelétrica represando o córrego Poraíma, que corta a cidade. Assim, conseguiu fornecer energia para as residências e também instalou um moinho de milho aproveitando a energia mecânica gerada pela água em

desnível. Isso foi feito através de um atacado com blocos de arenito no riacho que atravessa o perímetro urbano da cidade, criando um desnível no rio, o que possibilitou a instalação de uma turbina acionada pela queda de água, gerando energia elétrica para abastecimento da cidade. Esse sistema funcionou por muitos anos até que, um dia, a concessionária de energia do estado resolveu implantar o seu próprio sistema, aposentando a turbina. No entanto, ela foi resgatada por um descendente que a preserva até hoje.



Tanques de captação de água dos morros do entorno de Mata, destinado a distribuição à cidade, em 1963. Aparecem na foto, em primeiro plano, a direita Santo Brugalli, e a esquerda o Monsenhor Pedro Wastowski, pároco de Mata por muitos anos.

Outra contribuição significativa de Santo Brugalli foi o contrato com a Rede Ferroviária para fornecer água às locomotivas a vapor. Junto à estação ferroviária, ele construiu uma caixa d'água de blocos de arenito, que se tornou um marco histórico da cidade após a desativação da ferrovia.



Caixa d'água edificada sob a tutela de Santo Brugalli, ao lado da estação férrea.

Aproveitando os lotes que possuía, Santo construía casas de madeira, posteriormente substituídas por casas de alvenaria, que ele vendia ou alugava para os novos moradores que chegavam à região. A pedido de Santo Brugalli, Antônio Franciosi doou um espaço para a construção da igreja católica e da casa paroquial. Santo escolheu e demarcou esse local onde foi construída a igreja, a casa paroquial e ao lado foi posicionado o cemitério, o qual, mais tarde, foi transferido para o local onde se encontra hoje.

Embora nunca tenha postulado um cargo político, Santo Brugalli sempre esteve presente nas representações conjuntas das lideranças locais, participando de reuniões, contatos com autoridades e ações importantes que demandavam sua presença. Sua figura era facilmente reconhecida pelos moradores, pois ao se deslocar diariamente pela rua principal, batia com um molho de chaves nas paredes das casas, gerando um barulho característico que o anunciava antes mesmo de sua chegada.

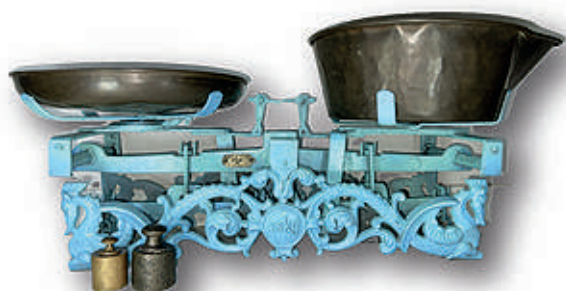


Busto de Santo Brugalli; Telescópio que a ele pertenceu; Fragmento da turbina que se encontrava no Poraíma.

Ainda hoje, parte dos documentos que registravam a contabilidade das transações comerciais de Santo Brugalli é preservada, e esses registros têm sido de extrema importância para identificar fatos significativos daquela época. Através desses apontamentos, descobriu-se que ele chegou à Estação de Mata em 1920. Em seguida, em 1924, surgiu o primeiro ferreiro, conhecido como Frederico Lena, seguido pelo primeiro carpinteiro, Luciano Ferreira da Silva, no mesmo ano. Em 1924 também aparece o registro do primeiro professor, Antônio José da Silva.

No ano de 1925, a comunidade viu a chegada do primeiro médico, o Dr. Brugamil, seguido em 1926 pelo primeiro barbeiro, Augusto Pavão, e, ainda no mesmo ano, o primeiro dentista, Paulo Haesbaert. Já em 1927, a cidade contou com o primeiro farmacêutico, José da Rosa, e o primeiro hotel, cujos proprietários eram os irmãos Araújo.

Outros marcos importantes registrados incluem o ano de 1928, quando Brandinarte Kinczel adquiriu o primeiro automóvel, um Ford “bigode”. Em 1930, a região viu surgir o primeiro contador, Olavo Mostardeiro, e em 1931, o primeiro escrivão, Willy Haesbaert. Em reconhecimento às contribuições de Santo Brugali, a principal praça da cidade recebeu seu nome na administração do Dr. Welton Costa e lá foi colocado o seu busto em bronze, uma homenagem que perpetua sua memória e suas realizações.



Balança da marca “Perdiz”, que pertenceu ao armazém da família Froehlich.

Fazendo retorno à Vila Clara outras famílias despontam. Entre elas, a família Kaufmann-Froehlich se destacou por sua versatilidade em ocupações, incluindo carpinteiros, mercadores e produtores. Helena Kaufmann, matriarca desse ramo familiar, estabeleceu um armazém próximo à estação ferroviária, fornecendo por vários anos suprimentos e serviços em madeira, além de operar a primeira agência de correios de Clara.

Os precursores dessa família, Ferdinand Froehlich e Helena Kaufmann, se casaram em 14 de março de 1908 no município vizinho de São Pedro do Sul e posteriormente se estabeleceram em Clara, acompanhados de seus filhos. Nesse distrito, eles tiveram conexões com outras famílias, como os Balk.



Casa de Fazendas, Miudezas, Ferragens, Confeções, Chapéus, Calçados, Drogas, etc.	Fernando Froehlich VILLA CLARA Rio Grande do Sul — Brasil	Seccos e Molhados Compra e vende Madeiras e Productos Coloniaes
---	--	--

Os Balk, originários de Friedrich Balk, nascido em Drochtersen, e Maria Praetorius, de Bückeburg, chegaram à Colônia de Santo Ângelo (atual Agudo) em 18 de dezembro de 1887, acompanhados por seis filhos pequenos. Desse, quatro se estabeleceram no município de Mata quando adultos. Georg, o mais velho, casou-se com Emma Gauss; Egbert com Alma Homrich; Hubert com Adele Stumpf; e Luiza com Germano Behling. Os membros dessa família desempenharam diversas contribuições significativas no município e ainda têm uma presença marcante na região.

Dentre aqueles que firmaram raízes em Mata, a família Balk se relacionou com os Froehlich por meio do ramo originado por Egbert Balk, agrimensor, e sua esposa Alma. Acredita-se que Egbert tenha se mudado para o município juntamente com sua esposa e filhos após ser solicitado para um serviço na região. Seus filhos eram Maurício, Ruth e Hans. Maurício e Hans, por sua vez, casaram-se com as irmãs Erna e Hilda, respectivamente, ambas filhas de Ferdinando Froehlich e Helena.

Maurício, bisavô pater-materno do autor Luís, se destacou como fazendeiro em São Pedro do Sul, especializando-se no manejo do gado e plantio de arroz, mas também se aventurou em outras produções, incluindo um capítulo curioso que raramente é lembrado hoje.

Em 12 de abril de 1946, ele realizou a compra de 210 sacas de sementes de tungue, uma árvore nativa da China e regiões próximas com várias utilidades. As sementes foram trazidas de Porto Alegre até a estação de Clara, onde foram plantadas em sua propriedade em São Pedro do Sul.



Frutos e folhas de Tungue.

A árvore Tungue, *Vernicia fordii*, de folhas grandes e frutos não comestíveis, tinha usos valiosos no passado. Seu óleo, extraído das sementes, servia como um excelente verniz utilizado em madeiras, tecidos, papel e para impermeabilizar alvenaria e embarcações. As primeiras sementes de tungue exportadas para as Américas chegaram aos Estados Unidos em 1905, onde vastas áreas foram transformadas em enormes plantações dessa árvore. Anos depois, surgiram plantações na América do Sul, com destaque especial na Argentina. No Brasil, as árvores foram introduzidas na região sul, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, que se tornou e ainda é o maior pro-

dutor de tungue no país. No contexto da Segunda Guerra Mundial, o óleo de tungue ganhou enorme destaque, sendo declarado um item estratégico para uso em defesa, revestindo munições e embarcações. Cargas de sementes ricas em óleo eram exportadas da América do Sul para outras nações.

Müller, Tanschelt & Cia.
COMISSÕES - CONSIGNAÇÕES
CONTA PRÓPRIA
CAIXA POSTAL, 800
TELEFONE, 4098
Endereço Tel. e Fax: "FRANCISCO"

Porto Alegre, 12 de Abril de 1946.-
Pel. Controlada
Nota 555 - 9.ª under

CONTA DE VENDA N.º 6799

PARA O(S) SR(S). **HUBERTO MORITZ BALK**
ESTAÇÃO CLARA.-

Instalação		Gr\$	Gr\$	Gr\$
2527	210 sac. semente de tung o/6.605 kg.	0,80		5.284,00
	2% comissão		105,70	
	1/4% seguro		13,20	
	remessa Nov. a Fevr/	2,40	504,00	
	carreto de 210 sac.		105,00	
	1 telegrama em 14/2		2,60	
	selos nesta conta de venda		1,40	
	imposto s/venda e consign. 1,50%		79,30	811,20
				Gr\$ 4.472,80

(Quatro mil, quatrocentos e setenta e dois cruzeiros e oitenta centavos.)

O imposto de Vendas Mercantis foi pago de conformidade com os artigos 24 e 27 do Regulamento em vigor.

Porto Alegre, 12 de Abril de 1946

Müller, Tanschelt & Cia.

Nota original da compra de sementes de Tungue, por Mauricio. Acervo próprio de Luís H. B. C.

Embora a produção de Tungue tenha alcançado um pico na época da guerra, o uso do óleo começou a declinar gradualmente, sendo substituído por vernizes sintéticos. Infelizmente, Mauricio faleceu no mesmo ano da compra das sementes, em 1946, e não teve a oportunidade de usufruir de seu negócio aventureiro. Somente nos anos seguintes, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, os frutos secos contendo as sementes foram efetivamente colhidos e exportados, maioria era remetida à um empresário comprador de Caxias do Sul, cidade onde a indústria moveleira é proeminente. A floresta plantada por Maurício, que estava entre maiores da região sul na época, ainda existe, mas não se realiza mais o processo de colheita e comércio atualmente.

Nessas reminiscências familiares, é fascinante perceber fatos interessantes que instigam a busca por mais informações e revelam como as famílias estão diretamente ligadas à história de um lugar. Suas contribuições abrangem diversos aspectos, desde a produção em suas residências até o fornecimento de produtos para suprir as necessidades da comunidade. Um notável exemplo é a família de origem italiana, os Gallina. Entre os irmãos, Fiorelo, Santo e João, merece destaque o ramo de João Gallina e sua esposa Justina Guerra, que adquiriram lotes no município, estabelecendo-se na localidade de Campestre.

Os Gallina demonstraram destreza ao diversificar suas produções, englobando uma ampla gama que ia desde grãos, alfafa, açúcar, melado até vinho. Eles cultivavam trigo, que então era encaminhado para um moinho próximo para ser transformado em farinha, tal como a alfafa que era vendida a produtores de outros municípios. Um dos aspectos notáveis da história da cidade de Mata é a preservação de uma máquina a vapor que pertencia a João Gallina. Ao longo dos capítulos do passado do município,

muitos deles foram rememorados por Pedro, filho de João e Justina, que assumiu a responsabilidade de preservar contos e histórias que ocorreram nas terras de Mata. Essas histórias incluíam sua participação na construção da matriz, de quando acompanhava as incursões de um monge pela região, da captura de uma enorme serpente na região e até mesmo o evento raro da queda de um meteorito que teria formado uma cratera próxima à atual cidade.

Pedro, bisavô mater-materno do autor Luís, não apenas se destacou como um agricultor hábil, mas sua destreza ultrapassou os limites do cultivo da terra, estendendo-se a diversos ofícios nos quais ele se destacava brilhantemente. Um exemplo notável é sua maestria na produção de botes de madeira, que se destacavam pela qualidade exemplar.

Pedro, nascido em 16 de junho de 1926 em Mata, uniu-se em matrimônio com Gema Forzin em 28 de dezembro de 1946, na mesma localidade. Juntos, constituíram uma família com cinco filhos. Ao longo de suas vidas, acompanhados pela família, residiram em diversos lugares além de Mata, principalmente em decorrência de oportunidades de trabalho, como na Palma (São Vicente do Sul), Pairé e São Lucas (São Pedro do Sul). Pedro veio a falecer em 24 de maio de 2022, em idade avançada, deixando para trás um legado de preciosas lembranças, mas também muitas histórias não contadas que permanecerão desconhecidas para sempre.

Na história do município, há uma notável passagem relacionada à participação dos Gallina, que permanece viva na bifurcação da estrada que leva à Vila Clara, na localidade conhecida como Campestre. Nesse local, encontra-se uma importante construção chamada “Cápitel Divino Espírito Santo”, que ostenta a inscrição “Comemoração da Paz” em letras grandes.

Esse santuário em alvenaria tem sido um ponto de visita para os fiéis locais por muitos anos, desde sua construção, e sua história é amplamente conhecida e até mesmo registrada em seu interior. Em resumo, ela se refere ao período em que a comunidade local, liderada pelas matriarcas das famílias Cassol, Gallina, Malgarin, Mascarin e Bevilacqua, sob a liderança da Senhora Isabel Malgarin, uniu-se em orações ao Espírito Santo em busca de proteção para seus filhos, que corriam o risco de serem convocados para a campanha brasileira na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Em um gesto de celebração após o término desse grande conflito, a pequena capela foi construída por Augusto Malgarin, em um terreno doado por Silvestre Lazzari. A inauguração do espaço ocorreu em uma solene missa em 20 de maio de 1946.

A história do Cápitel Divino Espírito Santo é um testemunho emocionante da união da comunidade e do poder da fé em momentos de adversidade. Esse marco histórico representa não apenas a devoção dos moradores, mas também o esforço e o desejo de paz após tempos turbulentos de guerra. A capela continua a ser um símbolo de esperança e gratidão, atraindo visitantes que desejam conhecer e honrar essa parte importante da história local.

Embora algumas das memórias tenham se perdido com o tempo, as que foram recuperadas fornecem um panorama curioso da rica memória popular da região. Cada família e suas histórias desempenharam um papel significativo na construção da identidade e cultura local, enriquecendo o legado histórico e social de Mata. Essas rememorações destacam a importância de valorizar e preservar a herança cultural que moldou o desenvolvimento da comunidade ao longo dos anos.



“Capitel” que se encontra preservado na saída de Mata, localizado na estrada que leva a Clara.



Máquina a vapor doada pela família Gallina, atualmente disposta e conservada em frente à velha estação de Mata.



Família Gallina.

Encerramento

No atual cenário, o município de Mata abriga uma população de cerca de 4700 habitantes, conforme o Censo de 2021. Apesar de sua população modesta, ele se destaca como um tesouro de atrações culturais, patrimoniais e belezas naturais. Integrante do prestigiado “Geoparque Raízes de Pedra”, ao lado de outros municípios da região, revela um potencial a ser explorado. A preservação de sua história exige incentivo constante e iniciativas, dada a existência de vastas oportunidades a serem descobertas.

Nas páginas deste livro, encontram-se fragmentos das memórias passadas desse lugar, mesmo que nem todas as nuances de sua história possam ser abordadas. A intenção é inspirar cada cidadão a embarcar na jornada de explorar a história de sua terra, encontrando reflexões sobre sua própria trajetória. Ao encerrar este volume, somos lembrados de que, além da geologia e dos notáveis fósseis, há ali uma essência ainda mais profunda.

Entre as quietudes das florestas e nas palavras deste livro, quase se pode ouvir o eco das vozes dos que povoaram o passado da região. É crucial não perder de vista os feitos e contribuições das inúmeras gerações que enraizaram suas vidas ali. Um agradecimento é devido não só aos predecessores que moldaram o local, mas também àqueles como o notável padre Daniel Cargnin, que se dedicaram à preservação dessas narrativas. O padre Daniel, autêntico visionário que transcendeu as barreiras do tempo, continua a inspirar qualquer indivíduo em busca de uma compreensão mais profunda sobre o município.

Na busca pela história, conhecemos pessoas fantásticas, dispostas a colaborar com o que fosse possível, assim como uma pequena minoria que já não pode se dizer o mesmo. No entanto, o que realmente importa são aqueles que se empenharam em auxiliar nessa preciosa viagem por campos, matos, rios, ruínas e papéis.



Senhor Adão Martins, de 82 anos e morador da localidade de Palma em São Vicente, possui grande sabedoria das histórias ocorridas na região. Com uma memória excepcional, ele revive e compartilha histórias de eras passadas, incluindo nomes e lugares, um saber que foi cultivado ao longo dos anos. Na fotografia, o Sr. Adão segura uma espora antiga.

Junto à comunidade de Mata, tivemos a oportunidade de constatar com provas materiais muito do que a história nos conta sobre os acontecimentos da região. Seguindo a cronologia da ocupação desde os primitivos habitantes até os dias de hoje, localizamos peças indígenas, itens de uso pessoal, utensílios domésticos, cerâmicas, ferramentas, fotos, moedas e objetos de uso militar, preservados pela comunidade ao longo de gerações. A preservação e resguarda desses materiais é fundamental, uma vez que por meio deles foi possível identificar áreas de antigos aldeamentos, postos militares, passos, velhas estradas e locais de residência. Isso proporciona uma compreensão mais profunda do cotidiano dos antigos habitantes dessa região.

Ao fechar as páginas desta narrativa, que nos levou por uma jornada histórica através de densos matos, vastos campos e as profundezas do solo, torna-se impossível ignorar a influência daqueles que moldaram o que Mata representa hoje. Em resumo, emerge um legado incalculável que motiva a desvendar mistérios e perseverar na busca pelo conhecimento. Além do que inevitavelmente se perdeu, somos instigados a procurar o que pode ser desvendado. Este chamado é para que no futuro existam outros como nós, imersos nessa narrativa, na busca pela Mata, para além das pedras.



1. Estribo porta bandeira (Sec. XIX). 2. Torneiras de barril (Sec. XIX). 3. Esporas (Sec. XVIII). 4. Parte de um estribo. 5. Peças de binóculo ou telescópio.



1. Parte de uma espora. 2. Base de estribo militar brasileiro, do primeiro reinado. 3. Botões de farda militar do primeiro reinado. O menor é chamado de "botão cabeça de turco". 4. Tampa de uma garrafa de vinho, anos 1940. 5. Não identificado. 6. Fivelas. 7. Partes de uma guarda de espada. 8. A fechadura de uma mala, anos 1880. 9. Lateral de um freio. 10. Broches. 11. Pesos de casaco militar. 12. Cabo de uma adaga. 13. Moedas da primeira metade do sec. XIX. 14. Parte de um estibo de campana, representando uma cornucópia. 15. Anel. 16. Hélice de uma embarcação já motorizada.

Posfácio

Tivemos o privilégio de sermos os primeiros leitores desta obra que será um divisor de águas na nossa história local. A cidade de Mata, no Rio Grande do Sul, passa a ter sua importância reconhecida além das fronteiras, não apenas como a cidade dos fósseis vegetais, mas como um local de riqueza natural e patrimônio histórico inestimável.

A narrativa envolvente nos transportou para épocas remotas, revelando segredos guardados dos antepassados desta sociedade e nos proporcionando uma nova compreensão sobre a evolução desta população local. Os personagens que habitaram Mata ao longo dos séculos ganharam vida diante dos nossos olhos, resgatando suas histórias e contribuições para a formação da nossa cidade. Este livro nos convida a refletir sobre a importância da preservação da nossa história local, despertando em nós um sentimento de orgulho e responsabilidade com relação ao nosso patrimônio histórico cultural.

Que estas páginas sejam um convite permanente para que cada um de nós se torne um guardião dessa riqueza, garantindo que as futuras gerações também tenham o privilégio de conhecer e se encantar com a cidade de Mata.

Ricardo Becher Moura, professor de história, e José Eron da Silva Haesbaert, fundador e proprietário do Museu Fragmentos do Tempo. Notáveis entusiastas e colaboradores incansáveis da história local.

Agradecimentos e colaborações:

José Eron da Silva Haesbaert, Ricardo Becher Moura, Ana Lúcia e Luiz Eduardo Moreira, Luana Wouters Mack e sua família, Gerson Kurtz, Wolmar Sanches, Marconi Flach, Débora Lopes Gastaldo e sua família, a Família Gallina (Maria Helena Gallina, Ana Maria Gallina), a Família Balk (Alini, Hélio Gustavo, Martha, Arno, seu pai Ingo, Douglas e suas famílias), o Museu Histórico Fernando Ferrari, Marcelo Guerra Piazer de Jaguari, Diego de Leão Pufal, genealogista, sócio correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do INGESC, e Mirian Lúcia Brum da Silva de Picada dos Farrapos.

Referências:

BELTRÃO, Romeu. STEYER, Walter. Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo.

BRABO. Francisco Javier. Colección de documentos relativos a la expulsión de los jesuitas de la república Argentina y del Paraguay en el reinado de Carlos III, con introducción y notas de Francisco Javier Brabo, comendador de número de la real orden americana de Isabel la Católica. Madrid, 1872.

BROCHADO, José P. Extensão das pesquisas arqueológicas nos vales do Jacuí e Ibicuí-mirim, in PRONAPA.

BROCHADO, José P. SCHMITZ, Pedro I. Petróglifos do estilo de pisadas no Rio Grande do Sul.

BURD, Rafael. De alferes a corregedor: a trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional - 1752/1761.

CASSIODORO, Gisela. Arqueología del Holoceno medio y tardío en Patagonia meridional: poblamiento humano y fluctuaciones climáticas.

DIEHL, Isadora L. OSÓRIO, Helen. "Os índios no gênero de peões ninguém os excede" Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani no Rio Grande do Sul (1777-1835).

Donato, Hernâni. Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais. São Paulo, Ibrasa, 1987.

___ Criando fronteiras: Guaranis e Kaingangs diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, século XIX).

___; SILVA, Marina G.; MELO, Karina Silva e. Histórias indígenas do sul do Brasil: a produção acadêmica da história da UFRGS adaptada para o ensino básico. Porto Alegre, 2021.

GANSON, Barbara Anne. The Guaraní under Spanish rule in the Río de la Plata. 2003.

GOLDMEIER, Valter. SCHMITZ, Pedro. Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul. Fichas de registros existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS. 1983.

HERRLEIN, Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação.

IPHAE. Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul: inventário das estações, 1874-1959.

LIMA, Taís V. ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES RUPESTRES DO RIO GRANDE DO SUL / BRASIL.

LUDWIG, Alfredo. Uma viagem pelo Rio Grande do Sul. 1940

MARCHIORI, José Newton. NOAL FILHO, Valter. Santa Maria: relatos e impressões de viagem.

MARTÍNEZ MARTÍN, Carmen. El Tratado de Madrid (1750): aportaciones documentales sobre el Río de la Plata. Documentos del Legajo 4798 de la sección de Estado del Archivo Histórico Nacional (Madrid).

Misiones y sus Pueblos Guaranies. Guillermo Furlong, 1962, Buenos Aires.

NEVES ALVES, Francisco. TORRES, Luís Henrique. OLIVEIRA, Marcelo França. O Arquivo Montenegro, a Guerra do Paraguai e além (estudos históricos, geográficos e literários). Lisboa/Rio Grande, 2020.

PEREIRA, Claudio N. Genealogia Tropeira: Volumes 2, 3 e 6.

PRONAPA. Arqueologia brasileira. PROUS, André. 1992.

RANZAN, Alfredo Campos. O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções guaranis do Paraguai (1767-1810).

SAINT-HILAIRE, Auguste. VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL.

TAYLOR, William T. T. Interdisciplinary evidence for early domestic horse exploitation in southern Patagonia.

TIMM, Francisco. 50 Anos de viagem, trabalhos, peripécias e alegrias. 1972.

UBERTI, Hermes Gilber. Assumindo outros papéis: o caso da viúva Francisca Pereira Pinto. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 4, n. 7, 2010. UBERTI, Hermes Gilber. A benção que se pede e a benção que se dá: redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). 2011.

____. O Vale do Jaguari no processo de construção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 6, n. 11, 2012.

____. Compadrio e laços de tutela de um posseiro “cidadão” (Vale do Jaguari-século XIX). XVII Simpósio Nacional de História (Anais..), ANPUH: Natal, 2013.

____. OS ASSENTOS BATISMAIS E O “JOGO DE CORES” NA FREGUESIA DE SÃO VICENTE-RS (1854-1880).

____. “SENHORA DONA VIÚVA”: O CASO DE MARIANA ALVES DA CONCEIÇÃO (SÃO VICENTE-RS, 1854-1895).

____. “POR DETRÁS DA PIA”: AS MUITAS FACES DO COMPADRIO.

____. “Crescei e multiplicai-vos”: tecendo redes através dos ritos batismais. Revista Latino-Americana de História, v. 1, n. 4, p. 89-110, 2012.

____. “DEGRADADOS FILHOS DAS EVAS”: A QUESTÃO DA ILEGITIMIDADE NA PARÓQUIA DE SÃO VICENTE FERRER (1876-1912).

____. Os Alves da Conceição e as muitas faces do compadrio. *Revista Latino-Americana de História*, v. 4, n. 13, p. 88-108, 2015.

____. Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari-RS, 1854-1912). 2016.

Varela, Alfredo Augusto. *História da grande revolução, o cyclo Farroupilha no Brasil*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1933.

WITTMAN, Marcus Antonio. O contato entre os portadores das tradições arqueológicas Taquara e Tupiguarani no litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil.

ZUSE, Silvana. Os Guarani e a Redução Jesuítica: TRADIÇÃO E MUDANÇA TÉCNICA NA CADEIA OPERATÓRIA DE CONFECÇÃO DOS ARTEFATOS CERÂMICOS DO SÍTIO PEDRA GRANDE E ENTORNO.

Pedido de Simão Fernandes Candy: Transmissões de notas, Livro 3, 1832-1852, São Borja, Folhas 70v a 71.

Petição de Pasqual Areguati, San Nicolas, 20 de outubro de 1799. *Archivo General de la Nacion* IX 18-2-4, Buenos Aires.

Matrimonio de Primo Badinelli e Alduina Silva: Matrimonios,, Livro 2, 1910-1924, Vila Clara, Folhas 11v a 12.

Diário do demarcador espanhol José Maria Cabrer do Tratado de San Ildefonso de 1777

Entrevista a Hermes Picoli em 3/1/2024.

Entrevista a Adão Martins em 10/3/2024.

Entrevista com Wolmar Sanches em 8/6/2024

DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CENSOS DO RS: 1803-1950 Convênio: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

José de Saldanha. *Diário Resumido do Dr. José de Saldanha*.

Paraquaria in qua RR. PP. Soc. Jesu suas Missiones promovere Auct. Dno. d'Anville Geographo Regio 1733. - J.C. Winnkler, S c. Vien.'

Arsene Isabelle. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. 1835.

Montoya, pe. Antônio Ruiz de. Conquista espiritual : feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. 1997.

NETO, Miranda. Utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape e seu suporte econômico-ecológico (1609-1767). 2012.

BRUXEL, Arnaldo. Os trinta povos Guaranis. 1978.

Sepp, pe. Antônio. Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos. 1980.

Nicolao del Techo. Historiae provinciae Paraquariae Societatis Jesu. 1673.

Este livro foi composto nas fontes: Bahnschrift Light e The Serif Hand, sobre papel Couchê Fosco Nevia 90 g/m², no formato: 145x210mm, impresso na Gráfica Pallotti e publicado pela Editora Rio das Letras de Santa Maria - RS.

Os autores:



Telmo:

Nascido em 20/04/1952, em Mata.

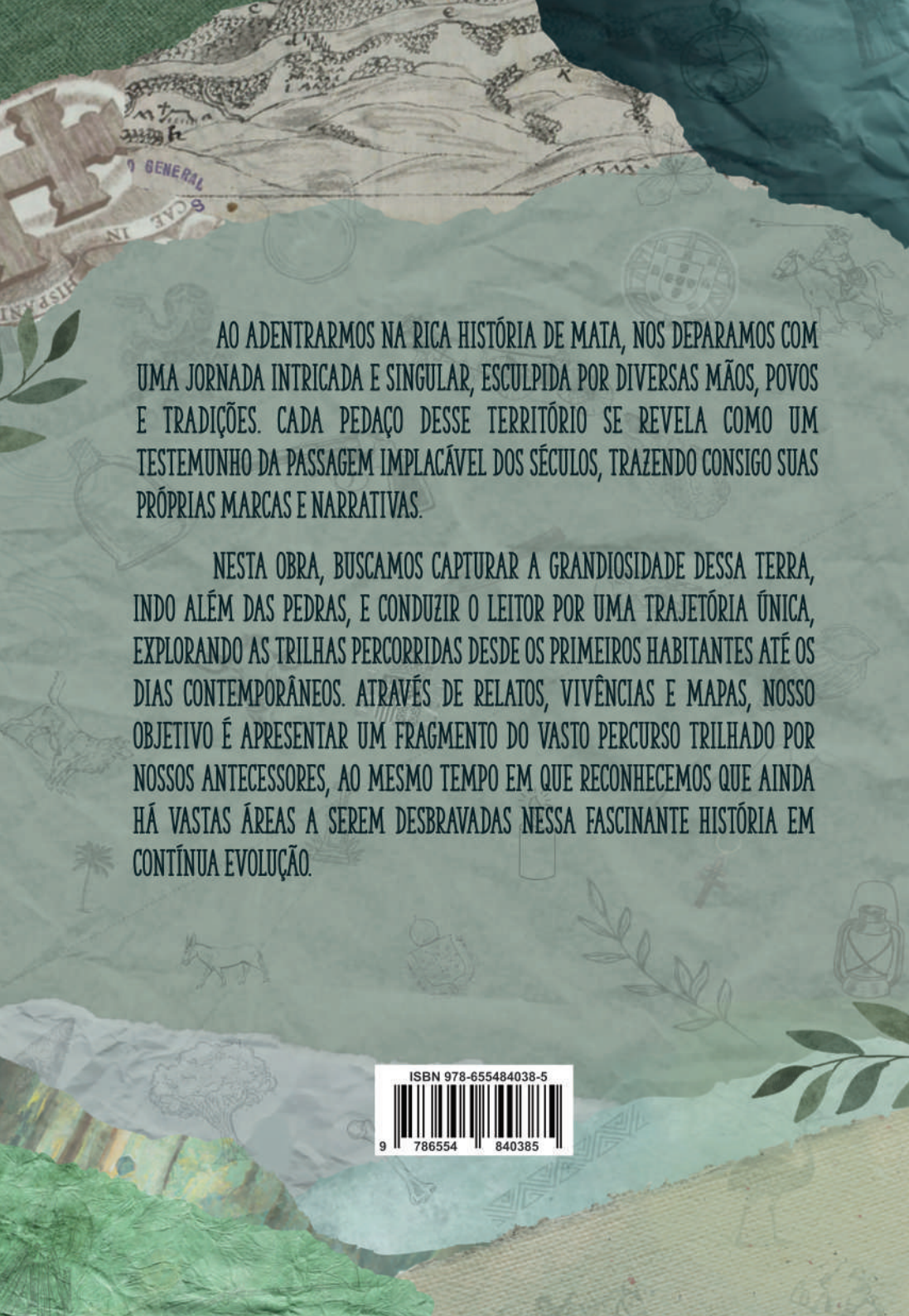
Formou-se em Engenharia Civil em Santa Maria no ano de 1975, e no ano seguinte, se estabeleceu no Mato Grosso do Sul, atuando em sua profissão. Posteriormente, fundando a empresa Tauná.

É casado com Tânia Binato, e tem uma filha chamada Tainá (arquiteta) e um filho de nome Tauan (Engenheiro de software)



Luís:

Nascido em 07/01/2003, na cidade de Santa Maria. Atualmente é acadêmico de Direito. Tem seus interesses, desde muito tempo, voltados a pesquisa e a história, onde possui diversas contribuições na genealogia e história local, e agora, juntamente com Telmo, também interessado na história regional, produziu o livro Mata: além das pedras.



AO ADENTRARMOS NA RICA HISTÓRIA DE MATA, NOS DEPARAMOS COM UMA JORNADA INTRICADA E SINGULAR, ESCULPIDA POR DIVERSAS MÃOS, POVOS E TRADIÇÕES. CADA PEDAÇO DESSE TERRITÓRIO SE REVELA COMO UM TESTEMUNHO DA PASSAGEM IMPLACÁVEL DOS SÉCULOS, TRAZENDO CONSIGO SUAS PRÓPRIAS MARCAS E NARRATIVAS.

NESTA OBRA, BUSCAMOS CAPTURAR A GRANDIOSIDADE DESSA TERRA, INDO ALÉM DAS PEDRAS, E CONDUZIR O LEITOR POR UMA TRAJETÓRIA ÚNICA, EXPLORANDO AS TRILHAS PERCORRIDAS DESDE OS PRIMEIROS HABITANTES ATÉ OS DIAS CONTEMPORÂNEOS. ATRAVÉS DE RELATOS, VIVÊNCIAS E MAPAS, NOSSO OBJETIVO É APRESENTAR UM FRAGMENTO DO VASTO PERCURSO TRILHADO POR NOSSOS ANTECESSORES, AO MESMO TEMPO EM QUE RECONHECEMOS QUE AINDA HÁ VASTAS ÁREAS A SEREM DESBRAVADAS NESTA FASCINANTE HISTÓRIA EM CONTÍNUA EVOLUÇÃO.

ISBN 978-655484038-5



9

786554

840385